

Pesquisa e Pós-Graduação em Filosofia no Brasil

Debates ANPOF de Políticas Acadêmicas

Organizadores

Ivan Domingues
Marcelo Carvalho



ANPOF

Pesquisa e Pós-Graduação em Filosofia no Brasil

Debates ANPOF de Políticas Acadêmicas

Organizadores
Ivan Domingues
Marcelo Carvalho

ANPOF
São Paulo

Anpof - Associação nacional de pós-graduação em filosofia

Diretoria 2015-2016

Marcelo Carvalho (Unifesp)
Adriano N. Brito (UNISINOS)
Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros (USP)
Antônio Carlos dos Santos (UFS)
André da Silva Porto (UFG)
Ernani Pinheiro Chaves (UFPA)
Maria Isabel de Magalhães Papa-Terra Limongi (UPFR)
Marcelo Pimenta Marques (UFMG)
Edgar da Rocha Marques (UERJ)
Lia Levy (UFRGS)

Apoio Editorial

Maria Zélia Firmino de Sá
Fernando Lopes de Aquino
Daniela Gonçalves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P438 Pesquisa e pós-graduação em filosofia no Brasil: debates ANPOF de políticas acadêmicas / Organização de Ivan Domingues, Marcelo Carvalho. São Paulo : ANPOF, 2015.
173 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-88072-17-6

1. Filosofia - Brasil 2. Filosofia - Pós-graduação - Brasil 3.
Filosofia - Pesquisa - Brasil I. Domingues, Ivan II. Carvalho,
Marcelo

Apresentação

Marcelo Carvalho

Durante o XVI Encontro Nacional da ANPOF, realizado em outubro de 2014 na cidade de Campos do Jordão, São Paulo, realizou-se uma série de conferências e debates sob o título “Seminários de Política Acadêmica”. A proposta, efetivada através do esforço do Professor Ivan Domingues, parte da constatação da enorme importância naquele momento de se consolidar uma pauta de debates sobre a pós-graduação e a pesquisa em filosofia, particularmente pelo contexto de expansão e mudança pela qual ela tem passado. Esse Seminário, no qual tem origem a presente publicação, se estruturava a partir dos quatro temas básicos que definiam cada uma das mesas de debate:

- Desafios da Expansão, Consolidação e Internacionalização da Pós-Graduação/Pesquisa Brasileira em Filosofia;
- Situação e Tendências das Publicações na Área de Filosofia;
- Perfis e Modelos de Pesquisa/Ensino em Filosofia;
- Gestão e Avaliação da Pós-Graduação Brasileira.

O quadro desenhado por a partir das várias conferências e debates nos confrontou com a dimensão do desafio que se coloca atualmente à construção da pós-graduação em filosofia no Brasil. A publicação das contribuições que ali se apresentaram, em versão revisada pelos autores, tem por objetivo ampliar a circulação e os efeitos das propostas e avaliações que foram debatidas durante o Encontro e exercer de maneira mais ampla seu papel de fomento ao amadurecimento de posições sobre a pós-graduação e a pesquisa em filosofia e, sobretudo, sobre as dificuldades e possibilidades a serem consideradas em sua avaliação.

Trata-se também de uma oportunidade de registrarmos a pluralidade de perspectivas e de abordagens que permeia o debate sobre a

pesquisa e a formação de pesquisadores na área. Estimular e dar visibilidade a este debate e às várias posições que se apresentem sobre os temas propostos é um papel central da ANPOF, que passa a ser efetivado também por meio de publicações como esta.

Sumário

Nós, os Guaranis, e a Avaliação da Capes <i>Adriano Brito</i>	9
Algumas reflexões sobre a interdisciplinaridade na Filosofia brasileira <i>Alfredo Storck</i>	31
Expandir, consolidar, internacionalizar: desafios à Filosofia no Brasil <i>Antônio Carlos dos Santos</i>	47
Filosofia e Antropofagia <i>Maria Isabel Limongi</i>	63
O Taylorismo Acadêmico e a Filosofia no Brasil: Situação e Tendências das Publicações <i>Ivan Domingues</i>	69
Notas a Lápis sobre a Pesquisa em Filosofia no Brasil <i>Marcelo Carvalho</i>	103
Uma Defesa do Livro como Meio Privilegiado do Ensaio Filosófico <i>Marco Zingano</i>	121
Reciprocidade, Simetria, Reconhecimento: Estratégias e Problemas da Internacionalização da Pós-Graduação em Filosofia <i>Nythamar de Oliveira</i>	133
O crescimento da Pós-Graduação em Filosofia no Brasil Dados e análises sobre o período 1971 - 2015 <i>Marcelo Carvalho</i> <i>Daniela Gonçalves</i>	147

Nós, os Guaranis, e a Avaliação da Capes

Adriano Naves de Brito*

Unisinos

Quando, na diretoria da Anpof, começamos a discutir a estrutura do XVI Encontro, assumimos de imediato a ideia acalentada pelo presidente, Marcelo de Carvalho, de colocar em destaque na programação uma série de mesas sobre temas candentes de política acadêmica. No conjunto das quatro mesas propostas, e que foram organizadas por Ivan Domingues, esta para a qual agradeço muito que ele me tenha convidado, trata da Gestão e da Avaliação da Pós-Graduação. Considerando que nunca fui parte de qualquer comissão de avaliação da Capes, posso contribuir com a experiência de quase dez anos que acumulei como coordenador de dois programas, o da Universidade Federal de Goiás e o da Unisinos, e como membro da alta administração acadêmica também nas duas instituições. Falo então da perspectiva de quem, na condição de gestor, atendeu às demandas da avaliação, serviu-se dela para orientar suas ações na administração daqueles programas e instituições, participou, durante as gestões de Oswaldo Giacóia, Marcelo Perine e Danilo Marcondes, das discussões sobre política, instrumentos e dificuldades da avaliação no colegiado dos coordenadores da Filosofia, e, finalmente, graças ao convite para participar desta mesa, debruçou-se sobre documentos oficiais da Capes e textos

* Professor titular de Filosofia e Decano da Escola de Humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Foi professor adjunto da Universidade Federal de Goiás (UFG) Entre 1994 e 2003. Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, estudou, no âmbito do doutorado, na Universidade de Bielefeld, Alemanha, país em que também cumpriu estágio pós-doutoral na Universidade de Tübingen. Coordenou o PPG em Filosofia da UFG entre 2001-2003 e o da Unisinos entre 2007 e 2012. Presidiu, da sua fundação em 2008 e até 2012, a Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica-SBFA. Secretário geral da Anpof na gestão 2013-14 e na atual 2014-2015. Entre 2013 e 2014 foi professor visitante no Instituto de Filosofia da Escola de Estudo Avançado da Universidade de Londres.

de colegas. Face à experiência que acabo de declarar, falarei desde a perspectiva da Filosofia, embora nossa área compreenda também a Teologia. Reconheço, pois, desde já, que as descrições que faço têm o viés da Filosofia, mas espero que, não obstante isso, as reflexões que faço sirvam também ao debate dos colegas da Teologia e sejam, pois, úteis a toda a área.

UMA CERTA REBELDIA

A Filosofia tem um histórico de certa rebeldia com o tema da avaliação feita pela Capes. Há entre nós uma insatisfação com a submissão de nossos escritos a qualquer medida indiferente à subjetividade de cada autor, com a padronização de nossas atividades para se chegar ao ranqueamento, ou com a aritmética crua dos pontos distribuídos à base de índices que conhecemos mal. Essa rebeldia não nasceu sem justificativa, está claro, mas tampouco tem sido cultivada friamente. Em 2013, quando participava de um painel por ocasião do XVII Congresso da Sociedade Interamericana de Filosofia (SIF), realizado em Salvador, Bahia, entre 7 e 11 de outubro de 2013 e intitulado *Filosofia no Brasil – Perspectivas no Ensino, na Pesquisa e na Vida Pública*, Marilena Chauí, cuja importância na história da filosofia brasileira e eloquência não podem ser subestimadas, deu mais um testemunho veemente dessa insatisfação que todos, em alguma medida, reconhecemos. Ao final de seu texto, versão escrita do discurso então proferido e publicado na revista *Kriterion*, ela nos conclamou à seguinte atitude face à avaliação:

Proponho que façamos como os Guaranis: as agências falam, os reitores falam e a gente não escuta. E continua fazendo aquilo que tem que fazer e gosta de fazer. Ou nós podemos tomar uma atitude como La Boétie contra a servidão voluntária: eles querem que a gente faça isso, não faremos. O que farão eles? Cairão. (Marilena Chauí, *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 129, Jun./2014, p. 431-438. p. 438)

Ela se referia à estratégia guarani para, segundo ela, evitar a “transcendência do poder”, e consistia em ouvir ao entardecer o discurso de autoridade do chefe e não dar ouvidos a ele, seguindo com a realização das tarefas como se ele não estivesse ali a contar de suas

virtudes de governante, negando-lhe admiração e, por conseguinte, poder. Tratar-se-ia, então, de uma atitude para manter o poder entre-meado ao grupo e não acima dele. Na esteira dessa crítica ao poder transcendente, Marilena traz, então, La Boétie e nos incita à rebeldia contra um poder, descolado da comunidade filosófica, que avalia, classifica e determina valores. Não é difícil à nossa comunidade filosófica se identificar com o discurso de Marilena e, em virtude disso, este é o primeiro ponto do qual gostaria de partir neste texto: o reconhecimento do nosso mal-estar com sistemas de avaliação em geral e com o da Capes em particular.

O segundo ponto é a expectativa da própria agência com o processo de avaliação que, por atribuição legal, deu início na década de oitenta. Levar em consideração o que espera a agência é fundamental não apenas por uma razão negativa, a de que a avaliação nos é inevitável, mas também por razões positivas. Uma delas é que, a despeito de suas inúmeras deficiências, a avaliação tem sido muito bem sucedida em fortalecer a pós-graduação no país. Para um sistema que somava, em 1965, 27 cursos de mestrado e 11 de doutorado, num total de 38, e que hoje, passados cinquenta anos, conta, segundo dados do portal GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br>), com 1750 programas com esses dois níveis de formação, 1213 com mestrado apenas e 54 só com doutorado, além de 469 mestrados profissionais, a capacidade de, mediante um sistema da avaliação, medir e calibrar a qualidade do todo foi e é fundamental. Uma outra razão positiva para levar em conta o que a Capes propõe é que as suas diretrizes para a pós-graduação não são formuladas sem a participação intestina da academia. Há, então, na formulação das expectativas da agência, a expressão das expectativas de nossos pares em outras áreas e as da Filosofia também. Claro que o que propõe a Capes pode ser questionado, mas é preciso compreender o que ela propõe, entender como estamos incluídos no processo e aceitar participar do debate sobre os seus mecanismos com a boa vontade daqueles que, ao fazerem isso, usaram o sistema de avaliação como um instrumento de melhoria da qualidade da pós-graduação brasileira.

O foco da discussão que estamos fazendo está no futuro e, portanto, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2001-2020) me parece um documento-chave para conhecer as expectativas da Capes e

nos ajudar a entender a direção que vai tomar a avaliação nos próximo decênio. O Plano está organizado em cinco eixos, conforme lemos em sua introdução:

1. a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2 – a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3 – o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C,T&I; 4 – a multi- e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5 – o apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio. (Plano Nacional de Pós-Graduação 2001-2020. Capes, p. 15)

Em resumo, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) visa, na próxima década, aprofundar a internacionalização, reduzir as assimetrias regionais, ampliar a formação de recursos humanos, incentivar a interdisciplinaridade e contribuir com a qualidade da educação básica. São objetivos com os quais nos identificamos com facilidade, pois têm sido os eixos de nossas preocupações e das ações da Anpof. Em maior ou menor medida, foram esses os objetivos que a área perseguiu quando tratou de incentivar a expansão da pós-graduação em todas as regiões do país, quando a Anpof abriu-se para a discussão do ensino da Filosofia no nível médio, ou quando nos preocupamos com as repercussões internacionais de nosso trabalho.

Temos, então, dois pontos de partida. Nosso mal-estar e as expectativas da Capes, ambos partilhados, em linhas gerais, por todos nós. Agora, eu gostaria de ir adiante e somar a isso uma pitada da história da consolidação da Filosofia no Brasil. Creio que sem essa dimensão histórica não teremos todos os ingredientes necessários para pensar o tema da gestão e da avaliação da pós-graduação em Filosofia, com o qual estamos nos havendo aqui. Sem a dimensão histórica que ainda quero agregar, poderíamos lidar com o tema de um modo artificial e deslocado de nossa identidade; um erro que, se replicado na avaliação, só levaria a um estranhamento ainda maior da área face a ela.

DIVERSIDADE FILOSÓFICA E O ÔNIBUS DE DIAMANTINA

Contam, os que lá estiveram, que no primeiro encontro da Anpof, no qual a entidade nasceu na prática, e que foi realizado na cidade de Diamantina, em 1984, a Filosofia brasileira cabia em um ônibus. A bem da verdade, corrigiram-me outros, cabia em dois. Seja como for, aquele grupo de filósofos não seria suficiente para encher a maioria das salas nas quais as quase duas mil apresentações de trabalhos estão sendo feitas neste XVI Encontro da Anpof. E isso, meros trinta anos depois! No entanto, a diversidade daquele pequeno grupo era já suficiente para abrigar cisões. Divergências que buscaram, não sem sabedoria, generosidade e diversidade ainda maior, conciliações. Sobre a história desse processo recente de acomodação da diversidade filosófica brasileira, Guido de Almeida, também num texto lido naquele mesmo evento e painel no qual Marilena nos incitava à rebeldia, expressa-se com a precisão e a equidade de quem acompanhou, e não apenas como expectador, o processo do começo ao fim. Diz ele:

O tempo mostrou, pois, que o conflito entre os *scholars*, voltados para os problemas clássicos da Filosofia, e os filósofos engajados na discussão de problemas da sociedade e da cultura contemporânea, podia ser resolvido de maneira satisfatória para os dois lados. (Guido de Almeida, *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 129, Jun./2014, p. 411-415. p. 412)

A diversidade que ocupava os ônibus de Diamantina não parou de crescer desde aquele inverno nas montanhas das Minas Gerais. A começar pelos Programas de Pós-Graduação em Filosofia, que somavam pouco mais do que os dedos de uma mão, e que hoje contam 43 e crescendo, até a multiplicação de abordagens filosóficas que de modo algum seriam classificáveis em algum dos dois grupos mencionados por Guido. Esses dados põem em relevo que a diversidade crescente constitui o desafio mais sério e instigante ao processo de avaliação da Filosofia. Somos muitos e somos muito diferentes. E isso está bem assim como está! Quer dizer, cabemos todos, no fim das contas, no ônibus da filosofia brasileira que partiu até muito antes de Diamantina, e no qual, contudo, temos nos mantido alheios ao que nos contam nossos vizinhos de viagem. Esse ponto, nossa peculiar dificuldade para o debate, como frisa Vinicius de Figueiredo nesse volume da *Kriterion*

que ainda vou citar outras vezes, tem história mais longa e dela nos fala Paulo Margutti, também na mesma revista. Diz ele:

O debate proposto poderia também contribuir para o término da cisão culturalmente esquizofrênica que tem marcado a comunidade filosófica brasileira por mais de meio século e a partir da qual os pesquisadores da área de Filosofia se dividem em pelo menos três grupos que funcionam como vasos não comunicantes: os que fazem exegese de autores estrangeiros, os que fazem exegese de autores luso-brasileiros e os que tentam elaborar propostas independentes. De certo modo, todos se ignoram solenemente, contribuindo para fazer do país uma autêntica comunidade de desconversação. (Paulo Margutti, *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 129, Jun./2014, p. 397-410. p. 409-410)

Com isso temos os quatro elementos que, segundo vejo, devem pautar a discussão do tema proposto para esta mesa. São eles: uma certa rebeldia de nossa parte face às avaliações, as expectativas da Capes, a diversidade que nos caracteriza e nossa dificuldade de debater Filosofia a partir de e entre nós mesmos. A gestão da pós-graduação em Filosofia, mas também qualquer processo que a venha avaliar, deveria se haver com esses elementos e dar conta deles, pois eles estão na confluência do que somos e do que almejamos ser, um hiato que aqueles processos nos devem ajudar a conectar.

OS OUTROS E NÓS

Os pontos aos quais aludi acima podem se conectar de modo virtuoso ou vicioso para a Filosofia brasileira. Se nossa desconfiança face aos processos de avaliação em geral e ao da Capes em particular nos levar a discutir mais os meandros desses processos de sorte que possamos influenciá-los, na medida do que nos está ao alcance, e fazê-los mais alinhados à nossa história e capazes de acomodar nossa diversidade, então teremos um conexão virtuosa e que favorecerá a área. Se, contudo, a conexão resultar num nó, no qual não discutimos os processos de avaliação, desprezamos o compreensão de seus mecanismos, isolamo-nos das demais áreas no conforto frágil de nossa história

e nos deixamos fragmentar nas especificidades que compõem a nossa rica diversidade filosófica, então estaremos infligindo a nós mesmos os malefícios dos vícios cultivados.

O retrato da área hoje não reflete plenamente nem um nem outro cenário, mas pende para o vicioso. O diagnóstico coincide com a análise, já mencionada acima, que Vinicius de Figueiredo fez em seu artigo publicado no volume da *Kriterion* e com cujos textos tenho dialogado aqui. Diz ele, a meu ver, fazendo justiça aos fatos:

Lemo-nos pouco, debatemos pouco uns com os outros... O que, então, faz falta à Filosofia o Brasil não é avaliação, formulação de políticas indutoras, apoio a novos programas etc. Isso já temos, e, por mais que seja sempre matéria de crítica, correção e inovação, não é pouca coisa. Mas, afora exceções de praxe, a ampliação do sistema de pós-graduação ainda não produziu o correspondente debate de ideias. (Vinicius de Figueiredo, *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 129, Jun./2014, p. 417-423. p. 421 e 422)

Esse nó precisa ser desatado em favor da Filosofia. Vinicius se refere em sua contribuição àquela discussão sobretudo ao debate de textos filosóficos, mas a conclusão se aplica, como ele próprio aponta em outros momentos, para a falta de debate sobre políticas acadêmicas em geral. O resultado é que, no tocante à avaliação, nós a tomamos como algo quase externo à área, enquanto ela está longe de nos obrigar a tomá-la desse modo. Um olhar sobre como outras áreas avaliam e tentam qualificar a gestão das suas respectivas pós-graduações pode nos ajudar a por em perspectiva o modo como temos feito a nossa avaliação e a entender melhor o funcionamento do processo, de sorte que tenhamos mais e melhores subsídios para aprofundarmos o nosso debate.

Trago três exemplos não aleatórios e muito diversos entre si. Insisto, a ideia é iluminar a nossa própria maneira de fazer as coisas e não apresentar modelos que devamos copiar. A diferença entre as áreas que escolhi e a nossa se presta justamente a dificultar uma apropriação fácil do que fazem e, com isso, a crítica apressada de que a Filosofia é singular. Sim, temos as nossas peculiaridades, nossa história e nossa identidade e, para pensá-las à luz de um processo de avaliação e à luz da demanda por uma melhor gestão de nossa pós-graduação, é útil ver como outras áreas operam a partir de suas próprias especificidades.

O primeiro exemplo que trago vem da área da Astrofísica & Física, daqui para frente A&F, e que conta entre uma das mais tradicionais na pesquisa brasileira. A despeito das dificuldades que possamos ter para nos identificar com o tipo de trabalho que é feito pelos físicos e astrofísicos, sobretudo o trabalho experimental, o exemplo mostra como uma área que contém também muita diversidade, mas é muito parametrizada, institucionalizada e internacionalizada, se apropria dos mecanismos que tem à mão com a avaliação da Capes para orientar a gestão da pós-graduação e da produção científica na busca por excelência e relevância social e científica. O documento de área da A&F diz o seguinte em suas recomendações:

Diversos indicadores mostram que a área tem um bom perfil de qualidade acadêmica. No entanto, alguns aspectos devem ainda ser considerados para maior excelência. Um é o relativamente baixo número de pesquisadores experimentais. Outro é o perfil excessivamente acadêmico dos pós-graduandos, em contraponto a uma formação com perfil inovador e que possa atuar junto a empresas ou até mesmo abrir suas próprias empresas (*startups*). Espera-se que [se] desenvolva uma cultura que valorize a propriedade intelectual e que leve a um conhecimento maior da literatura tecnológica (patentes) que são um aspecto de grande deficiência nas teses e dissertações da área. (Documento da área de Astrofísica & Física, 2013. p. 10)

As recomendações partem do reconhecimento da qualidade da tradição teórica da física brasileira e indicam rumos com olhos no que se passa no conjunto da área no mundo, mas também com olhos voltados ao desenvolvimento do país. Como afirma o documento em outra parte, nos últimos 20 anos, 70% dos agraciados com o Prêmio Nobel de Física receberam a premiação em virtude de trabalhos experimentais e decorre destes trabalhos a produção de patentes e a inovação tecnológica. Não se trata, pois, de atender a uma demanda externa, mas de assumir-se como sujeito de transformação da ciência e do mundo daqueles que financiam o trabalho em ciência.

O documento fala em “diversos indicadores” para justificar a qualidade acadêmica e é notório que esta é uma das áreas mais orientadas por parâmetros quantitativos, tendo servido, não raro, como

modelo para o próprio sistema de avaliação da Capes. Não obstante isso, é interessante notar que no tocante à atribuição das notas 6 e 7, o documento não aponta nenhum indicador quantitativo.

Para a atribuição de notas 6 e 7 serão usados os seguintes indicadores:

Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalente aos dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos.

- Consolidação e liderança nacional do Programa como formador de recursos humanos para pesquisa e pós-graduação.
- Inserção e impacto regional e nacional do Programa; integração e solidariedade com outros Programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação e visibilidade ou transparência dada a sua atuação.
- Inserção Internacional; integração com centros internacionais. (Documento da área da Astrofísica & Física, 2013, p. 75)

Como não há números ou índices a alcançar, os “indicadores” estão, na prática, lastreados em uma avaliação qualitativa que tem de ser feita pela comissão responsável. A área, ainda que muito parametrizada, encontrou, portanto, um espaço para a avaliação qualitativa e justamente lá onde a decisão mais o exigia, a saber, a eleição de seus mais qualificados programas. Como é sabido, esta eleição é feita sobre o conjunto dos programas que receberam a nota 5 na primeira rodada de avaliação e que são considerados de excelência¹. Para essa primeira

¹ Há uma formulação, que imagino seja padrão para a Capes, pois aparece em vários documentos de área, para a qualificação dos programas 6 e 7. A esta formulação a área pode acrescentar seus próprios indicadores, assim como fez a A&F. Essa formulação é a seguinte: “As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos [sic] os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições: Nota 6: predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens [sic]; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

Nota 7: conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).” (Os colchetes são meus e apontam uma inconsistência nessa formulação.)

etapa, dados quantitativos são primordiais para a área. A segunda rodada, no caso da A&F, é uma tarefa que leva em conta indicadores de qualidade para os quais é indispensável a intervenção dos avaliadores. A disjunção exclusiva entre avaliação quantitativa e qualitativa não é, pois, um destino na avaliação da Capes. Há espaço para acomodações que respeitem as especificidades das áreas.

O meu segundo exemplo vem das Ciências Políticas e Relações Internacionais, daqui para frente CP&RI. Com 50 programas e pertencendo ao campo das humanidades, esta área oferece um contraponto interessante à Filosofia, mas também à Física, no tocante ao uso de parâmetros quantitativos. O documento da área é um testemunho da importância que a área dá à quantificação de resultados e aos índices disponíveis, fazendo vasto uso de tabelas e ranqueamentos. A título de exemplo, um dos indicadores de progresso da área é a sua posição no ranking de citações do SCImago, como se pode ver na citação abaixo:

A posição da área de Ciência Política e Relações Internacionais no Ranking de citações do SCImago passou do 38º lugar, em 2004, para a 12ª posição no mundo, em 2010. Até 2004, estava atrás de Argentina, Chile e México em publicações indexadas na AL. Desde 2008, o Brasil consolidou uma posição de liderança na CP & RI da América Latina. (Documento de área das Ciências Políticas, 2013. p. 3)

O SCImago é um portal que classifica periódicos quanto à sua visibilidade com base num algoritmo desenvolvido pela Google para classificar páginas de internet. Seu domínio de classificação é a base de dados da Scopus². A Scopus, por sua vez, é uma base de dados de resumos e citações de literatura avaliada por pares (*peer-reviewed literature*) mantida pela editora científica Elsevier. Essa base de dados e a ISI, da Web Of Science (<http://wokinfo.com/citationconnection/>), com a qual concorre, são a fonte mais segura sobre visibilidade da produção científica no mundo, incluindo livros, anais de eventos, relatórios de

² O portal SCImago, da base de dados Scopus, pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://www.scimagojr.com/index.php>. Em sua página inicial, o leitor encontrará esta breve descrição que usei para a descrição que fiz e que o remeterá a outros detalhes se lhe interessar. "The SCImago Journal & Country Rank is a portal that includes the journals and country scientific indicators developed from the information contained in the Scopus® database (Elsevier B.V.). These indicators can be used to assess and analyze scientific domains. This platform takes its name from the SCImago Journal Rank (SJR) indicator, developed by SCImago from the widely known algorithm Google PageRank™. This indicator shows the visibility of the journals contained in the Scopus® database from 1996."

pesquisa, periódicos e patentes. São as bases de dados que as agências brasileiras de pesquisa, inclusive a Capes e o CNPq, levam em consideração para a tomada de decisões estratégicas. Mediante os dados fornecidos por essas bases é que as agências, mas também os *experts*, avaliam o desenvolvimento de todas as áreas da ciência no mundo, nas suas diversas regiões e nos países individualmente. A Capes, conforme se pode constatar no seu Plano Nacional de Pós-Graduação, em especial no capítulo destinado à internacionalização, p. 223 ss, usa esses dados para medir o crescimento da produção científica brasileira e projetar o seu desenvolvimento na próxima década. As bases cobrem literatura científica em todas as línguas e áreas, contanto que a produção seja avaliada por pares e atenda a critérios técnicos básicos de publicação e arbitragem que possam ser checados por avaliações independentes e aleatórias³. Ao contrário de um portal de periódicos, como é a Scielo⁴, que tem sede no Brasil, essas bases de dados fazem o cruzamentos de informações sobre citações entre produções científicas e por

³ Dentre os critérios para a inclusão de uma produção científica nessas bases de dados não conta qualquer pagamento. As empresas se sustentam com a venda de serviços baseados na informação que produzem a partir do cruzamento dos dados que abrigam em suas bases, e esses dados só são relevantes porque não são incluídos mediante remuneração. Em seu texto, já citado acima, Marilena Chauí menciona a sua experiência com indexadores e os critica duramente por usarem o pagamento de alguma taxa como critério básico para a inclusão e produção de dados. Ela se referia ao ranqueamento de instituições, mas sua observação se dirigia aos índices de impacto baseados em número de citações. Diz ela: “Vendo esse critério [para o ranqueamento de instituições] entendi um tipo de e-mail, muito engraçado, que eu recebo sempre e nunca havia entendido... São e-mails que vêm de empresas que se oferecem para fazer levantamento das minhas citações. Na primeira vez que eu recebi um negócio desses, eu achei que fosse uma piada de mau gosto, que alguém quisesse fazer uma brincadeira sem graça comigo. Depois descobri que há, de fato, empresas para fazer contagem de citação! É uma capitalização da pesquisa! Você paga uma empresa para poder entrar no “ranking”...” (Marilena Chauí, *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 129, Jun./2014, p. 431-438. p. 434. Colchetes meus). Não conheço os ranking pagos, mas devem existir. Os ranking relevantes, contudo, em particular o SCImago, não funcionam assim e, com respeito a eles, a crítica de Chauí não se aplica.

⁴ O portal Scielo pode ser encontrado no seguinte endereço: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso. Nele o leitor encontrará esta breve, mas clara, informação sobre o que é o portal. “A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Com o avanço das atividades do projeto, novos títulos de periódicos estão sendo incorporados à coleção da biblioteca.”

isso podem ajudar pesquisadores, editores e gestores acadêmicos a ter uma visão mais ampla da repercussão do trabalho científico que fazem e divulgam. A Scielo não presta esse serviço, mas vincula os periódicos que hospeda a essas bases de dados.

A área da CP&RI baseia muito de seus indicadores para avaliação e classificação da produção da área na SCImago. A classificação de periódicos, por exemplo, está amplamente lastreada no portal e na performance do periódico nele. Os critérios para a inclusão de um periódico da área no nível A1, por exemplo, são os seguintes:

- Periódicos indexados na base SCImago
- 100% artigos originais
- Publicar pelo menos 30% de artigos/ano com participação de autores estrangeiros
- Conselho Editorial formado por autores internacionais renomados
- Indicadores (JCR, SJR) que permitam mensurar fator de impacto
- $SJR > 0.30$
- revisão por pares duplamente cegos
- Publicar pelo menos 85% de artigos de autores não vinculados à instituição que edita o periódico. (Documento de área das Ciências Políticas, 2013, p. 25)

E para a classificação de livros, problema caro à nossa área, graças à importância que esse tipo de produção tem para nós, a solução que deram é a seguinte:

A classificação nos estratos é resultado de duas etapas de avaliação: em um primeiro momento, as obras são inseridas em plataforma on-line chamada Instrumento para classificação dos livros [www1.ufrgs.br/capes], que gera pontuação a partir da identificação de um conjunto de “aspectos formais da obra” (ver abaixo). Após auditoria das obras que tenham ultrapassado ponto de corte, estas são submetidas a parecer de consultores que confirmam ou corrigem a pontuação previamente obtida.

1. O livro é resultado de pesquisa original, financiada por agência de fomento nacional, internacional ou estadual?
2. Em alguma de suas etapas de elaboração, o livro foi submetido à avaliação por pares?

3. Existem indicadores de impacto ou visibilidade do livro na comunidade científica da área de Ciência Política e Relações Internacionais? (Documento de área das Ciências Políticas, 2013. p 28)

Cada uma dessas perguntas está detalhada por um conjunto de perguntas adicionais que ajudam os avaliadores a classificar o livro. O documento de área discute ainda a relação entre artigos publicados e livros, sempre levando em consideração o fator de impacto, mas não apenas ele, senão um tripé que estaria constituído pela sustentação do livro em pesquisa original, o seu julgamento por pares e o impacto que a obra finalmente produziu na área. Diz o texto na sequência dos critérios acima descritos:

Infere-se que livro resultante de pesquisa original e financiada, que tenha sido julgado por pares e apresente indicadores de impacto, possua qualidade elevada, de modo equivalente à premissa de que artigo publicado em periódico com *peer review* rigoroso e fator de impacto significativo apresente qualidade elevada. Desta forma, o resultado final da classificação não consiste em considerações subjetivas sobre o caráter “bom” ou “ruim”, “excelente” ou “mediocre” da obra, mas se o livro possui características formais que correspondam ao tripé pesquisa/julgamento/impacto. (Documento de área das Ciências Políticas, 2013. p 28- 29)

Finalmente, trago o exemplo da Educação. Essa é uma área com 205 programas e que, a despeito de seu tamanho, descreve procedimentos para classificar seus programas e sua produção científica semelhantes aos que usamos na Filosofia. Em especial, não há recurso à indexação que gere índice de impacto, muito embora indexadores sejam, eventualmente, citados no documento de área. Assim, consta no rol de critérios para classificação de periódicos no estrato A1 o seguinte:

Publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas para a versão impressa, quando for o caso, e online. Periodicidade mínima de 3 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais

e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença significativa de artigos de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas (acima de dois artigos por ano). Estar indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos 3 internacionais. Constar de bases de indexação, dentre elas o Scielo/Scielo Educa (se brasileiras). (Documento de área da Educação, 2013. p. 18-19)

A menção a indexadores é genérica, podendo se tratar de bases de dados que apenas divulgam resumos e palavras-chave de artigos, ou até mesmo textos completos, mas não cruzam informações para determinar a visibilidade e o impacto da produção para a comunidade científica. A exigência, para fins de classificação de periódicos no extrato mais elevado, de que eles estejam no portal Scielo é problemática por pelo menos duas razões. A primeira é que o acesso a ela não depende apenas do atendimento aos requisitos indicados pelo portal⁵, mas também da capacidade técnica do portal para abrigar periódicos e que não é ilimitada, o que não é o caso das bases de dados que informam fatores de impacto e que incluem em seu domínio de dados qualquer periódico que atenda às condições formais mínimas a que já aludi acima (cf. pp. 8-9 e nota 2) . Segundo, por ser um portal, como expliquei na nota 3, a Scielo não oferece métrica de citações, como a ISI-Web of Science e a Scopus, esta última, mediante a SCImago para as ciências

⁵ Pouco antes do evento da Anpof, a Scielo divulgou novos critérios para a admissão de novos periódicos a seu portal e manutenção em sua coleção daqueles que já abriga. Estes critérios visam a incrementar a expressão internacional dos periódicos e, por isso, aumentam, com índices específicos para cada área, as exigências no tocante à artigos em inglês (mínimo de 25% na área de humanas), participação de autores e pareceristas estrangeiros (mínimo de 20% para a área de humanas), além de editores associados vinculados a instituições no exterior (mínimo de 15% para as humanas). O número mínimo de artigos por ano também foi elevado a 25. O documento completo com os novos critérios pode ser encontrado em : http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCritérios_SciELO_Brasil.pdf. A discussão pormenorizada desses critérios escapa ao âmbito deste artigo, mas não ao interesse de nossa área. Para citar um exemplo, a exigência de publicação de 25 artigos por ano não tem qualquer conexão com o aumento da qualidade da produção filosófica publicada no país.

humanas, mas seleciona os periódicos por critérios próprios e que, ao serem generalizados, mesmo que por área de conhecimento, terminam por funcionar como um viés a determinar que tipo de periódico se deve publicar. É claro que o portal pode definir os critérios que achar mais convenientes para compor a sua coleção, mas isso mostra claramente a diferença entre bases de dados que medem impacto a partir de um conjunto aberto de periódicos, que são incluídos com base apenas segundo os critérios de arbitragem, regularidade e padronização internacional, e um portal que monta uma coleção de periódicos a partir de critérios seletivos próprios.

De qualquer modo, fator de impacto não tem relevância para a área da Educação. Isso se pode verificar também na escolha de seus programas de referência. Os critérios para a eleição dos programas 6 e 7 não está, pelo menos no documento de área, pautado por índices quantitativos e abre, portanto, espaço para a avaliação qualitativa, como se pode ver na formulação inicial dos critérios, que antecede o texto padrão da Capes tal como o citei na nota 1, mas também é observável nos próprios critérios.

Os cursos candidatos a 6 ou 7 devem apresentar uma produção bibliográfica que supere os limites definidos na Ficha de Avaliação e evidenciem a inserção internacional indicada por: um nível de qualificação da produção equivalente aos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos; uma consolidação de sua liderança nacional como formador de recursos humanos para pesquisa e pós graduação.

Evidentemente não é esperado que todos os Programas atuem em todos os eixos de internacionalização. A avaliação realizará a análise da qualificação dos Programas quanto nível [sic] e tipo de internacionalização. (Documento de área da Educação, 2013. p. 35)

Na prática, a área determinou as notas 6 e 7 com base numa rigorosa comparação entre os pontos auferidos pelos candidatos com nota 5 nos itens da ficha de avaliação, sobretudo os relativos à produção bibliográfica, incluindo livros, itens para os quais a Educação usa, para a sua avaliação, a mesma ficha que usamos na Filosofia e os critérios comuns às ciências humanas, sem uma intervenção mais profunda nesses critérios como o faz as CP&RI.

NÓS, OS GUARANIS

Os exemplos que eu trouxe dão uma clara medida da diversidade de critérios que são usados na avaliação da Capes e do grau de liberdade que as áreas dispõem para se avaliarem, imprimindo no processo a marca de sua história e identidade acadêmica. Face a isso, não há razões objetivas para que não usemos nossa crítica às avaliações de modo a, como eu dizia no início, conectar virtuosamente a nossa história à nossa diversidade em favor da Filosofia, o que não pode senão estar em sintonia com as expectativas das agências em geral e da Capes em particular. Para isso, porém, é preciso haver mais discussão sobre o tema e discussão informada por dados que sejam adequados e úteis para a escolha de rumos e a tomada de decisões. Até o momento têm nos faltado os dois elementos: a discussão e dados confiáveis. Nesta última seção, quero discutir aspectos pontuais de nosso documento de área e trazer alguns dados que alimentem uma discussão melhor informada e mais propositiva para a melhoria da avaliação que fazemos. Discutirei a classificação de periódicos, livros e os critérios para a escolha dos programas de referência, 6 e 7.

Os critérios para a classificação de periódicos nos estratos A1, A2 e B1 estão assim definidos em nosso documento de área:

Estrato A1

- Periódicos de destacada qualidade, devidamente demonstrada em relatório pelos avaliadores e necessariamente superiores a todas as exigências estabelecidas para o Estrato A2.

Estrato A2

- Ser publicado por instituição com Pós-Graduação stricto sensu, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na área, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares.
- Disponibilidade em pelo menos dois dos indexadores ou bases de dados acima indicados.
- Publicar pelo menos 18 artigos por volume, dos quais pelo menos 75% de autores vinculados a pelo menos cinco instituições diferentes da que edita o periódico.

- Publicar regularmente resenhas de livros de interesse para a área.
- Regularidade na publicação dos números.
- Periodicidade mínima semestral.

Estrato B1

- Ser publicado por instituição com Pós-Graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na área, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares.
- Presença no Conselho editorial de membros de instituições estrangeiras de reconhecimento na área.
- Disponibilidade em pelo menos um dos seguintes indexadores e bases de dados: SciELO, The Philosopher's Index (Ohio, USA); International Philosophical Bibliography/Répertoire Bibliographique de la Philosophie (Louvain, Bélgica); Francis-Bulletin Signalétique (CNRS, INIST, França); Ulrich 's International Periodicals Directory (New York, USA), Institute for Scientific Information-ISI (Philadelphia, USA), LATINDEX, American Theological Library Association-ATLA Religion Data Base.
- Publicar pelo menos 18 artigos por volume, dos quais 60% de autores vinculados a pelo menos cinco instituições diferentes da que edita o periódico.
- Regularidade na publicação dos números. (Documento de área da Filosofia & Teologia, 2013. p. 15-16)

O estrato A1 se define mediante uma avaliação de excelência de periódicos que atendem ao estrato A2, mas este não faz referência aos estratos inferiores, a não ser pela indicação das bases de dados aceitas. Pode ser o caso, portanto, que um periódico seja A2, sem que tenha membros de instituições estrangeiras em seu conselho editorial. Pode acontecer também que um periódico que esteja numa base de dados que produza índice de impacto, como a SCImago e ISI-Web of Science, e não seja sequer considerado para o estrato B1, já que na lista de bases de dados deste estrato não consta nenhuma com esta capacidade técnica. Ficamos então entre o formalismo de alguns critérios, muitos deles emulados das antigas regras do Scielo, como o número de artigos por volume, e a discricionariedade da comissão que, sem qualquer indicador de relevância e impacto, tem de julgar conforme a tradição e com tendência a mantê-la e não a melhorá-la.

O uso de índices de impacto, como vimos nos exemplos acima, varia, mas são, como tentei esclarecer, um dado que vem de uma fonte não elitizada como o é a Scielo. O desconhecimento da área sobre essas bases de dados, a nossa desconfiança face a classificações e a falta de uma política da área para que seus periódicos busquem a sua paulatina inclusão nessas bases me parecem ser as principais razões para que a nossa situação quanto ao impacto dos seus periódicos seja crítica. Uma consulta à SCImago⁶ mostra o seguinte quadro referente a periódicos publicados no país no último período avaliado pelo indexador, o triênio 2010-2013. No ano de 2013, apenas seis periódicos brasileiros constam em sua base de dados. Entre 2010 e 2011, esse número era de cinco e entre 2009 e 2010, apenas de três. Em ordem alfabética, os periódicos listados em 2013 são os seguintes: Filosofia Unisinos, Kriterion, Principia, Revista de Filosofia: Aurora, Revista de Letras e Transformação. Todos têm índice de impacto H igual a 1, pois o número de citações recebidas pelos artigos publicados no período em análise é muito baixo. De fato, o periódico com o maior número de citações em 2013 de artigos publicados entre 2010 e 2012 é a Revista Principia, com 4 citações, todas em 2013, seguida pela Transformação e Kriterion, com 2 citações cada uma em 2013 e duas para a Transformação em 2012. A Revista de Filosofia: Aurora tem uma citação em 2013 e a Filosofia Unisinos tem uma em 2012. No tocante ao índice que a área da CP&RI usa, nossos periódicos têm todos índice 0,1, com a Principia estando melhor posicionada em 2013, com 0,124. Se olharmos o dado desde a perspectiva regional, veremos que, na América Latina, 15 periódicos constam da base de dados da SCImago, o que significa que, além dos seis brasileiros, outros 9 estão incluídos. Insisto num ponto ao qual já aludi em nota acima (nota 3): a inclusão de um periódico nessa base de dados não se deve ao pagamento de nenhuma remuneração a quem quer que seja, mas ao interesse do periódico que pode preencher um formulário no site do indexador e ter suas informações checadas por ele. Uma outra via de inclusão é a admissão, no caso da América Latina, ao portal Scielo, com os limitações e vieses já apontados por mim. Em ordem alfabética, os periódicos latino-americanos elencados nessa

⁶ http://www.scimagojr.com/journalrank.php?area=0&category=0&country=all&year=2013&order=h&min=0&min_type=cd

base de dados são os seguintes: *Aisthesis*, *Co-herencia*, *Crítica-Revista Hispanoamericana de Filosofia*, *Eidos*, *Ideas y Valores*, *Signo Filosóficos*, *Topicos*, *Utopia y Praxis Latinoamericana*. Tomando-se o quadro geral da América Latina, a revista *Crítica*, publicado no México, tem, em 2013, o melhor índice H, que é igual a 4, seguida pela revista *Utopia y Praxis Latinoamericana*, com índice H igual a 2, seguida, então, por todas as demais com índice igual a 1, exceto as revistas *Aisthesis*, *Eidos* e *Signos Filosóficos*, que têm índice H igual a zero. Para se ter um critério de comparação, a revista com o maior índice de impacto no mundo é a *Nature*, com índice H igual a 829. Na área da Filosofia, o periódico com maior índice H é a *Physiology and Behavior*, com índice H igual a 103. A revista *Ethics*, que nos é mais familiar e nos pareceria mais intuitivo que constasse em uma lista de revistas de Filosofia do que a primeira colocada, aparece em 12º lugar com índice H igual a 35. *The Philosophical Review* vem em 15º lugar com índice H igual a 31 e a *Mind* vem em 27º lugar com índice H igual a 23, para citar mais alguns exemplos.

Salta aos olhos que esses índices não levam em consideração periódicos brasileiros importantes de nossa área. Contudo, é preciso dizer que esses periódicos não aparecem na lista ou porque atendem os critérios básicos exigidos pelos indexadores, mas não solicitaram a sua inclusão neles, ou a solicitaram, mas não atendem os critérios formais básicos, incluindo a regularidade e a avaliação por pares, auditável de modo independente. Considerando o escasso rol de periódicos brasileiros de Filosofia que temos elencados no SCImago é, de fato, impossível basear a classificação das revistas da área nesse indicador, mas que ele sequer seja levado em consideração, pelo menos de modo a induzir uma profissionalização de nossos periódicos, não parece justificável. Sobretudo por se tratar de uma informação disponível pública e gratuitamente, e que vem de uma base de dados aberta a qualquer tema, língua ou nacionalidade. Sem dados como esses, só podemos dizer que nos lemos pouco porque intuímos o fato a partir de seus reflexos em nosso parco debate, mas é chocante, mesmo com a pequena amostra de que dispomos, constatar o quão pouco damos importância para o que escrevemos. Afinal, parece que já estamos na situação do cacique Guarani que fala e fala, e todo mundo continua fazendo o que gosta de fazer, sem se importar se

o que está fazendo tem alguma repercussão ou atentar para aquilo que os outros fazem ou dizem.

Se levarmos em conta que os indexadores podem incluir também livros e anais de eventos, poderíamos pensar em incluir essa variável como uma das que seriam levadas em conta na avaliação desse tipo de produção. Usamos, como mencionei, a mesma ficha que a Educação e outras áreas da humanas, mas nada impede que o sistema seja incrementado por um dado que esteja disponível, desde que as editoras façam o seu trabalho de inserir seus livros nessas bases. Elas, porém, não o farão se não levarmos em conta índices de impacto como mais uma fonte relevante de informações para a nossa tomada de decisões. E é bom que se sublinhe o “levarmos em conta”, que não quer dizer usar como critério único ou mesmo como o mais importante. Dado o tamanho do mercado brasileiro, se pelo menos um terço dos cerca de cinquenta periódicos nos quais, segundo dados da comissão dirigida por Danilo Marcondes, concentra-se a produção da pós-graduação em Filosofia no país estivesse indexado, teríamos um quadro muito mais claro da visibilidade de nosso trabalho e poderíamos agir em favor de ampliar essa visibilidade e causar mais repercussão com o que publicamos. Uma outra consequência funesta da falta de dados confiáveis sobre a circulação de informação na Filosofia é que somos induzidos ao produtivismo. Na falta de meios de verificação do impacto do que produzimos, somos levados a nos medir pela quantidade da produção, o que já nos tem roubado forças vitais para a produção de obras de mais fôlego.

Uma última palavra sobre os critérios para a eleição de programas 6 e 7. Nosso documento de área usa o texto base da Capes (cf. nota 1) e, além disso, lastreia a decisão no aspecto internacionalização, para o qual sete critérios são listados, a saber:

1. Convites regulares ao corpo docente para ministrar cursos, conferências, participar em bancas examinadoras, participar de comissões organizadoras de eventos.
2. Participação em eventos científicos e publicações em veículos internacionais de excelência reconhecida, prêmios recebidos, publicações em anais de eventos e de livros e capítulos no exterior, inclusive em coautoria com professores e pesquisadores de instituições no exterior.

3. Frequência de realização de estágios sênior e de pós-doutorado, sobretudo com bolsa, em instituições de reconhecida importância na área no exterior.
4. Existência de convênios internacionais e projetos de cooperação com financiamento.
5. Presença no programa de alunos estrangeiros.
6. Participação efetiva e regular de professores e pesquisadores de centros de excelência no exterior nas atividades do programa, resultando em projetos em comum e em publicações conjuntas.
7. Participação do corpo discente em programas de intercâmbio, destacando-se bolsas sanduíche.

Espera-se que todos os programas tenham algum grau de internacionalização, refletindo-se em pelo menos 3 dos itens indicados acima.

Os programas 6 e 7 são aqueles em que a internacionalização se encontra concretizada de forma regular, bem distribuída pelo corpo docente e atendendo ao maior número possível de itens característicos da internacionalização, listados acima de 1 a 7. (Documento de área da Filosofia & Teologia, 2013. p. 34)

Não há, entre os itens qualquer menção à repercussão da produção filosófica nacional em termos de uso desta produção em outra produção, o que significa o impacto de nosso trabalho sobre o trabalho de outros. Os dados até o momento disponíveis nas bases de dados que informam aos gestores acadêmicos sobre a produção de conhecimento mostram que o que se produz em Filosofia no Brasil tem pouco ou nenhuma repercussão no exterior. Pior, tem pouco ou nenhuma repercussão no próprio país. Repercussão nos meios acadêmicos, claro, e que se caracteriza pela inserção de nossas ideias na construção de outras ideias que serão, então, publicadas em veículos de divulgação acadêmica com potencial de alimentar o ciclo. E, no entanto, os critérios que usamos para eleger os programas de referência mostram que essa informação sobre a repercussão de nosso trabalho nos é irrelevante. Os critérios que usamos são inequivocamente importantes e, sem dúvida, refletem o estágio de desenvolvimento da Filosofia na Brasil. Contudo, talvez tenha chegado o momento de pararmos o que estamos fazendo para ouvir o que tem a dizer o Guarani que está trabalhando

ao nosso lado, ou preocuparmo-nos se o que estamos fazendo interessa a alguém além de nós mesmos. Quem sabe a nossa rebeldia esteja mal direcionada e deveria voltar-se contra a solidão de nossas práticas, mesmo que ela, a rebeldia, nos levasse a usar a avaliação que fazemos de nós próprios como meio para nos tirar do solilóquio a que parecemos condenados.

Algumas reflexões sobre a interdisciplinaridade na Filosofia brasileira*

Alfredo Storck**

UFRGS, CNPq

Inicialmente, agradeço ao colega Ivan Domingues e ao presidente da ANPOF, Marcelo Carvalho, pela organização desse conjunto de debates e pelo convite para participar dessa mesa juntamente com as colegas Telma Birchall e Maria Isabel Limongi.

O tema que nos foi indicado intitula-se *Perfis e Modelos de Pesquisa e Ensino em Filosofia* e foi-nos sugerido que o abordássemos desde a perspectiva de três eixos centrais: a) modelos ditos “analíticos”; b) modelos e variantes continentais; c) experiências e demandas interdisciplinares. Maria Isabel Limongi abordou os dois primeiros aspectos e Telma Birchall enfatizou diversos pontos ligados aos modelos de ensino da Filosofia e seu impacto no sistema atual. No que segue, irei supor muito do que elas disseram e limitar-me-ei a trazer alguns elementos que, espero, contribuirão para refletirmos acerca do terceiro ponto, a interdisciplinaridade. Esse tema, por sua natureza, impõe que se adote uma perspectiva externa à Filosofia para que possamos recolher fora da área elementos que nos ajudem a refletir sobre a área. Para tanto, dividirei a apresentação em quatro partes. Na primeira, abordarei algumas das razões que levaram a CAPES a introduzir nos Documentos de Área um item sobre a interdisciplinaridade. Na segunda, apresentarei

* O presente artigo é a versão levemente ampliada do texto apresentado durante a ANPOF. Como o leitor rapidamente perceberá, decidi preservar o tom mais característico de uma apresentação oral.

** Possui graduação em Filosofia e Direito, mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorado em Filosofia - Université de Tours (Université François Rabelais) e pós-doutorado na Université de Paris I, Sorbonne. É professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bolsista 1C do CNPq e tem realizado pesquisas nas áreas em História da Filosofia Medieval e Filosofia do Direito.

alguns desafios a essa prática ligados ao modo de implantação da Filosofia no Brasil. Na terceira, abordarei rapidamente algumas limitações do sistema educacional brasileiro as quais apontam para a necessidade de expansão da graduação e da pós-graduação no país. Por fim, retirarei algumas conclusões a partir do que foi apresentado.

1. INTERDISCIPLINARIDADE E A AVALIAÇÃO DA CAPES

Não é de hoje que a compartimentalização das disciplinas científicas tem sido percebida como impondo restrições metodológicas demasiadamente fortes para a análise de certos fenômenos (empíricos ou sociais) justamente por apresentá-los de forma parcial. A fragmentação da produção e difusão do conhecimento em disciplinas com objetos, objetivos e métodos independentes que caracteriza a disciplinaridade prevalece e provavelmente continuará prevalecendo em nossas universidades e institutos de pesquisa. Todavia, ao lado da disciplinaridade, existem, em número cada vez mais crescente, demandas de cooperação entre equipes de cientistas oriundos de diferentes disciplinas. Essa cooperação adota a forma multidisciplinar quando as diversas disciplinas associadas no estudo de um tema preservam sua independência e metodologia. Passa a ser interdisciplinar, no entanto, quando as trocas teóricas e metodológicas levam à produção de novos conceitos e metodologias.¹ Exemplos famosos são a cooperação de cientistas sociais e cientistas naturais para estudar mudanças climáticas ou a associação de filósofos, psicólogos, neurocientistas, linguistas e antropólogos para estudar a mente e a inteligência na ciência cognitiva.²

A CAPES tem demonstrado uma crescente preocupação com a interdisciplinaridade, preocupação que tem se manifestado de diversas maneiras. Em um primeiro momento, a CAPES privilegiou a in-

¹ Para uma apresentação mais acurada dessas noções, veja-se: Klein, J. T. "A taxonomy of interdisciplinary", in Frodeman, R., Klein, J.T., and Mitcham, C. *Oxford Handbook of Interdisciplinarity*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p. 15-30. A CAPES retira sua definição de 'interdisciplinaridade' do Documento do CAInter e os apresenta no *Plano Nacional de Pós-Graduação* (PNPG 2011-2020), p. 135. O PNPG está disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>.

² Para uma caracterização da ciência cognitiva, veja-se: Thagard, Paul, "Cognitive Science", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), publicação disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/cognitive-science/>.

terdisciplinaridade ao lhe conferir estatuto de área autônoma em seu sistema de avaliação e financiamento da pesquisa. Em um segundo momento, a CAPES passou a incluir em sua estratégia de apoio à interdisciplinaridade uma abordagem mais geral e decidiu delegar a todas as áreas a tarefa de se pronunciarem, em seus Documentos de Área, sobre como entendem e praticam a interdisciplinaridade. Certamente não nos interessará discutir aqui os problemas internos à área interdisciplinar da CAPES. Lembro apenas que essa área foi criada em 1999 com a designação de Mutidisciplinar e passou, em 2008, a ser chamada de área Interdisciplinar.³ Na atual estrutura da CAPES, o termo ‘multidisciplinar’ designa uma grande área, pertencente ao colégio de Ciências Exatas, Tecnológica e Multidisciplinar. De acordo com os documentos da última avaliação trienal, a área interdisciplinar contava, em 2012, com 297 cursos de pós-graduação e é uma das que mais recebe (e também recusa) propostas de cursos novos. Somente no triênio 2010-2012 foram aprovados 151 novos cursos para integrar a área.⁴

Esse gigantesco crescimento da área interdisciplinar explica, ao menos em parte, a estratégia da CAPES de difundir a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do conhecimento e incentivar que elas abriguem programas interdisciplinares. Essa não será a única estratégia que a agência pretende adotar, pois outras parecem estar ainda em fase de gestação. Evidencia isso a organização, pela agência, do *III Encontro Acadêmico Internacional 2014* justamente com o tema: *Interdisciplinaridade nas Universidades Brasileiras: Resultados & Desafios*, realizado em maio de 2014.⁵

Parece claro, no entanto, que, além de reconhecer a importância dos problemas ligados aos processos de geração e difusão do conhecimento que precisam ser enfrentados por meio de cursos interdiscipli-

³ O documento de avaliação dessa área define interdisciplinaridade do seguinte modo: “Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.” A consulta ao documento pode ser feita por meio do site da CAPES: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4674-interdisciplinar>.

⁴ Conforme dados retirados do documento da área e disponível no link acima.

⁵ O relatório do evento pode ser acessado em: <http://seminarios.capes.gov.br/encontro/apresentacao>.

nares, a CAPES precisa ainda enfrentar dificuldades inerentes ao gerenciamento do tipo e volume de demandas que recebe. Como a estratégia inicial de concentração de cursos em uma grande área interdisciplinar passa a dar sinais de esgotamento, a política institucional precisa ser redefinida. O modo como os dois aspectos do problema serão equacionados ainda não está totalmente desenhado pela agência, mas a responsabilidade na busca dessa solução foi compartilhada entre as áreas no momento em que a CAPES passou a exigir delas que apresentassem em seus documentos uma caracterização do que entendem por e como praticam a interdisciplinaridade. Se saliento esse ponto é porque o considero relevante para entendermos o significado de algumas demandas da CAPES. Quando a agência exige a introdução no documento de área de um novo parâmetro de avaliação, no caso a interdisciplinaridade, ela não está necessariamente sinalizando que devemos incrementar esse tipo de atividade. Busca antes equacionar um problema de gerenciamento do sistema de avaliação e evitar a proliferação de cursos que poderiam ser acomodados nas áreas tradicionais.

Ao consultarmos o *Documento de Área da Filosofia* referente à última avaliação trienal⁶, veremos como a nossa área pronunciou-se sobre os dois aspectos do problema. No que tange o viés teórico da questão, o documento confere destaque ao que chama de “vocação interdisciplinar da filosofia” a qual seria exercida nos limites próprios da área e não em programas interdisciplinares. De fato, podemos seguir a sugestão feita no documento e olhar para a história da filosofia para perceber que, por sua natureza, a investigação filosófica é feita em diálogo com as demais disciplinas a tal ponto que, em certo momento da sua história, o termo ‘filosofia’ era empregado simplesmente como o nome genérico para designar todas as disciplinas teóricas e práticas. Ainda hoje, as diversas disciplinas científicas trazem problemas que interessam ao filósofo. Talvez isso explique, ao menos em parte, que investigações multidisciplinares sejam normalmente bem recebidas pela área. Filosofia da Arte, Filosofia da Ciência, Filosofia da Biologia, Filosofia da Matemática, Filosofia da História, Filosofia da Mente, etc, são todas designações para investigações que podem envolver pesquisadores de diversas formações e que podem ser realizadas no interior da Filosofia. Claro que nem sempre a investigação feita sob esses rótulos é multi

⁶ Disponível em <http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>.

ou interdisciplinar, uma vez que a pesquisa realizada no interior de uma disciplina e a análise filosófica acerca dessa disciplina movem-se em níveis teóricos distintos. Mesmo assim, não nos causa estranheza encontrarmos em programas de pós-graduação em Filosofia docentes com formação em outras áreas, como Matemática, Física, Ciência Política, Sociologia, Direito e História. Também não surpreende a constatação feita pelo nosso documento de área segundo a qual a Filosofia “não tem tradicionalmente encaminhado à Capes propostas de criação de cursos de caráter interdisciplinar, nem tem participado diretamente de programas interdisciplinares” e que “tampouco, se detectam na área multidisciplinar programas que tenham uma presença forte da Filosofia.”⁷ Essa constatação sugere que a interdisciplinaridade tende a equacionar-se bastante bem internamente à Filosofia.

2. ALGUNS ENTRAVES TRADICIONAIS

Ao ler o nosso documento de área, e isso vale igualmente para documentos de outras áreas que pude consultar,⁸ tem-se a impressão de que a interdisciplinaridade é praticada de forma fácil, que as áreas são abertas a esse tipo de cooperação e que bastaria um maior interesse dos pesquisadores para incrementarmos o maior número de projetos interdisciplinares. Acredito que, em boa medida, esse é o caso. Gostaria, entretanto, de chamar a atenção para algumas dificuldades recorrentes que têm contribuído para afastar as áreas e de fornecer alguns exemplos de como essas dificuldades têm sido enfrentadas. No breve limite de tempo de que disponho, tentarei sugerir, sem pretender com isso estar dizendo algo de muito novo, que uma das principais barreiras para a interdisciplinaridade diz respeito ao processo histórico de institucionalização das disciplinas.⁹ Tomarei como exemplo as relações entre Filosofia e Direito, e isso por várias razões. Em primeiro lugar, porque há

⁷ Documento de área da Filosofia, p. 5.

⁸ Exemplos são os documentos das áreas de História, de Química e de Astronomia e Física.

⁹ S. Lélé e R. Norgaard descrevem quatro tipos de barreiras: a) os valores presentes em todas as etapas da pesquisa e que influenciam estilos de pesquisa e juízos coletivos; b) pressuposições advindas de suas teorias ou modelos explanatórios; c) noções epistemológicas ligadas ao que conta como prova; d) influências institucionais sobre como a pesquisa interdisciplinar é percebida. Veja-se: Lélé, S. e Norgaard, R. “*Practicing Interdisciplinarity*”, in *BioScience*, November 2005, Vol. 55, No.11, p. 967-975.

um crescente ganho de interesse em nossa área por Filosofia Jurídica, como se observa pelo grande número de apresentações que, nesta edição do Congresso da ANPOF, tratam direta ou indiretamente de temas ligados ao Direito.¹⁰ Em segundo lugar, porque há tensões de natureza conceitual, metodológica e institucional entre a Filosofia do Direito praticada por juristas e aquela praticada por filósofos. Tradicionalmente, a produção dos jusfilósofos, como alguns se autodenominam, tende a ser veiculada e consumida no mercado editorial jurídico e praticamente desconhece o produto e os veículos de produção de nossa área. Mas o inverso também é o caso e as explicações normalmente dadas por filósofos para isso é a falta de rigor filosófico dos juristas filósofos, ao que eles respondem criticando a falta de propostas práticas da parte de filósofos. Para os interesses dessa nossa mesa, creio ser relevante notar que a ausência de diálogo entre esses dois praticantes da Filosofia do Direito pode, em grande parte, ser explicada analisando-se a história da implantação de suas disciplinas no Brasil.

Obviamente, não disponho de tempo aqui para desenvolver o assunto em toda a sua complexidade e devo limitar-me a algumas breves considerações gerais. Para facilitar minha tarefa, valer-me-ei de dois artigos recentes que abordaram o processo histórico de constituição da Filosofia entre juristas e filósofos. Sobre a história da Filosofia do Direito no Brasil e da filosofia praticada pelos juristas, seguirei o instigante artigo de Ronaldo Porto Macedo Júnior e Carla Henriete Bevilacqua Piccolo, *Remarks on the Philosophy of Law in Brazil in the Twentieth Century*¹¹. Sobre a implantação da filosofia praticada nas Faculdades de Filosofia, seguirei o provocativo artigo de Marcos Nobre, *Da “formação” às “redes contrahegemônicas” – filosofia no Brasil*¹². Os dois estudos citados adotam perspectivas bastante distintas, mas convergem em alguns pontos centrais. Interessa-me sobretudo a ideia de que, para compre-

¹⁰ No XVI Encontro Nacional da ANPOF, realizado em 2014, dois Grupos de Trabalho versavam diretamente sobre o ponto: Ética, Justiça e Direito, com 65 trabalhos selecionados, e *Filosofia e Direito*, com 22 trabalhos selecionados. Em outros GTs, como o *Teorias da Justiça*, encontramos também trabalhos sobre o Direito e a Filosofia.

¹¹ Macedo Júnior, R. P. e Piccolo, C. H. B. “Remarks on the Philosophy of Law in Brazil in the Twentieth Century”, in *Anuario de Filosofia y Teoria del Derecho*, n. 8, enero-diciembre de 2014, pp. 179-224. Doravante, citado como: *Remarks on the Philosophy of Law in Brazil*

¹² Nobre, M. “Da Formação às redes. Filosofia e cultura depois da modernização”, in: *Cadernos de Filosofia Alemã* no. 19, janeiro-junho 2012, pp. 13-36.

endermos o panorama atual da área precisamos olhar também para a história, ainda que breve, de como a Filosofia foi implementada e tem sido praticada. A Maria Isabel já tratou disso de um outro ponto de vista e acredito ser minha proposta complementar àquela apresentada.

Um dos méritos do artigo de Ronaldo Macedo Júnior e da Carla Piccolo está em vincular o interesse dos juristas pela Filosofia aos diversos modelos de formação intelectual adotados nas Faculdades de Direito, retrazando suas origens, identificando, em cada período, seus personagens de maior destaque, salientando suas influências filosóficas e orientações metodológicas adotadas. O primeiro momento identificado corresponde à fundação, em 1827, das Faculdades de Direito de Olinda (transferida depois para Recife) e de São Paulo e insere-se no contexto de um Brasil recentemente independente que passava a adotar novo desenho político institucional.¹³ Anteriormente à criação das Faculdades de Direito, as referências à Filosofia pela elite intelectual eram marcadas pelo iluminismo francês e influências dispersas da filosofia europeia em nomes como Grotius, Pufendorf, Filangieri, Beccaria, Bentham e Adam Smith. A influência de Kant já se fazia sentir no Brasil desde 1805, nos cursos de Martin Francisco, mas reforça-se pela influência, na metade do século XIX, dos cursos preparatórios para a Faculdade de Direito e pode ser percebida, por exemplo, em Tobias Barreto.¹⁴ Com a criação das Faculdades de Direito, passa a ser oferecido um modelo de “educação generalista e com um forte componente humanista”¹⁵ marcado por debates não apenas jurídicos, mas também sobre arte, política, crítica literária e ciência. A Filosofia do Direito que emergia neste contexto é o chamado bacharelismo, frequentemente caracterizado pela falta de rigor acadêmico e metodológico no trato com autores e temas e que transmitia, de forma acrítica e sem digerir, os

¹³ Para uma apresentação da Filosofia no período anterior ao citado, veja: Margutti, P., *História da filosofia do Brasil – 1ª Parte: O período colonial*, São Paulo, Loyola, 2013.

¹⁴ No sul do Brasil, o kantismo era difundido por Januário Lucas Gaffré que publica, em 1909, o seu *A Teoria do Conhecimento de Kant (um ensaio)*, 2ª edição, Porto Alegre, Edipucrs, 2000. Para uma breve história do kantismo praticado pelos juristas, veja-se: Reale, M. “A Doutrina de Kant no Brasil. (Notas à margem de um estudo de Clovis Bevilacqua),” in *Revista da Faculdade de Direito*, v. 42 (1947), p. 51-96 e Reale, M. “A Doutrina de Kant no Brasil. (Conclusão),” in *Revista da Faculdade de Direito*, v. 43 (1948), p. 113-145.

¹⁵ *Remarks on the Philosophy of Law in Brazil*, p. 184. Para uma apresentação do significado do humanismo ao longo da história jurídica brasileira, consultem-se os artigos editados em Wolker, A. C. (org). *Humanismo e cultura jurídica no Brasil*, Florianópolis, Fundação Boiteux, 2003.

debates intelectuais que ocorriam na Europa. Esse fato, aliado ao perfil prático da filosofia portuguesa e sua aversão à metafísica é um dos fatores que explicam porque os principais juristas foram antes civilistas do que propriamente filósofos do direito no sentido próprio da palavra. O segundo momento assinalado pelos autores corresponde ao início do século XX e é marcado pelos conflitos ideológicos entre socialismo, liberalismo, fascismo e corporativismo e que repercutirão em âmbitos do direito, como o civil e o administrativo.¹⁶ A forte presença de um positivismo eclético, modulado por ideias evolucionistas, por uma forte influência do pensamento católico e por ideias não liberais dominaram a década de 30 e o surgimento do nacional desenvolvimentismo.¹⁷

Neste ponto, os dois artigos que citei começam a se inter cruzar. Marcos Nobre enfatiza o papel da universidade no que ele chama de projeto nacional-desenvolvimentista, vigente entre os anos 30 e 80 do século passado, um projeto de modernização do país na esfera econômica, mas também social, política e cultural. Nesse projeto, o papel que cabia à Universidade era bem definido: a identificação dos arcaísmos a serem suplantados e a formação de profissionais habilitados para enfrentar as exigências da modernização. O projeto desenvolvimentista possuía, todavia, duas versões, uma autoritária e outra democrática. A autoritária foi a que por mais tempo ocupou o poder do Estado durante o período. A versão democrática apresentava-se na forma de um projeto de modernidade e justiça social que vinculava a modernidade à democracia e que encontrava expressão intelectual nas obras ditas de “formação”: *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1942), *Formação da literatura brasileira* (1957), de Antonio Cândido de Mello e Souza, e *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado. A filosofia universitária brasileira desenvolveu-se mais na esteira desse movimento do que como responsável por sua concepção. Mesmo assim, coube-lhe a identificação dos arcaísmos a serem suplantados. Esses foram agrupados sob o rótulo de filosofismos, designação pejorativa

¹⁶ Veja-se ainda: Mota, C. G. et alii, *Os juristas na formação do estado-nação brasileiro, século XVI a 1850*, São Paulo, Quartier Latin, 2006.

¹⁷ *Remarks on the Philosophy of Law in Brazil*, p. 190-193. Para uma excelente apresentação dos debates jurídicos no final do século 19, consulte-se a tese apresentada no concurso para Professor Titular de Filosofia do Direito da USP, por José Reinaldo de Lima Lopes, *Naturalismo jurídico no pensamento brasileiro*, 2012. Agradeço ao autor por comunicar-me cópia do material ainda inédito.

para indicar (cito) as “práticas teóricas dominantes até a década de 1930 pelo menos, em que a filosofia ou bem se tornava serva de outra disciplina (sendo aqui o caso exemplar os dos seminários de teologia), ou bem era praticada sem qualquer preocupação de rigor conceitual (sendo aqui o caso exemplar a filosofia tal como praticada nas faculdades de direito).”¹⁸ A descrição proposta por Ronaldo Macedo e Carla Piccolo do período adota outros pressupostos analíticos, mas concorda substancialmente com o diagnóstico central de aumento de distância, buscado por ambas as partes, entre as Faculdades de Direito e Filosofia no período. Do lado dos juristas, o grande nome de destaque foi Miguel Reale¹⁹, por sua atuação como jurista, jornalista e educador, mas que propunha um modelo de filosofia às antípodas do que se praticava nas Faculdades de Filosofia. A atuação política de Reale, como um dos ideólogos fundadores, juntamente com Plínio Salgado, da Ação Integralista Brasileira, mas sobretudo como apoiador da ditadura militar, juntamente com outros professores das faculdade de Direito da USP, da PUC de São Paulo e da Mackenzie, contribuiu em muito para cristalizar as distâncias entre dois modelos de filosofia totalmente irreconciliáveis e que se negavam mutuamente o reconhecimento.²⁰

Se somarmos, ao que acabo de lembrar, o fato de que, para o pensamento de esquerda fortemente presente nas Faculdades de Filosofia, o próprio Direito era visto apenas como instrumento ideológico de controle social, perceberemos que a Filosofia do Direito tinha pouco terreno para prosperar no interior das Faculdades de Filosofia. Mesmo autores como Hans Kelsen, profundo defensor da democracia e influenciado por Kant, ou Herbert Hart, fortemente marcado pela filosofia da linguagem ordinária de Oxford e por Wittgenstein, continuaram, até recentemente, a receber pouca ou nenhuma atenção nas Faculdades de Filosofia. As distâncias que separam as duas Filosofias do Direito ainda são grandes, mas, felizmente, encontramos atualmente

¹⁸ Nobre, M., *Opus cit.*, p. 21.

¹⁹ *Remarks on the Philosophy of Law in Brazil*, p. 200 e ss. O perfil de Reale como jurista e filósofo, bem como a lista de suas publicações pode ser consultado no website em homenagem ao autor: <http://www.miguelreale.com.br/>.

²⁰ Ambos os artigos que sigo apresentam a filosofia pratica por filósofos sem insistir muito sobre os diversos grupos e projetos filosóficos concorrentes nas Faculdades de Filosofia. Um quadro geral das posições pode ser encontrado em Domingues, L., “Filosofia no/do Brasil: os últimos cinquenta anos – desafios e legados”, *Analytica*, 17, n. 2 (2013), p. 75-104.

dos dois lados algumas tentativas de alterar esse quadro. O grande número de trabalhos versando sobre filosofia jurídica apresentados nesta edição de Encontro Nacional da ANPOF atesta o interesse da parte dos filósofos. Da parte dos juristas, há importantes estudos sobre a teoria jurídica da argumentação²¹, sobre raciocínio e lógica jurídica²², sobre os aspectos filosóficos e psicológicos da tomada de decisão jurídica²³, ou sobre autores específicos, como H. Hart²⁴ e R. Dworkin²⁵.

3. A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA DEVE CONTINUAR A CRESCER?

Gostaria agora de voltar ao tema da nossa mesa trazendo, muito rapidamente, alguns dados que apontam para a necessidade de crescimento de sistema de ensino universitário brasileiro, em particular do sistema de pós-graduação.

A década de 90 marcou o fim do projeto nacional-desenvolvimentista que sucumbiu frente a novas estruturas econômicas mundiais. As diversas mudanças políticas, sociais e econômicas que o país sofreu desde então tiveram impacto no sistema de pós-graduação sem interromper o crescimento que se manifesta desde a sua criação. Em boa parte, manteve-se a ideia de que a Universidade tem um papel importante no desenvolvimento do país, mas, nos últimos anos, os desafios que lhe são oferecidos passaram a se apresentar nas formas da expansão e internacionalização.

²¹ Roesler, C. R., *Theodor Viehweg e a Ciência do Direito: tópica, discurso, racionalidade*, 2ª ed., Belo Horizonte, Arraes Editores, 2013.

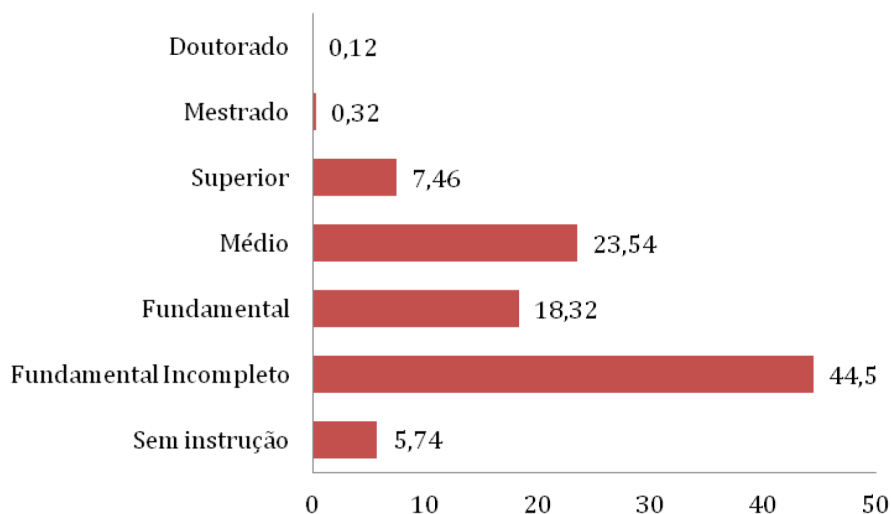
²² Shecaira, F. P. "Sources of Law Are not Legal Norms", in *Ratio Juris*, 2014 e Shecaira, F. P., "Analogical Arguments in Ethics and Law: A Defence of a Deductivist Analysis", in *Informal Logic*, v. 33, p. 406, 2013.

²³ Struchiner, N. e Shecaira, F. "A distinção entre direito e moral e a distinção moral do direito," in *RDE. Revista de Direito do Estado*, v. 22, p. 131-145, 2012 e Frias, L. e Struchiner, N., "The Cognitive Psychology of the Potentiality Argument", in *American Journal of Bioethics*, v. 13, p. 36-38, 2013.

²⁴ Lisboa, W. B., "Formalismo ou ceticismo jurídico: a perspectiva de Herbert Hart", in *Revista Dissertatio de Filosofia*, v. 35, p. 131-140, 2012.

²⁵ Macedo Júnior, R. P., *Do xadrez à cortesia – Dworkin e a Teoria do Direito Contemporânea*, São Paulo, Saraiva, 2013.

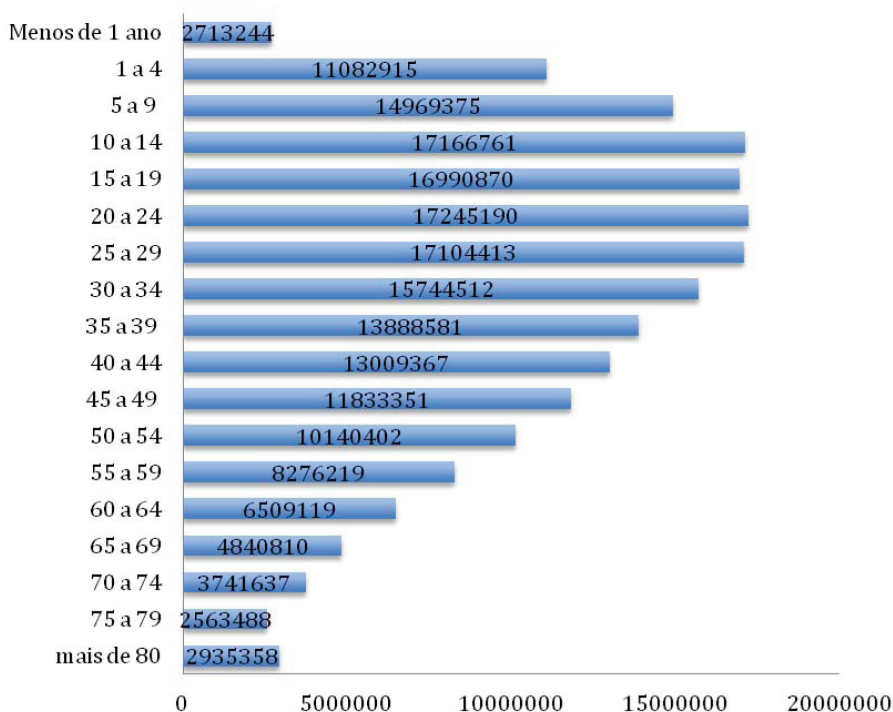
Uma das constatações do Governo Federal, que aponta para a necessidade de uma expansão, ainda em maior escala, do sistema universitário, diz respeito ao significado social de se possuir uma formação acadêmica. Segundo os preocupantes dados frequentemente realçados pelo Diretor de Avaliação da CAPES, professor Lívio Amaral, a *Distribuição da população com 10 ou mais anos de idade por nível mais alto de instrução era a seguinte, em 2010*, aponta revela os seguintes dados:²⁶



Podemos comparar a tabela acima com os dados etários do Censo 2010 divulgados pelo IBGE²⁷ e desconsiderar o número de pessoas que, no período, não tinham alcançado ainda idade para concluir o ensino fundamental (14 anos) e médio (17 anos). Os dados são os seguintes:

²⁶ O Diretor de Avaliação da CAPES tem divulgado constantemente esses dados. Retiramos a tabela abaixo da palestra proferida pelo Prof. Lívio Amaral, em 2013, no *IV Encontro de Coordenadores de Pós-Graduação da Unesp* e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-QaCaOXIgV0>.

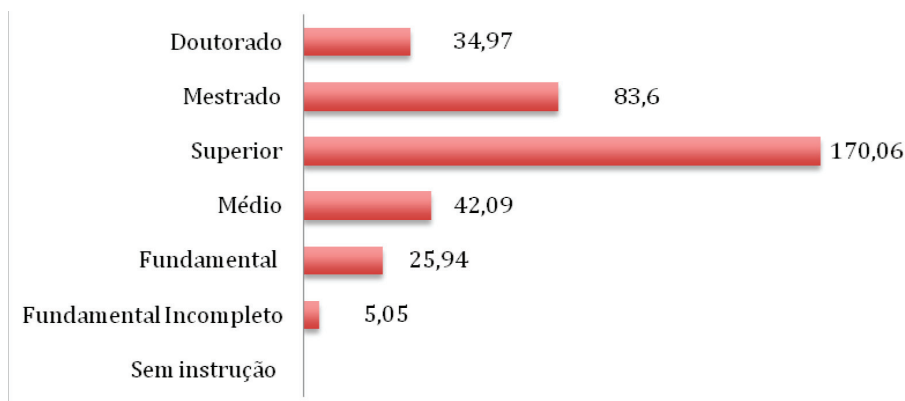
²⁷ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_12.pdf.



Dentre as mais de 144 milhões de pessoas que poderiam ter, em 2010, o ensino médio concluído, mais de 83 milhões não chegaram ao final do percurso, ao passo que o número de detentores de um título superior no país era de pouco mais de 12 milhões e o número de pós-graduados praticamente insignificante (menos de 729 mil pessoas).

Para ser melhor entendido, esse dado precisa ainda ser comparado com o chamado “bônus educacional”, ou seja, o quanto a mais reverte em ganho salarial o nível de instrução atingido. O gráfico abaixo mostra que o detentor de um título superior ganha, em média, 170,06% a mais de quem possui apenas o ensino médio completo e evidencia ainda que concluir o ensino médio significa, em média, um ganho maior de 42,09% por relação a quem possui o ensino fundamental completo.

Adicional de remuneração das pessoas ocupadas, com 10 ou mais anos de idade, com determinado nível de instrução em relação ao nível imediatamente inferior, Brasil 2010.



Frente a esses dados, a expansão do sistema universitário é vista pela CAPES como uma medida importante para diminuir desigualdades sociais, o que significa que o sistema, como um todo, deve continuar a crescer. Para os efeitos do presente debate sobre a pós-graduação, é relevante lembrar que o aumento de matrículas na graduação brasileira tem ocorrido principalmente em instituições privadas, ao passo que o crescimento da pós-graduação tem se dado principalmente em instituições públicas.²⁸

O segundo aspecto relevante diz respeito à matriz produtiva brasileira, a qual tem conhecido um incremento nos commodities agrícolas, mas que, por isso, tende a tornar-se mais dependente das oscilações dos mercados mundiais. Diante do quadro, a CAPES tem insistido que a produção científica brasileira deve redundar em aumento de tecnologias e repercutir em termos de valores agregados aos produtos brasileiros. As carências qualitativas da produção científica brasileira constatadas nos rankings internacionais são vistas pela CAPES como refletindo diretamente na matriz produtiva e mesmo na balança comercial de um país que ainda exporta preponderantemente commodities agrícolas e importa tecnologia. Para fazer frente a isso, a CAPES tem insistido na internacionalização como mecanismo de avaliação, mas também de indução para a qualidade. A aposta nessa estratégia fica clara na declaração

²⁸ Conforme afirma Barufi: “No período recente, verificou-se um crescimento acelerado do ensino superior no Brasil, muito em função das instituições privadas, fazendo com que o total de matrículas passasse de 2,69 milhões em 2000 para 5,45 milhões em 2010, e o total de vagas atingisse 3,12 milhões em 2010 ante 1,22 milhão em 2000.” Barufi, A. M. B. “Impactos do acesso ao ensino superior sobre a migração de estudantes universitários”, in Resende, G. M. *Avaliação de políticas públicas: uma análise de seus impactos regionais*, Rio de Janeiro, Ipea, 2014, p. 307-337.

de que 2015 deverá ser visto como o ano da internacionalização, ano em que esse processo realmente se intensificou.

Haveria ainda diversos aspectos econômicos e sociais que poderíamos citar e que apontam para a necessidade do crescimento da graduação e da pós-graduação no Brasil. Um deles seria a diminuição da população jovem e o rápido envelhecimento da população brasileira fator que fará diminuir a pressão por vagas escolares²⁹, mas provavelmente aumentará a pressão sobre vagas universitárias. Outro, seria a necessidade de aumento de produtividade do trabalho. A baixa produtividade do trabalhador brasileiro tem sido apontada por alguns como um entrave para que o país possa crescer a longo prazo.³⁰ A educação superior tem um papel a desempenhar nesse setor, ainda que ela não seja o único fator a fazer diferença.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES

Sistematizando rapidamente os pontos que eu pretendi ilustrar, creio que devemos sempre buscar identificar na avaliação da CAPES quais são as direções que estão sendo induzidas para o sistema universitário como um todo, mas também quais são os problemas que essas estratégias pretendem resolver. Um segundo aspecto importante está em considerarmos o modo como os problemas são apresentados para Filosofia e isso exige igualmente uma reflexão sobre a identidade de nossa área.

Tentando ser um pouco mais específico e para concluir, tentarei resumir o que disse em três pontos:

1. Sobre interdisciplinaridade: na perspectiva da CAPES, trata-se simultaneamente de um problema legítimo de produção e difusão do conhecimento, mas que está associado a uma dificuldade gerencial do sistema. Para a Filosofia, no entanto, o problema adquire contornos específicos decorrentes do

²⁹ Camarano, A. A. "Perspectiva de crescimento da população brasileira e algumas implicações", in Camarano, A. A. (org) *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?*, Rio de Janeiro, Ipea, 2014, p. 177-213.

³⁰ Trata-se de um tema complexo e polêmico. Para uma análise geral, veja-se: Cavalcante, L. R. e De Negri, F., "Produtividade no Brasil: uma análise do período recente", in *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, Ipea, 2014.

- modelo de implementação da filosofia acadêmica no Brasil. O exemplo dado sugere que há razões históricas que precisam ser consideradas e que geram entraves à interdisciplinaridade.
2. Sobre a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação. Trata-se, para a CAPES, de conferir à Universidade um papel na redução de desigualdades sociais. Para a filosofia, trata-se de perguntar se nosso crescimento necessita acompanhar o ritmo a ser ditado em outras áreas. Se não precisar, é bom termos uma ideia de qual deve ser esse ritmo e de que modo ele pode ser compatível com nossos critérios de qualidade acadêmica.
 3. Sobre a internacionalização. Para a CAPES, trata-se de um parâmetro de avaliação que visa a induzir simultaneamente o aumento de qualidade na produção científica atrelado ao crescimento econômico do país. Para a Filosofia, o problema talvez apresente-se de outro modo e com outra urgência. Trata-se de perguntar como o confronto com padrões internacionais pode servir para aprimorar a qualidade, mas, em boa medida, em continuidade com intercâmbios internacionais que fizeram evidentemente parte do desenvolvimento de nossos cursos de pós-graduação. Os colegas que falaram nos dias anteriores reforçaram muito esse ponto e eu apenas indico minha concordância com eles.

Expandir, consolidar, internacionalizar: desafios à Filosofia no Brasil

Antônio Carlos dos Santos (UFS)*

Em 1734, Montesquieu publicou um livro que marcou a história política moderna. Trata-se de “Considerações sobre as causas da grandeza e da decadência dos romanos”. Nessa obra inaugural de sua produção historiográfica, Montesquieu analisa a razão pela qual Roma tornou-se grandiosa e, ao mesmo tempo, o que a levou à decadência. Focando sua análise do ponto de vista de um historiador, defende a ideia segundo a qual foi graças à arte da guerra de conquista, sustentada pela força de suas próprias instituições, que Roma se tornou eterna (MONTESQUIEU. *Considerações*, IV, 443). No entanto, prossegue Montesquieu, Roma caiu, depois de ter crescido, porque se expandiu de tal forma que generais e soldados perderam o sentimento que lhes era mais intrínseco: o de pertencimento da cidade, o de ser cidadão romano. Ao crescer de forma desmesurada, Roma tornou-se presa fácil de facções, de grupos que não se identificavam com os valores romanos, e, finalmente, dos bárbaros que sempre estavam prontos para atacar. Numa metáfora, Montesquieu resume a decadência dos romanos: “os soldados passaram a ver a cidade de longe” (MONTESQUIEU. *Considerações*, IX,453). Sem o conteúdo essencial que nutria o espírito romano, a cidadania, a república desaba no império e, depois, num processo lento e sofrido de corrupção crônica. Sua morte não foi súbita, mas, ao contrário, foi chegando aos poucos, arrastada em várias

* Pós-doutor em Filosofia pela Université de Sherbrooke, Canadá (2008-2009) e pela Universidade de São Paulo (2011). Doutor em Filosofia pela Université de Paris X, Nanterre (2003), em cotutela com a Universidade de São Paulo. Mestre, também em Filosofia, pela Universidade de São Paulo (1997). Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe desde 1992 e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e meio ambiente da UFS (Rede PRODEMA).

partes do mundo conquistado e, por isso mesmo, provocando guerras sucessivas, inclusive internas, entre diversas facções, e externas, quando Roma passa a ser atacada, ao mesmo tempo, por todos os lados, e por diferentes povos.

Assim como Montesquieu atribuía a perda do espírito público do povo romano ao seu engrandecimento, muitos creditam à perda da suposta qualidade da pós-graduação brasileira à sua expansão nos últimos anos. Há quem defenda, inclusive, que a pós-graduação no Brasil se proletarizou de tal forma que seus danos são irrevogáveis, comprometendo sensivelmente sua consolidação e inviabilizando sua internacionalização. Os defensores desta posição partem do pressuposto de que tendo nichos de excelência no país seria suficiente para dar conta da formação de todo o território nacional. Os Programas de Filosofia mais antigos no país seriam os escolhidos para ditar normas e modelos filosóficos para quem desejasse continuar a sua pós-graduação, não havendo espaço para novas propostas ou centros de pesquisa fora do grande eixo Sul-Sudeste.

No entanto, podemos nos perguntar se, de fato, a expansão da Pós-graduação no Brasil nos últimos anos foi tão desmesurada quanto se atribui. Ora, por que omitir o fato de que a expansão foi acompanhada de grande investimento, ao menos em todas as Universidades do país, sejam elas públicas ou privadas? Por que negar que houve um investimento altíssimo em novos projetos voltados exclusivamente à Pós-graduação? Esta visão estreita de relacionar expansão à precarização do ensino da pós-graduação não esconderia certo preconceito de que o seu acesso estaria reservado aos eleitos de uma classe, de uma região ou de algumas instituições ou a suposto único modo de se fazer filosofia?

Ora, nosso objetivo é problematizar o tema da expansão da Pós-graduação da Filosofia Brasileira tentando relacioná-la com a sua consolidação e a sua conseqüente internacionalização sem perder de vista que esse crescimento tem estreita vinculação com o avanço do próprio desenvolvimento do país neste período, considerando ainda que ele nos impõe grandes desafios.

Para levar a cabo nosso propósito, este texto está dividido em três partes: na primeira, analisaremos o contexto da expansão, seus pro-

blemas e suas consequências; na segunda, discutiremos as estratégias de superação das dificuldades da expansão visando a sua consolidação em médio e longo prazo; na terceira e última, abordaremos o que entendemos por internacionalização em filosofia. Talvez seja desnecessário, mas é sempre bom deixar claro, desde já, que nossa tarefa aqui é promover o debate, sem pretender com isso apresentar soluções definitivas ou dogmáticas para os problemas ou temas que compõem esta mesa.

I A EXPANSÃO

Para que possamos delimitar o universo de nossa análise sobre a expansão da Pós-graduação no Brasil, daremos ênfase a três argumentos essenciais que marcaram seus últimos dez anos: a descentralização de Programas de Pós-graduação do eixo Sul-Sudeste para outras regiões; a mobilidade docente a partir da abertura de concursos públicos e, finalmente, a democratização do acesso à Pós-graduação em Filosofia no país.

No que tange ao primeiro argumento, precisamos entender que tivemos um crescimento nos últimos dez anos de forma significativa em todas as áreas do conhecimento. Podemos perceber isso no quadro a seguir:

Número de cursos em atividade 2004

Mestrado: 760

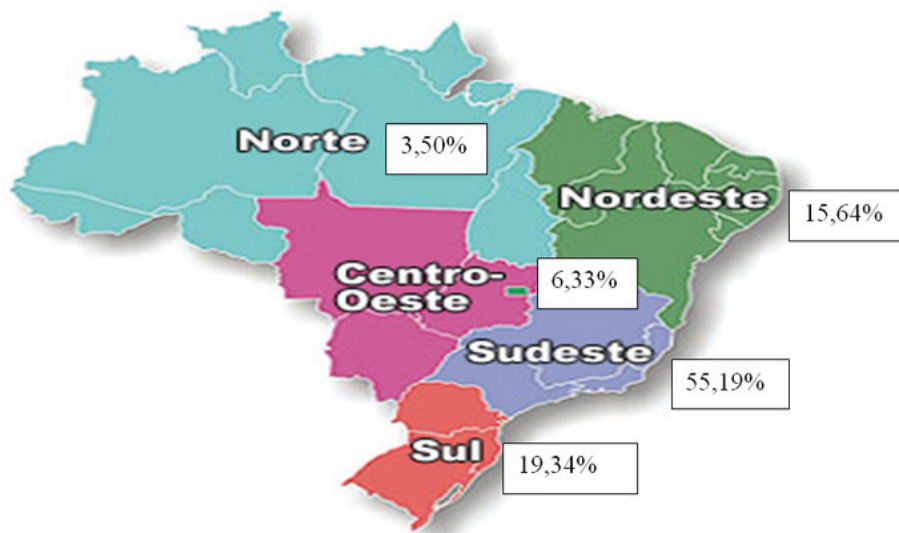
Mestrado Profissional: 116

Doutorado: 1.022

Total: 1.898

Fonte: SNPG/CAPES.

FIGURA 1: Distribuição Geográfica do Sistema Nacional de Pós-Graduação.



FONTE: CAPES/MEC (2004)

Número de cursos em atividade 2014

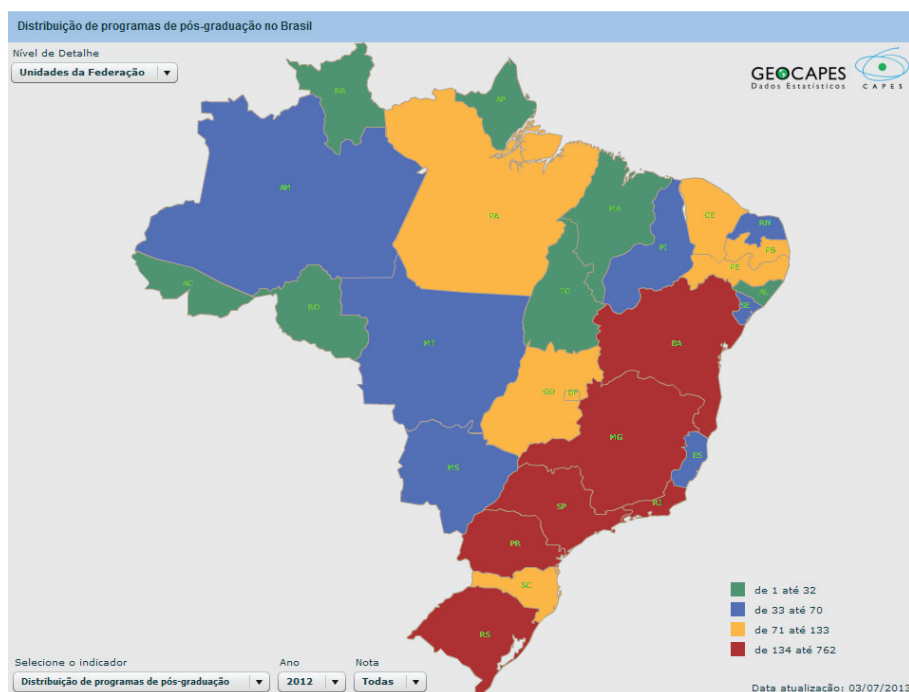
Mestrado: 1.230

Mestrado Profissional: 395

Doutorado: 1.664

Total: 3.342

Fonte: SNPG/CAPES, após a trienal 2013.



Se formos mais precisos, contabilizando apenas os Programas de Pós-graduação em Filosofia nos últimos dez anos, os dados são bem parecidos com a média nacional: Até 2004, tínhamos 16 Programas (Mestrado e doutorado) em todo o território nacional, sendo que desse total, metade dele se concentrava no Sudeste e o restante se dividia entre as demais regiões do país¹. Isto significa dizer que entre 2004 e 2014 foram instituídos nada mais nada menos que 27 Programas em todas as regiões do país, segundo dados da última trienal. Apesar de esse enorme crescimento ter trazido uma descentralização do eixo Sul-Sudeste, atingindo, inclusive, a região Norte, pela primeira vez, o Sudeste ainda concentra a maior quantidade de Programas e os mais bem avaliados pela CAPES nos últimos anos. É certo que não podemos negar o fato de o Sudeste ter o maior aglomerado populacional do país e, por conseguinte, a tendência de haver o maior número de Programas de Pós-graduação, inclusive, aqueles com melhores notas.

¹ Os mais antigos são o da USP, instituído em 1971, e o da UFMG, em 1974, respectivamente seu Mestrado, e em 1993, seu Doutorado.



O quadro geral da Filosofia por nota é o seguinte:

Nota 7: USP e UFMG.(2)

Nota 6: URGS, PUCRS, UFSC, UNICAMP.(4)

Nota 5: UFBA, UFPR, UFRJ, UERJ, PUCRJ, UNISINOS, UFSCAR, PUCSP.(8)

Nota 4: UFOP, UFC, UNB, UFG, PUCPR, UNIOESTE, UFRN, UFSM, UFPEL, UNESP/MAR, UNIFESP, UFRJ.(12)

Nota 3: UFPA, UFPI, UECE, FUFs, UFPb, UFES, UFU, FAJE, UFMT, UEL, UEM, UFRRJ, UFF, UCS.(14)

OBS: 1 Doutorado em associação, nota 3. Fonte: Dados da última trienal.

Notemos que os de nota 7 estão no Sudeste, os de nota 6, no Sul (exceto a UNICAMP), os de nota 5, novamente no Sudeste (com exceção da UFBA e da UNISINOS), e os de nota 4 e 3 se dividem entre todas as regiões. É importante registrar que esses Programas 4 e 3 foram instituídos recentemente, *grosso modo*. Por isso mesmo ainda estão em vias de consolidação e que estão mais ou menos distribuídos em todo o território nacional. Isso aponta para uma diminuição nas desigualdades regionais, no que diz respeito à concentração de

Programas na região Sul-Sudeste, sinalizando para um melhor equilíbrio entre as regiões, apesar de ainda ser tímido.

Chama-nos a atenção o fato de que a Pós-graduação em Filosofia no Brasil é predominantemente pública. Dos 42 Programas, apenas 6 são oriundos de instituições privadas confessionais.

No que concerne ao segundo aspecto, houve uma enorme mobilidade de recém doutores no país nos últimos anos. Este fato fez com que muitos se deslocassem do grande eixo Sul-Sudeste para aventuras filosóficas em outras plagas. Essas experiências, para o bem ou para o mal, exigiram tanto desses profissionais que se deslocaram quanto dos colegas que os receberam, um enorme esforço de mútua compreensão, de tolerância filosófica, e de abertura para outra realidade cultural por vezes bastante desafiadora. Isso permitiu um conhecimento melhor do que é o Brasil, de nossa cultura e, sobretudo, dos vários modos de se fazer Filosofia. É verdade também que muitos passaram temporadas no Nordeste, por exemplo, e voltaram para o Sul ou Sudeste, de onde tinham partido. Mas, certamente, não voltaram os mesmos: conheceram um pouco mais do outro e, no fundo, de si mesmos.

Se houve um deslocamento dos recém doutores, é verdade também que, com a institucionalização dos novos cursos de Pós-graduação, houve uma diminuição na migração de estudantes de uma região para outra apenas pelo interesse da pesquisa filosófica. Isso não quer dizer que deixou de haver o deslocamento, mas ele diminuiu sua intensidade. Além do mais, com os grandes centros populosos, muitos preferiram migrar para uma região mais afastada e fazer seu curso, preferencialmente com bolsa, do que aventurar-se numa disputa acirrada por bolsa nos Programas mais tradicionais e, portanto, mais concorridos.

No que diz respeito ao terceiro e último aspecto, pensamos que nos últimos anos houve uma democratização do acesso à Pós-graduação em Filosofia, de modo particular, no país. Este fato teve um duplo impacto. Primeiro, o recém Doutor foi absorvido de imediato no mercado de trabalho, de tal modo que antes mesmo de sua defesa doutoral, ele já tinha perspectivas bastante positivas de seu horizonte profissional. Em segundo lugar, as regiões beneficiadas com novos Programas sofreram impactos positivos a partir da chegada de novos Doutores e, com eles, novas experiências, projetos, verbas, bol-

sas, eventos, formação de novos professores. Só veremos o impacto de toda essa política pública de inclusão, com certa nitidez, daqui a algum tempo. De qualquer modo, a partir dos dados examinados, é possível afirmar que a expansão trouxe aspectos muito mais positivos do que negativos.

Enfim, o argumento de que a expansão trouxe perda de qualidade não tem o menor sentido, sobretudo em se tratando da Área de Filosofia. Na trienal anterior, entre 2007-2010, não tínhamos nenhum Programa nota 7, por exemplo. Neste aspecto, a Área ganhou de tal forma que puxou para cima outros Programas que, por diversas razões, já eram consolidados, mas que estavam travados por causa dos mais antigos e largamente estabelecidos. Os Programas que não subiram de nota se explicam por alguma razão pontual ou porque são Programas recentes que só o tempo e políticas públicas indutoras da Área poderão dizer no futuro. O fato é que a expansão promoveu a formação de milhares de Mestres e Doutores, que se espalharam pelo país de tal forma que hoje, praticamente, não há Doutor em Filosofia desempregado. Isto aponta para uma outra questão que estamos nos deparando: a vinda de colegas do exterior, seja na condição de Bolsista PNPd/CAPES, seja enquanto candidato a uma vaga em concurso público em terras brasileiras. Este fato, num futuro bem próximo, forçar-nos-á, certamente, ao acirramento nas disputas por novas vagas ou, o que é pior, a haver uma tensão diante da concorrência de candidatos brasileiros com os de outras nacionalidades.

Segundo o Plano Nacional do Sistema da Pós-Graduação da CAPES 2011-2020, precisamos avançar muito mais. Para a agência de fomento, necessitamos aumentar o número de Doutores no Brasil, sobretudo na faixa etária entre os 25 e 64 anos, dos atuais 1,4 para cada mil habitantes para 4,5 em 2020. Esse avanço possibilitaria uma maior aproximação com a média internacional dos países desenvolvidos. O quadro atual que o plano nos aponta é um pouco o tamanho de nosso desafio:

País	Doutores por mil habitantes*
Suíça	23,0
Alemanha	15,4
EUA	8,4
Canadá	6,5
Austrália	5,9
Brasil	1,4
Argentina	0,2

*considerando a população na faixa etária de 25 a 64 anos
 Fonte: Doutores 2010, CGEE

Nossa proposta é que a Área de Filosofia estabeleça uma meta de que em cada capital da federação, pelo menos, haja um Programa (Mestrado e Doutorado), e que, em cada mesoregião no interior do país, pelo menos, haja um Mestrado. A CAPES já nos lançou o desafio por meio de seu PNPG. Resta-nos pensar em que direção precisamos crescer, em quais áreas da Filosofia temos maior carência e por isso devemos dar prioridade, e quais objetivos estabeleceremos neste crescimento vindouro.

Neste sentido, a ANPOF pode ser um excelente vetor, promotor e aglutinador dessa política de expansão, juntamente com a coordenação da Área de Filosofia, que deve promover amplo debate sobre o tema, visitar possíveis grupos de pesquisa com potencial de institucionalização de novos Programas em estados que ainda não têm (Amazonas, Tocantins, Roraima, etc) e animar Grupos de Trabalho em áreas cuja carência ainda requeira certo cuidado visando fortalecê-las. Precisamos também pensar melhor o Mestrado Profissional, sobretudo diante do enorme potencial no número de professores que trabalham no ensino de Filosofia (agora obrigatório no Ensino Médio), e que, por alguma razão, não têm interesse num mestrado acadêmico, mas já atuam na área e gostaria de uma atualização. Por fim, a nosso ver, além de nossos Programas tradicionais, poderíamos ter espaço para propostas

de novos Programas mais criativos e abertos a temáticas voltados para questões contemporâneas. Por exemplo: não temos propostas que tenham aberturas para a Interdisciplinaridade, embora conste em nosso documento de Área; somos extremamente tímidos no trato das relações entre a Filosofia e a Natureza; ou que envolvam questões de bioética, de um ponto de vista filosófico. O fato é que temos fôlego para um maior crescimento e um pouco de ousadia kantiana certamente não faria mal à Área.

II (A CONSOLIDAÇÃO)

O grande desafio da consolidação dos Programas de Pós-graduação em Filosofia, de modo particular, é promover seu avanço qualitativo. Não há respostas fáceis, muito menos consensuais, e a promoção de um amplo debate, como este, poderá nos indicar algumas pistas.

De qualquer modo, neste curto espaço, nosso objetivo aqui é registrar, por um lado, que a política de expansão foi ancorada em vários projetos que viabilizassem a instalação propriamente dita dos Programas novos, e, por outro lado, arriscar algumas indicações de percursos possíveis para a sua consolidação.

O PNPG registra um extraordinário investimento financeiro em vários programas liderados pela CAPES. O aumento nos números de bolsas da Pós-graduação brasileira em todos os níveis é conhecido de todos e foi apenas um detalhe se comparado com os demais projetos. Visando distribuir e descentralizar as ações, a CAPES fez parcerias com as Fundações Estaduais de Pesquisa (FAPES). A agência federal entra com um determinado aporte de recurso por meio de convênios, e a estadual entra com um valor menor, mas cuida de todo o aparato logístico e burocrático dos editais e prestação de contas. Esta parceria entre as duas agências tem dado certo em muitos estados da federação, sobretudo naqueles cuja tradição do investimento público em pesquisa é fragilizada. Com exceção das grandes fundações estaduais, como FAPESP, FAPERJ, FAPEMIG ou mesmo a Araucária, boa parte das demais padecem de instabilidade econômica e ficam ao sabor do governo local. A parceria com a CAPES tem atenuado essa instabilidade e a Fundação Estadual de Pesquisa fica próxima ao pesquisador ou

ao Programa, conhecendo de perto suas necessidades, seus anseios, seus desafios. Quando solicitado, a CAPES envia funcionários para as fundações estaduais para treinarem os seus e passarem suas expertises de tal modo que há essa troca de conhecimento entre as agências de fomento das duas esferas. De qualquer modo, esse crescimento, atual ou futuro, só terá sucesso com uma política conjunta com outras agências de fomento, federais, estaduais e/ou municipais visando à consolidação da Pós-graduação em Filosofia.

Além das bolsas, os Programas consolidados têm o PROEX; aqueles em consolidação têm o PROMOB (Programa de Mobilidade Acadêmica), que por sua vez ajudam os novos por meio do deslocamento de pesquisadores para os Programas com notas iniciais, que por sua vez, têm PROEF (Programa de Efetividade de Cursos de Pós-graduação). Neste ínterim, ocorre a mobilidade de alunos e professores, formando redes do conhecimento. Por meio delas, correm publicações, eventos, novos projetos, orientações, dentre outros. Esta rede de contato pode representar associações de esforços e meios de produção científica que permitem o acesso a condições para a pesquisa que de outro modo inexistiriam, possivelmente. Um bom exemplo dessas redes é o DINTER e o MINTER. Além de servir tanto à qualificação quanto à expansão de cursos e Programas de Pós-graduação, há uma interação entre os Programas, de tal modo que capacita e amplia novos pesquisadores e docentes em regiões distantes dos grandes eixos ou cujo acesso implicaria dificuldades adicionais.

Poderíamos estender a lista de projetos que visam consolidar laços e relações de novos Programas de Pós-graduação. Fiquemos, a título de amostragem, com o PROCAD (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica). Este programa tem por objetivo apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada e, de maneira complementar à graduada, também a mobilidade docente e discente. Ele é uma resposta ao disposto no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, o qual prevê ações que visem à diminuição das assimetrias regionais observadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Os projetos selecionados, que devem ter, no máximo, cinco anos de vigência, têm financiadas bolsas de iniciação científica e de estágio pós-doutoral, auxílio moradia, passagens aéreas, diárias e despesas de custeio para material

de consumo. Este projeto, que a cada ano contempla 100 propostas, tem sido bastante relevante seja para os Programas de Pós-graduação consolidados seja para aqueles em consolidação. Todos saem ganhando. Neste ano, salvo engano, na área de Filosofia, três propostas foram aprovadas. Parece pouco, mas vemos que a comunidade filosófica ainda não se despertou para esta modalidade de projeto de enorme valor.

Enfim, pensamos que a ANPOF pode ser excelente interlocutor entre a comunidade filosófica nacional e, por exemplo, o Ministério da Educação, visando a qualificar os professores da rede pública, seja por meio de sua capacitação promovida pelos pesquisadores, seja no fornecimento do seu material didático. O fato é que temos enormes demandas e que nem sempre chegam até a comunidade, por diversas razões, talvez, pela nossa tímida articulação interna. É verdade que o novo site da nossa entidade e as últimas inovações promovidas e dinamizadas pelo nosso Presidente dão vastas expectativas e nos abrem os horizontes. Mas, para que eles se tornem uma realidade é preciso um empenho coletivo, que extrapole as atividades da ANPOF ou mesmo a Coordenação da Área de Filosofia: é preciso influir nas políticas para a Área como um todo, seja na esfera estadual seja na federal. A presença da comunidade filosófica em conselhos, comitês, comissões, dentre outras modalidades de participação, sinaliza que estamos ocupando um espaço público e que temos um papel importante a cumprir frente às outras áreas do saber. Sem querer fazer previsão catastrófica, na ausência de uma clara articulação e participação da Área de Filosofia constante na cena política e científica do país, ela poderá ficar a reboque das demais áreas do saber, uma vez que uma área do conhecimento se consolida na sua correlação com outras congêneres.

Pensamos também que uma política de consolidação da Área de Filosofia deve envolver, além da CAPES, o Comitê de Área do CNPq. Embora tenham tarefas e competências distintas, estão no mesmo barco e sofrem os ventos fortes da contingência político-científica. Se vemos a CAPES fazer enorme esforço para diminuir desigualdades regionais, não vemos a mesma sensibilidade para com o CNPq, por exemplo, em se tratando da distribuição das bolsas de produtividade. Embora o Sudeste tenha o maior número de Programas de Filosofia, está no Sul o maior número de bolsistas produtividade. Nos últimos

anos, o Comitê de Filosofia do CNPq distribuiu as bolsas segundo seus critérios de tal modo que ignorou completamente os esforços de colegas que estão fora do eixo Sul-Sudeste e que não têm as mesmas condições de trabalho e de oportunidade que eles. O resultado desta política pouco equitativa é o Nordeste, apesar de ter avançado no número de Programas nos últimos anos, tem diminuído o número de bolsistas, e o Sul, aumentado; por vezes, concentrado em determinadas instituições. Ora, por que esse dado é importante para a consolidação da área? Por que quanto mais BP um programa tiver, maiores serão as chances de atrair novos projetos, novas pesquisas, acordos e convênios com instituições do exterior, recursos e maior será a possibilidade de consolidação daquele Programa. Precisamos pensar uma política para a Área de Filosofia para além dos números, levando em consideração o tamanho do Brasil.

Enfim, a consolidação dos Programas de Pós-graduação no Brasil depende dessa política nacional para a Área. Diagnosticando suas lacunas e potencialidades, estabelecendo uma agenda de trabalho visando uma melhor interação entre os Programas e a comunidade como um todo a expansão se transformará em consolidação.

III

A INTERNACIONALIZAÇÃO

Sobre a internacionalização da Filosofia brasileira não tenho muita coisa a dizer, especialmente após o Dossiê da SIF 2013, organizado pelo Ivan Domingues, e recentemente publicado na Revista KRITERION Vol. 55, N.129. Apesar dessa excelente contribuição para o debate sobre esta temática, pensamos que os participantes daquela mesa focaram, sobretudo, num ponto que nos parece pacífico: na defesa incontestada de nossa língua mater. *Grosso modo*, quase todos eles priorizaram suas análises nesse desafio de escrever em português internamente, com abertura a outras línguas, dependendo da área e de sua respectiva tradição, sem eleição de uma língua hegemônica. A nosso ver, embora concorde largamente com a análise dos colegas daquela mesa, pensamos em trilhar um outro caminho visando a internacionalização: estimular diferentes atividades que visem à cooperação com

diversificados centros de produção do conhecimento de reconhecida competência. Neste sentido, nossas palavras de ordem são: ações de cooperação, de parceria, de intercâmbio e de acordo bilateral com centros filosóficos internacionalmente reconhecidos. Esta é a trilha por meio da qual vamos caminhar visando encontrar pistas para a questão posta pela mesa.

Quando se evoca o termo internacionalização, tradicionalmente, os Programas de Pós-graduação entendem as atividades mais comuns, tais como 1) a participação de alunos e professores em eventos internacionais; 2) a organização de atividades internacionais comuns; 3) visitas técnicas a centros de pesquisa no exterior; 4) visitas de professores estrangeiros nos Programas brasileiros e de brasileiros no exterior; 5) situações pontuais, tais como participação em bancas doutorais, conferências, congressos, seminários, dentre outros. Mas, eis que podemos nos perguntar: essas atividades de fato constituir-se-iam numa internacionalização? Atividades isoladas e pontuais dariam o suporte necessário para o peso da presença da Filosofia brasileira frente os centros de excelência no exterior? Essas atividades, embora importantes, não podem caracterizar a internacionalização na Área, mas podem ser um bom portal de entrada.

Para nós, o princípio de nossa internacionalização deve ser o da cooperação bilateral entre instituições, não entre indivíduos ou pesquisadores isolados. Isso, por um lado, torna os convênios mais duradouros e estáveis e, por outro lado, afasta o ranço de uma certa colonização, de que servimos apenas para aprender e receber o que quer que seja, desde que venha do exterior. Não podemos acreditar que tudo que produzamos aqui seja da ordem da primeira grandeza, mas também não podemos ser ingênuos em acreditar que tudo que é feito lá fora seja dourado. Neste sentido, precisamos trilhar pela via de mão dupla: separar o joio do trigo sempre pode ser a melhor medida.

Neste sentido, acordos de cooperação, como o de Teses em Cotutela, é um excelente exemplo. O princípio deste acordo, como sabemos, é que as Universidades envolvidas no exterior reconhecem o trabalho desempenhado pela Filosofia brasileira de tal forma que o júri de tese é paritário e o título é automaticamente reconhecido tanto no Brasil quanto nos países envolvidos no acordo. Todo o protocolo, seja

de defesa seja ao longo do estágio doutoral lá fora é igualitário, o que pressupõe uma maturidade intelectual dos envolvidos.

É verdade também que poucas Universidades brasileiras participam dele. O que precisamos fazer é solidificar os Programas com projetos e ações visando a atingir este estágio de maturidade intelectual com centros de referências reconhecidamente importantes. Começando com doutorados sanduíches, estágios pós-doutorais, cursos de curta duração de pesquisadores estrangeiros no Brasil e de brasileiros no exterior, estimular à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes do exterior em nossos Programas, participação de docentes como membro de corpo editorial de revistas internacionais conceituadas na área, pareceres *ad hoc* emitidos por docentes para revistas internacionais, e ampliação do número de publicações conjuntas com as instituições estrangeiras podem ser um bom começo de protocolo de cooperação visando a sua internacionalização.

Pensamos que a internacionalização deva ser um caminho quase natural para os Programas de Pós-graduação em Filosofia que atingiram uma maturidade tal que tenha condições materiais de poder dialogar com pé de igualdade com os Programas congêneres no exterior. Em virtude disso, não podemos fazer dela uma camisa de força sob a qual todos devam submeter-se a ferro e fogo. Defendemos que não devemos cair numa roda viva da publicação internacional só para atingir os coeficientes exigidos dos Programas 6 e 7 da CAPES, sob pena de criarmos castelos artificiais e ao menor vento tudo se desmanchar. Várias áreas criaram Fatores de Impacto em revistas e fórmulas bastante sofisticadas para medir os *grants* e estabelecer uma espécie de hierarquia seja na produção, seja nos critérios de distribuição de bolsas, como é o caso do CNPq, sobretudo no que concerne à distribuição de Bolsa Produtividade. As críticas são várias e não é o caso de retomá-las aqui. Solicitar que nossos docentes se esforcem para publicar nos veículos internacionais, cujas exigências por vezes ultrapassam a nossa realidade, seria retirar tempo e investimento de ações que realmente atingem diretamente aqueles que se beneficiariam de seu trabalho de pesquisa ou reflexão crítica, que é o nosso público local. Internacionalizar, sim, sem perder de vista a nossa realidade, os nossos alunos e colegas, afinal a proximidade deles nos aumenta a chance do diálogo.

Concluindo, o argumento de Montesquieu de que Roma teria caído porque cresceu demais não pode ser levado a sério. Roma caiu porque não foi capaz de, com seu crescimento, aumentar, na mesma proporção, o sentimento patriótico que alimentava a velha república romana. Esse mesmo argumento, a nosso ver, vale para aqueles que criticam a expansão da Pós-graduação brasileira. Essa expansão foi acompanhada de uma política séria, amparada por um documento que a planeja para os próximos nove anos. O seu resultado material só podemos averiguar daqui a algum tempo. No entanto, da sua consolidação em andamento, o próximo passo será a internacionalização, já começada com os Programas de nota 6 e 7. Daí à tão almejada excelência pode ser só uma questão de tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guido Antônio. Perspectivas da Filosofia no Brasil do ponto de vista de um *scholar*. *Revista Kriterion* N. 129, Vol. 55, Belo Horizonte Jan./June 2014.

CHAUÍ, M. Contra o Febeapá. *Revista Kriterion* N. 129, Vol. 55, Belo Horizonte Jan./June 2014.

DOMINGUES, I. Painel: Filosofia no Brasil - perspectivas no ensino, na pesquisa e na vida pública. *Revista Kriterion* N. 129, Vol. 55, Belo Horizonte Jan./June 2014.

FIGUEIREDO, V. Falta debate. *Revista Kriterion* N. 129, Vol. 55, Belo Horizonte Jan./June 2014.

MONTESQUIEU. *Oeuvres Complètes*. Org. André Masson. Paris, Nagel, 1950-1955, 3 vols.

<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4644-filosofiateologia-subcomissao-filosofia>

<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&identificador=33>

Filosofia e Antropofagia

Maria Isabel Limongi*

UFPR/CNPq

Contribuição para a mesa “Perfis e Modelos de Pesquisa e Ensino em Filosofia (modelos ditos “analíticos”; modelos e variantes continentais; experiências e demandas interdisciplinares)”, realizada no XVI Encontro Nacional da ANPOF, 2014, Campos de Jordão.

Quando a chamada de trabalho dessa mesa sobre modelos e perfis de pesquisa em Filosofia alude aos modelos da filosofia analítica e continental, suponho que ela o faça a título de exemplo ou como um modo de esclarecer aquilo que está se entendendo por modelos e perfis. Se entendo bem, a proposta é a de pensar a diversidade e eventualmente a concorrência entre modelos, *tal como* aquelas existentes entre o modelo ditos analítico e continental, sem que com isso se pretenda dizer que são estes os modelos possíveis, ou seja, sem que a proposta seja a de discutir a relação de oposição ou complementariedade entre estes modelos específicos, tomados como dados.

Assim entendo a proposta (ou pelo menos o que ela não é) porque penso que os diversos modelos e perfis de pesquisa e ensino em Filosofia não podem ser pensados como desdobramentos necessários do conceito de Filosofia, como se houvesse algo bem preciso e circunscrito que é o fazer filosófico, que se desdobrasse nesta e/ou naquela modalidade, como os ramos de uma árvore. A discussão sobre modelos de

* Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1990), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia. Atuando principalmente nos seguintes temas: paixão, virtude, antropologia, moral.

pesquisa e ensino não pode se dar nos termos de uma definição sobre a estrutura fundamental da área ou como uma discussão em torno do conceito ou definição da Filosofia.

Pois, enquanto “amizade pela sabedoria”, o campo da Filosofia é um campo suficientemente generoso para acolher todo o tipo de reflexão sobre o pensamento. Essa afirmação pressupõe um conceito mínimo de Filosofia: a ideia de que a Filosofia se caracteriza fundamentalmente por uma postura reflexiva do pensamento, que se volta sobre si mesmo, tomando-se como objeto. Mas esse conceito mínimo – supondo que haja acordo sobre ele – não dá à Filosofia fins, objetos e estruturas precisos, a partir dos quais pudéssemos pensar os modelos e perfis de pesquisa na área. A Filosofia é um conceito em aberto. Seja lá como pensamos o pensamento e o pensar sobre ele, seja lá que pensamento escolhemos para pensar – se a obra de um determinado autor, ou um certo debate, ou uma escola, se as ciências, a poesia ou um determinado conceito -, seja qual for o modo como pensamos o pensamento – se por uma análise lógica, comparativa, contextual - o que a Filosofia postula e o que reivindica, quando se define enquanto um domínio do saber e um tipo de atividade específica que deve ter o seu lugar ao sol (o que, nos termos da discussão institucional da área que empreendemos aqui, quer dizer: ser uma área de conhecimento reconhecida pela Capes), é que é importante pensar o pensar, questionar constantemente os nossos compromissos conceituais, os nossos pressupostos, desvelar o impensado das nossas práticas intelectuais, apontar imprecisões e ambiguidades, continuidades e rupturas – enfim, revirar o pensamento. Isso pode ser feito das mais diversas formas, segundo os mais diversos modelos e estilos (porque o estilo também está em questão quando se trata de Filosofia), e não convém à Filosofia se comprometer de antemão com esta ou aquela forma, este ou aquele modelo e perfil de pesquisa. Seria uma traição à Filosofia encaminhar a discussão nesses termos.

Mas, como então encaminhar uma discussão sobre modelos de pesquisa e ensino em Filosofia? Dizer que a Filosofia é um campo suficientemente generoso para acolher todo o tipo de reflexão sobre o pensamento não pode querer dizer que qualquer coisa é filosofia ou *boa* filosofia. Pois, o que está aqui em pauta, a questão a que não podemos

nos furtar é a questão normativa acerca do que pensamos *dever ser* a nossa prática. Sobre isso eu já comecei a me pronunciar, o que é inevitável, dizendo que penso que não *devemos* pensá-la como uma prática fechada em torno de certos modelos e perfis determinados. É preciso então levar adiante a discussão - o que é tão mais importante quando lembramos que o que está em jogo não é apenas a questão de saber o que é ou deve ser a Filosofia e a nossa prática de pesquisa, mas a política institucional que devemos saber defender para a área, para que ela se fortaleça enquanto tal, diante das políticas da Capes, as quais devemos ser capazes de responder de maneira propositiva.

Penso que um bom modo de encaminhar a discussão é lembrando que a Filosofia enquanto um domínio do saber não apenas reivindica que é importante pensar o pensamento, mas, mais importante ainda, que é importante fazê-lo de maneira orgânica e estruturada, com registro e por remissões recíprocas, isto é, na forma de uma *cultura* filosófica. É enquanto cultura que a Filosofia ganha uma estrutura, que ela seleciona os seus clássicos, sedimenta certos temas fundamentais, certos métodos e modelos, se organiza em torno de determinados debates, que muito embora estejam sempre em aberto, sujeitos ao esquecimento ou à renovação, oferecem àqueles que se interessam pela Filosofia um ponto de partida para a sua reflexão. É portanto no âmbito da cultura filosófica ocidental que se põe a questão dos modelos e perfis de pesquisa, que se consagram certos modos de se fazer Filosofia, bem como se determinam os temas e problemas sobre os quais ela se debruça.

Assim, cabe não esquecer que os modos de pesquisa, bem como os temas e problemas pertinentes à Filosofia, se definem não apenas segundo uma história como também segundo uma geografia do pensamento. Isso é bem claro com relação aos modelos ditos “analíticos” e “continentais”. O horizonte geográfico e cultural em que a diferenciação se coloca já se evidencia nos nomes com que os identificamos – a filosofia feita no *continente* europeu, à diferença daquela realizada nos países de *língua* inglesa, como se costuma dizer.

Alguns filósofos analíticos podem eventualmente contestar essa afirmação, alegando que os problemas sobre os quais se debruça a filosofia analítica têm um caráter lógico e não histórico, muito me-

nos geográfico. No meu Programa – o Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFPR - essa é uma reivindicação relevante, que nos levou a distinguir entre uma linha de pesquisa histórica – a linha de pesquisa em História da Filosofia - e outra lógica, denominada “Epistemologia e Metafísica”, além de uma terceira – Ética e Filosofia Política – que se pretende ao mesmo tempo lógica e histórica. Mas é evidente que a necessidade de organizar desse modo a pesquisa efetivamente realizada no Programa responde a uma certa história e geografia da pesquisa, uma história que, se faz eco à história hegemônica da Filosofia realizada na Europa e nos Estados Unidos, assume uma tonalidade fortemente local. É bastante claro para nós da UFPR que as distinções entre as linhas de pesquisa respondem às diferentes formações dos pesquisadores do Programa, provenientes em sua maioria da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Chego assim ao ponto que quero ressaltar com relação ao tema que está aqui em pauta: temos que pensar o tema dos modelos e perfis de pesquisa e ensino em Filosofia nos termos dos modelos e perfis de pesquisa e ensino em Filosofia *no Brasil*, segundo o modo como aqui se aclimatou - ou vem se aclimatando, pois estamos muito longe de ter um modo próprio de fazer filosofia - a cultura filosófica ocidental. A verdadeira questão me parece ser: como lidamos com os modelos que nos são dados?

Não podemos lidar com eles – como, por exemplo, com os modelos “analítico” e “continental” - na forma da simples macaqueação: é assim que se faz filosofia lá fora, é assim que a faremos aqui. Esse risco é tanto mais forte quando, pressionados pela exigência de internacionalização (muito pertinente, aliás), respondemos a ela procurando nos adaptar, sem mediações, aos modelos e perfis hegemônicos, bem como nos inserir nos debates já organizados, simplesmente defendendo uma das posições já consagradas nele. É evidente que temos que partir dos debates estabelecidos e dos modelos consagrados de pesquisa, pois queremos fazer parte de uma mesma cultura filosófica. Mas nossa participação só será interessante, criativa e pertinente para nós e para os outros, se for mediada por uma cultura local. Temos que, também na Filosofia, como nos outros campos da cultura, fazer Antropofagia.

Se as ciências humanas, com as quais em muitos contextos institucionais a Filosofia compõe uma grande área de conhecimento, podem encontrar sua coloração nacional aplicando seus métodos e modelos de pesquisa a uma matéria nacional, a Filosofia, nesse ponto mais próxima das artes, tem que se nacionalizar enquanto uma certa *modo* de pensar, por um certo *perfil*, ou, se quisermos, por um *estilo* próprio.

O pouco tempo de Filosofia no Brasil, o pouco tempo em que a Filosofia tem um lugar institucional nesse país, como tem agora nos departamentos de Filosofia das diversas universidades espalhadas pelo seu vasto território, torna difícil e perigoso falar-se de Filosofia no Brasil. O risco de paroquialismo é grande. Penso que o livro de Paulo Arantes sobre a USP incorre nesse pecado. Nem por isso deixa de ser muito importante a postura que ele representa: a de um olhar sobre nós mesmos, sobre a nossa história, ainda que curta, e a nossa geografia, ainda que dispersa; para o fato de que, por exemplo, há um certo modo de ler Maquiavel no Brasil, escolas de leitura diferentes da obra de Kant, um marxismo brasileiro, e assim por diante. Por menor que seja essa história, não podemos perdê-la de vista, não podemos deixar de pensar como nossas pesquisas se encontram no interior do quadro da pesquisa nacional.

Nesse sentido, o caráter por assim dizer minguado da cultura filosófica no Brasil, que, além de ter uma história curta, era há uma geração atrás cultivada por três poucos gatos pingados, quando, de repente, por um processo de rápida expansão do sistema de pós-graduação, se multiplicou e espalhou em diversos programas bastante jovens - isso que faz a nossa fraqueza, e que consiste na circunstância particular em que exercitamos a Filosofia, pode se reverter em virtude. Quando nos voltamos sobre nós mesmos, não nos deparamos com um vasto material, nem com um material muito orgânico, salvo por alguns eixos de pesquisa e discussão que vão se formando aqui e ali, tais como os mencionados acima, entre outros. Isso nos obriga, se quisermos incrementar esses eixos, a pensar nosso trabalho num contexto que muito dificilmente pode ser estritamente o do especialista no tema, autor ou problema que queremos tratar, e que tampouco pode nos confinar a uma determinada escola ou a um certo grupo de pesquisa, fechado sobre si mesmo e sobre suas próprias questões. Temos que necessariamente

ficar antenados ao diverso e sair da zona da especialidade se quisermos ser nacionais. Isso vale também para a interdisciplinariedade: temos que estar muito atentos ao que é produzido nas áreas afins e buscar interlocução com elas. É preciso necessariamente ampliar o espectro da interlocução, se quisermos ter alguma, já que costumamos estar sozinhos ou a sermos muito poucos em nossos campos de especialidade.

O ponto mais importante, me parece, é o de cuidarmos para que possamos ser leitores uns dos outros, o que requer, em primeiro lugar, nos fazermos interessantes uns aos outros, escolhendo desenvolver temas e problemas permeáveis às discussões feitas por outros pesquisadores, tendo a produção local, se não como o interlocutor direto de nossas pesquisas, ao menos como referência e horizonte indispensável. Isso não implica, é claro, deixar de ter a produção internacional também por referência. Mas não apenas – este é o meu ponto – e não como ponto de chegada, mas de partida.

Essa atitude passa também, ao meu ver, por organizarmos melhor os modos de divulgação e circulação da pesquisa nacional. A produção na forma de capítulos de livro, que salvo engano tem se consagrado e ampliado ultimamente, torna a nossa produção invisível. A coletânea de ensaios publicada na forma de livro, em geral por uma editora pequena e sem condição de boa distribuição em âmbito nacional, em geral só é lida pelos próprios envolvidos na publicação e por seu grupo seletivo, se tanto. É preciso investir nas Revistas, e com mais cuidado em algumas poucas, cuidar para que se publiquem também em forma eletrônica e divulgar seus links, disponibilizá-los na página da ANPOF, ampliar consideravelmente nessas revistas o espaço para as resenhas de nossos livros, além de, é claro, usar o espaço já aberto para a publicação de resenhas no site da ANPOF. Só assim poderemos nos ver e, a partir daí, incrementar nossa cultura local e desenvolver os nossos próprios modelos e perfis de pesquisa e ensino em Filosofia, sem o que jamais seremos relevantes nacional e internacionalmente.

O Taylorismo Acadêmico e a Filosofia no Brasil: Situação e Tendências das Publicações

Ivan Domingues *
(UFMG)

INTRODUÇÃO

Como amplamente divulgado, o título da mesa é “Situação e Tendências das Publicações na Área de Filosofia”.

Quando discuti a proposta da mesa com Marcelo Carvalho, o presidente da ANPOF, vimos que vários assuntos poderiam ser abordados, ficando a escolha à discrição de cada um dos três participantes, a saber:

- Políticas das publicações em curso: primazia do *paper* sobre o livro? *Qualis* ou *Quantum*?
- Distorções sistêmicas: produtivismo, etc.
- Perspectivas: ameaças, corretivos [filtros de qualidade].

Depois de hesitar bastante, decidi focalizar o tema das **Políticas das publicações**, evidenciando a situação e as tendências, bem como as distorções e a necessidade de neutralizá-las – preocupação que me levará a apresentar ao final da sessão algumas propostas e debatê-las com os colegas da mesa e o público aqui presente.

* Doutor em Filosofia pela Université de Paris I (Panthéon - Sorbonne) e professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência em várias áreas da Filosofia, com ênfase em filosofia contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas ou disciplinas: teoria do conhecimento, epistemologia das ciências humanas, filosofia da técnica, ética e conhecimento, filosofia francesa, hermenêutica do texto filosófico e metafilosofia. Paralelamente, desenvolve pesquisas sobre universidade, modelos de universidade, gestão do conhecimento e assuntos correlatos. Tem vários livros e artigos publicados, bem como experiência em gestão/administração acadêmica, tendo sido coordenador de área de filosofia da CAPES, membro do CA do CNPq e um dos fundadores e ex-diretor do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT/UFMG). Atualmente, é coordenador do Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo (NEPC/UFMG) e pesquisador do CNPq nível 1A.

Antes de começar, gostaria de contextualizar a minha fala e antecipar o caminho que vou seguir. Sobre o contexto, já venho trabalhando ao longo dos anos não digo exatamente o assunto, mas temas correlatos, com grande proximidade ao da mesa. Não faz muito tempo publiquei no *Forum de Debates* da ANPOF o artigo “A Agenda da Filosofia Brasileira e o Desafio da Internacionalização”. Está no prelo um artigo de minha autoria que deverá sair no próximo número da revista do IEA da USP, previsto para este ano ainda, onde trato do chamado **taylorismo acadêmico**, que é o outro nome do produtivismo intelectual e está na agenda da nossa mesa¹. Minha intenção aqui hoje é expandir as reflexões iniciadas, retomar o tema geral das publicações e focalizar a filosofia e o Brasil. Para tanto, vou dividir as considerações em duas partes: na primeira o foco são as chamadas *hard sciences*, onde tudo começou e que nos servirão de guia; na segunda, o foco é a filosofia, que na esteira das ciências termina nos braços do taylorismo acadêmico – como, aliás, as demais áreas do conhecimento, inclusive as artes e as engenharias, sucumbidas todas à “paperização” do conhecimento, em que vejo o elemento mais saliente da taylorização, e também um dos principais responsáveis pelas graves distorções do mundo das publicações, atingindo os livros, as revistas e os *papers*, conforme será evidenciado ao longo desse estudo.

Quanto ao caminho que vou seguir, antecipo que duas ordens de preocupações comandaram as análises.

1^a – Ao fazer a expansão para o novo terreno, tive o cuidado de montar o quadro ou o cenário em que a filosofia se inscreve, com a ajuda de um conjunto de informações histórico-conceituais que extrapolam a filosofia e abarcam virtualmente todas as áreas do conhecimento – e com esse intuito selecionei as informações e os dados, tanto aqueles relativos ao Brasil quanto ao resto do mundo, tendo como fio condutor um *corpus* de conceitos já testado em outros estudos, como foi salientado, a exemplo dos conceitos de **sistema de comunicação da ciência**, incluindo os *Publishers*, as revistas, os artigos, o *Peer review system*, os *rankings*, os indexadores e os *databases*; **a massificação do ensino e da**

¹ DOMINGUES, I. “O sistema de comunicação da ciência e o taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas”, in: *Estudos Avançados*, vol. 28, no. 82, agosto-dezembro 2014..

pesquisa no ambiente da universidade contemporânea; a *commodification do conhecimento* e a transformação da C&T em braço da indústria, levando ao surgimento da indústria do livro e à transformação do livro e do *paper* em *goods*, atrelando-os ao mercado e considerando-os como *business*; o **taylorismo acadêmico**, expressão que eu prefiro a produtivismo acadêmico, por melhor ressaltar o viés de gestão e controle das métricas, dos *managers* e dos *rankings*, tão ao gosto dos órgãos de governo e da administração central das universidades – trata-se então de mostrar o nexos da ciência, da indústria e do mercado no processo da taylorização intelectual, cuja alma é o *publish or perish* e seus estragos terríveis, capaz de minar definitivamente o *ethos* da atividade intelectual, inclusive na filosofia [Que o leitor perdoe-me o excesso do jargão inglês; era preciso dar o clima e o contexto de onde tudo surgiu: o mundo anglo-saxão].

2ª – A preocupação de fornecer às análises teórico-conceituais, por um lado, e histórico-contextuais, por outro, os conteúdos e as evidências indispensáveis, aportando-lhes os exemplos e os números – bem entendido, exemplos emblemáticos e números significativos, já evidenciados em estudos anteriores e a cujo expediente volto aqui hoje na mesa, com o intuito de mostrar que as grandes tendências de concentração e centralização do mercado há décadas verificadas nas *hard sciences* já estão chegando à filosofia.

Tal é, portanto, a proposta: pensar a situação das publicações em filosofia, situação antes de tudo política, abarcando a política das editoras, das agências e das academias, em tudo que elas têm de ajustado e, também, de incongruente ou mal ajambrado. O foco é o já citado **sistema de comunicação da ciência**, expressão corrente da ciencimetria que deverá ser glosada como sistema de comunicação da filosofia, e visado o sistema junto com seu aliado e elemento dinâmico, o taylorismo acadêmico, com seus dispositivos, suas ferramentas de monitoramento e controle, e os grandes números que o acompanham, quando se passa do regime artesanal das publicações, ao qual a filosofia até recentemente esteve acomodada, à escala industrial. Antes, porém, de situar a filosofia, será preciso considerar a situação global e em especial as ciências exatas e biológicas.

**O TAYLORISMO ACADÊMICO,
O PANORAMA GLOBAL E AS *HARD SCIENCES***

Vejam, então, o quadro e a começar pelos livros: eles somavam 1.338 volumes quando Dante passou por Paris por volta de 1.300 e visitou a biblioteca da Sorbonne, que era a maior da França na época; três séculos depois eles não passavam de 200 na biblioteca pessoal de Leonardo a Vinci, número considerado grande para os padrões da época; dois séculos mais tarde, no XIX, eles saltam para 60.000, somados os livros a outros documentos, como mapas, etc., na época em que a Corte Portuguesa se muda para o Brasil, traz o acervo da Biblioteca Real e funda a BN do Rio de Janeiro; e atingem a escala do milhão no curso do século XX. Exemplos: **Biblioteca do Congresso** dos USA = 23 milhões; **Biblioteca Nacional da China** = 16 milhões; **Biblioteca Nacional do Canadá** = 14,5 milhões; **Biblioteca Alemã** = 14,4 milhões; **Biblioteca Britânica** = 13 milhões; **Biblioteca Nacional da França** = 12 milhões²; **Biblioteca Nacional do Brasil** = 9 milhões³. Não bastasse, será preciso computar as outras bibliotecas oficiais e privadas, quando a escala muda mais uma vez e atinge a espantosa cifra das centenas de milhões, tomando como referência as *databases* operadas pelo Google, que falam em 129.864.880 de obras únicas ou originais, sobre um universo de 600.000.000 de registros, sem falar dos *Kindles* e das edições eletrônicas.

Passando aos *papers*, será preciso considerar tanto os *papers* eles mesmos quanto as mídias que os hospedam: as revistas. Em relação às revistas, há quem fale em 250.000, outros em 150.000, e ainda 40.000, ao se considerar apenas as revistas indexadas, número que vai cair para 14 mil e alguma coisa se o critério passa a ser revistas que seguem o *peer review system*. Quanto ao número de *papers*, as cifras saltam para a escala do milhão, havendo estudiosos que falam de 1.000.000 artigos científicos, a considerar apenas as revistas que adotam o sistema de revisão por pares, enquanto outros falam de um total de 50.000.000 de *papers* publicados até 2009⁴.

² Cf. DOMINGUES, I. Cap. 1: Em busca do método, in DOMINGUES, I (Org.). *Conhecimento e transdisciplinaridade II – Aspectos metodológicos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p. 27-28. As cifras em apreço incluem outros itens, como manuscritos, que não puderam ser depurados.

³ Informação colhida no *site* da BNB.

⁴ Cf. DOMINGUES, I. “O sistema de comunicação da ciência e o taylorismo acadêmico...”, *op. cit.*, sendo a data de 2009 extraída da estudiosa canadense Jinha, citada no artigo.

Número de cientistas e pesquisadores: segundo a UNESCO eles eram respectivamente 7.100.000 [2007] e 1.000.000 [1990]⁵. Ninguém sabe ao certo, se quiséssemos contrastar com o passado, quantos eles eram no século XVII, quando foi iniciada a Revolução Científica. Eles eram um punhado, nenhum nas Américas e todos ou quase todos na Europa, em meia dúzia de países, boa parte deles reunida no Círculo de Mersenne de Paris ou no *Invisible College* em torno de Boyle na *Royal Society* de Londres.

Pois bem, se eu interrompesse a descrição do quadro aqui, contrastando os grandes e os pequenos números, a vida seria cor de rosa e deveríamos celebrar o taylorismo como coisa boa, e boa por ter vencido o elitismo tradicional e democratizado a atividade intelectual, passando do punhado para o milhar e do milhar para o milhão e mesmo o bilhão. Sem dúvida, não haveria nada de errado; só que essas cifras e esses fatos – livros, *papers*, *journals* – dão apenas a metade do quadro, e falta a outra metade, que não tem nada de róseo e democrático. Eu me explico: por um lado, o quadro do sistema de comunicação da ciência com seus agentes e dispositivos – cientistas, pesquisadores, revistas, artigos e livros – sem sombra de dúvidas teve sua base física enormemente expandida no curso da era moderna, gerando a revolução do sistema e a mudança da escala das coisas, e isso em princípio é bom e pode resultar em melhoria para todo mundo, se é verdade que a qualidade sai da quantidade. Porém, não é bem isso que acontece, e há o outro lado: paralelamente aos efeitos niveladores e distribucionais do sistema, há os efeitos diferenciais e concentracionistas que acabam por prevalecer e deixar tudo de ponta-cabeça, na esteira do casamento entre ciência, indústria e mercado. No artigo que vai sair na revista do IEA, eu cito não apenas as leis da economia capitalista que levam à concentração do mercado e da indústria, inclusive a indústria das publicações (livros e revistas), mas igualmente as leis ou os princípios de bibliometria, como o efeito Mateus tipificado pelo sociólogo americano Robert K. Merton, ao citar o evangelista que disse certa vez “aquele que tem mais, terá mais, e aquele que tiver menos, terá menos e tudo será tomado”. Ou, trocando em miúdos: quanto mais, mais; quanto menos, menos. Mas não é só: a essas leis e efeito somam-se as leis do *marketing* que vão incidir tanto sobre aquelas publicações destinadas

⁵ Ibid., p. 232.

ao consumo de massa: divulgação, auto-ajuda, etc., quanto sobre o nicho daquelas poucas publicações já triadas pelo efeito Mateus e patrocinadas pelo *big business*, distinguindo-as com o selo de prestígio, e verdadeiro sonho de consumo dos leitores.

Assim, em contraste com as cifras infladas e galopantes da primeira metade do quadro, haverá o número miúdo e não menos acachapante da concentração e centralização do mercado do livro e do *paper* nas mãos de 3 ou 4 conglomerados econômicos, ao celebrar o casamento da *Big Science* e do *Big Business*, depois que a ciência ela mesma se converteu em *business*, transformando seus produtos em *goods* e pavimentando o caminho da *commodification* total. Deixando a filosofia para depois, os estudos de cienciometria mostram o seguinte:

- Quanto à concentração/centralização do mercado, um colega sociólogo da UFMG, Yuri Castelfranchi, salienta que “(...) a estimativa é de que apenas três mil revistas no mundo hospedam 75% dos *papers* que são publicados no planeta e 90% daqueles que acabam sendo citados por alguém” (...), ao passo que “um número ainda menor de jornais [revistas], trezentos, publica a metade de tudo que no mundo é citado por alguém”⁶. Castelfranchi vê com razão nesses números a expressão e a validade da chamada lei de Bradford, venerada – acrescento eu – em bibliometria pelos seus serviços de medir a produtividade das revistas, evidenciando seu crescimento, decréscimo ou estagnação. E mesmo evidenciando sua concentração, se considerarmos que, de acordo com Castelfranchi, 3.000 revistas hospedam 75% dos *papers*, enquanto 300 revistas, ou 10% do montante, publicam a metade (50%) dos artigos efetivamente citados nos quatro cantos do mundo. Por isso, em vez da lei de Bradford, penso que talvez o “efeito Mateus”, já assinalado e tipificado por Merton (“Quanto mais, mais”), seja mais pertinente e aquele fator que jogue mais luz sobre o estado das publicações e dos *papers* num ambiente de ciência taylorizada. Exemplos disso são as revistas *Science*, *Nature*, *Cell* e *Neuron*, com seus índices de impacto altíssimos, e consideradas verdadeiros ícones e sonhos de consumo nas *hard sciences*.

⁶ CASTELFRANCHI, Y. *As serpentes e o bastão: Tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade* (Tese de doutorado em sociologia). Campinas: Unicamp, 2008, p. 58.

- Todavia, nada é comparável às pesadas distorções e aos efeitos em cascata do poder econômico sobre o mercado editorial, gerando a concentração das revistas e da indústria do livro nas mãos de poucos *Publishers*: o grupo Elsevier, sediado na Holanda e o maior de todos; o Springer, com sede na Alemanha; e o Wiley-Blackwell, sediado nos EUA – com um catálogo de milhares de revistas e de livros, junto com um exército de editores e pareceristas espalhados pelo mundo afora, para não falar do volume bilionário dos negócios e de outras cifras, que o leitor poderá ver no artigo do IEA⁷.

Tudo somado, o sistema taylorista instala, pois, a *ratio* econômica na produção industrial, inclusive na agricultura, que se converte em ramo da indústria, e estende seus expedientes e dispositivos ao mundo intelectual, assim como aos processos de produção e difusão do conhecimento. Dois são os vetores da *ratio* taylorista: 1 – a parcelização do trabalho, gerando a divisão dos processos e a especialização dos indivíduos; 2 – a instituição de corpo de *managers* e administradores para monitorar os processos e vencer a segmentação, colocando os indivíduos a serviço do todo ou da empresa, e incluindo entre as ferramentas de monitoramento e controle as métricas, os *rankings* e os *accounts*. Trata-se da fusão da *ratio* matemática das métricas, da *ratio* econômica

⁷ Ao longo desse estudo e do artigo do IEA enfatizo o mesmo processo tipificado no mundo anglo-saxão e exportado para outros cantos do planeta, patrocinado pelo poder econômico e o próprio inglês como língua franca mundial. Além desse processo, que vem de fora para dentro e no fim avassala a academia, há outras vias, que vão de dentro para fora, e leva à acomodação da academia ao mercado e à indústria das publicações. Este é o caso da *Escola dos Anais* na França, conforme bem o mostra François Dosse no seu conhecido livro *História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Ressaltando o famoso hegemonismo que marcou e ainda marca essa Escola, agora na sua quarta geração, Dosse ressalta que seus membros, como os durkheimianos em seu tempo, “apoderaram-se de todos os lugares estratégicos de uma sociedade dominada pelos meios de comunicação de massa. O historiador novo tornou-se comerciante ao mesmo tempo que sábio, intermediário, publicitário e administrador para controlar todos os níveis das redes de difusão dos trabalhos históricos. Os responsáveis pelas coleções históricas da maior parte das editoras são membros dos *Annales*. Assim, ocupam uma posição de poder essencial, o de selecionar as obras consideradas dignas de ser editadas e de deixar de lado as outras. Hegemônica, essa escola investiu simultaneamente sobre os órgãos de imprensa nos quais propaga as próprias publicações, a fim de assegurar-lhes o brilho necessário para ganhar um público maior. Dos laboratórios de pesquisa até os circuitos de distribuição, a produção histórica francesa tornou-se quase um monopólio dos *Annales*”. Sobre o trecho citado, ver a tradução brasileira *História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo / Campinas: Ensaio / Editora da UNICAMP, 1992, p. 15.

agônica da concorrência e do vencedor, da *ratio* psicológica behaviorista do estímulo e da resposta (prêmios e castigos ou as *carrots* e os *sticks*) e a *ratio* jurídica das normas e procedimentos (*accounts*). Uma coisa não vai sem a outra no plano das causalidades, ao passo que será uno ou um único o *telos* ou o fim do processo: o aumento da produção e da produtividade, que são o direito e o avesso de uma mesma realidade, tendo como parâmetro o *time-based Schedule*.

Concluindo, digo então que a alma do taylorismo acadêmico é o *Publish or Perish*. Trata-se de um princípio agônico, baseado no tudo ou nada dos jogos perigosos de vida e morte, como nas antigas ordálias. Seus principais traços, *modus operandi* e resultados são amplamente conhecidos. Por um lado, transforma a produção intelectual num grande certame, como nos *plays-offs*, dividindo o mundo entre vencedores (produtivos) e derrotados (improdutivos). Demais, promove a troca da qualidade pela quantidade, a profundidade pela velocidade e o mérito pela performance (índice de impacto). E por toda parte instala o tempo acelerado, mede o talento pelo produto, troca o perene pelo descartável e leva ao produtivismo ou a produção pela produção como valor e atitude, com seu componente entrópico, associado à destruição, ao descarte e à obsolescência programada. Por outro lado, quanto aos resultados, o taylorismo acarreta o fim da criatividade e da fantasia: trocando a invenção e o risco pelos *accounts* e o controle, uma consequência é a estandardização e a burocratização dos processos, cujos efeitos negativos são lamentados e ao mesmo tempo buscados com insistência e sofreguidão. Outra consequência é o conservadorismo: ninguém arrisca nada; passamos mais tempo das nossas vidas fazendo relatórios, administrando a carreira, fabricando *papers* e colocando uma linha a mais no Lattes do que desenvolvendo a pesquisa e cultivando o intelecto. E outra consequência enfim, agravando mais ainda as distorções, são as fraudes, os plágios e as maquiagens nas suas mais variadas formas, induzindo a precipitação e a corrida para chegar primeiro, ou então o adiamento das publicações e o seu fatiamento, a chamada técnica do salame, em busca da melhoria das performances individuais e das vantagens competitivas dos grupos.

Por fim, para terminar o quadro, será preciso considerar os congressos e focalizar algo da maior importância já recenseado e com livre

curso nas *hard sciences*: é que o taylorismo intelectual, a indústria cultural e o turismo acadêmico vão juntos, levando à explosão de congressos e turbinando mais ainda as publicações, que neles terão um dos seus mais importantes mananciais. Tal se deu em muitas áreas endinheiradas com os congressos e os colóquios financiados e organizados por grandes laboratórios e conglomerados econômicos, como nos casos da medicina e da computação. E se deu também naquelas áreas de menos prestígio e espécies de primos pobres, como a filosofia e a antropologia, com congressos mundiais em Atenas, Istambul e daqui a pouco Bora-Bora, no Caribe e em outros paraísos perdidos⁸. Não há como aqui hoje, nesta mesa, considerar esse tópico de suma importância, levando em áreas como a computação a criar seus próprios *rankings* para classificar os congressos e as comunicações – chamadas estas de *conference papers* –, segundo seus índices de impacto, estratificados em quartis e a ponto de considerá-los mais importantes do que os *journal articles*, mais defasados e publicados tempos depois⁹. Este, porém, não é o caso da filosofia, que continua preferindo os *journal articles* e a estes prefere os livros, como é sabido. Estou comentando essas coisas só para contrastar e mostrar que essa coisa chamada culturas de área é bem mais real e geradora de resultados do que se pensa.

O TAYLORISMO ACADÊMICO E A FILOSOFIA

É, pois, neste quadro que vai inscrever-se a filosofia, e não podia ser diferente, ao fim e ao cabo, estando ela atada ao mesmo modo de pensar e de fazer as coisas. Contudo, se é verdade que a filosofia hoje

⁸ O liame entre os congressos, os *papers* e a filosofia, com o taylorismo ao fundo, é tratado por Bento Prado Jr., no seu excelente Prefácio de *Situações I*, na tradução brasileira publicada pela Cosacnaify, quando o conclui dizendo, em atitude de resistência, que “é preciso ler e reler os ensaios de Sartre”. E o que é importante: “É preciso fazê-lo sem pressa, muito devagar, para poder retomar a questão, agora em nova forma, já que não se pode falar sequer de uma ‘crise do ensaio’. Esse gênero está, hoje, em estado terminal, agonizante. Ele foi substituído pelo gênero *trash do paper*, inventado pela Universidade Norte-Americana (segundo o lema ‘*publish or perish*’) e multiplicado pela indústria dos congressos de filosofia do Mundo Globalizado”. Cf. PRADO JR., B. Prefácio, in: SARTRE, J.P. *Situações I* – crítica literária. São Paulo: CosacNaify, p. 26.

⁹ Cf. Laender, Alberto H. F. et al. “Assessing the Research and Education Quality of the Top Brazilian Computer Science Graduate Programs”, in: SIGCSE Bulletin, volume 40, Number 2, 2008 June, p. 135-145.

nele se inscreve, não o é menos que ela chegou tarde, mas chegou para ficar, em meados dos anos cinquenta do século passado, na Europa e nos Estados Unidos. Diferentemente, no Brasil ela só dará as caras duas décadas mais tarde, depois que a CAPES nos anos 70 implantou o SNPG, incluindo a filosofia, que passará a sofrer as mesmas pressões das outras áreas, será submetida aos mesmos processos de avaliação da produção intelectual, apresentará os mesmos padrões editoriais e se submeterá ao mesmo taylorismo acadêmico vigente nas *hard sciences*. Foi então que, de país atrasado, monoglota e provinciano que era, Brasília de repente colocou na agenda da pós-graduação e da pesquisa a agenda e o desafio da internacionalização. E parece que todo esse esforço deu certo, com o país ocupando o 12º lugar nos mais importantes *rankings* mundiais da produção de artigos científicos, como os da ISI e da Scopus, embora a filosofia continue ainda defasada, ocupando as faixas intermediárias dos mesmos. Na sequência vou abordar a sua situação e traçar o paralelo, considerando os mesmos tópicos e com a mesma preocupação, ao esboçar o quadro comparativo, de fornecer os exemplos e os números, dando porém um jeito de compensar com outros dados, ainda que precários, lá onde nos faltam fontes reconhecidas, abrangentes e fiáveis.

Antes de mais nada, ao situar o chamado **sistema de comunicação da filosofia**, restringindo-o como fiz antes com as *hard sciences* às publicações, e deixando de lado outros dispositivos como as *Public lectures*, a exemplo das *Macy Conferences* tão importantes para a cibernética, bem como as honrarias e as medalhas, a exemplo da medalha Fields e do prêmio Nobel, o primeiro ponto a considerar é a posição invertida dos livros e dos artigos na escala das publicações, com o livro em filosofia conservando a primazia. Antes, porém, de tratar desse ponto, mostrando que a inversão não significa que o taylorismo foi defenestrado, muito antes pelo contrário, ele segue vigendo e avassalando os dois gêneros de publicação, portanto antes de tratar desse ponto, será preciso distinguir e revisar os principais tipos, e a começar pelos livros, considerando o conjunto das áreas do conhecimento:

- Livros autorais, importantes em filosofia e ciências humanas, bem como em certas áreas das ciências naturais, como na história natural e na cosmologia, que dependem da narrativa e do narrador, que é uma espécie de escritor;

- Livros de sistematização, podendo ser autoral ou não, que poderá interessar ao grande público, mas antes de tudo se destina aos pares e iniciados, parecido com o *review paper*, que será referido abaixo, mas com escopo mais amplo;
- Livros didáticos e paradidáticos: manuais, *handbooks*, *companions*, tendo o ensino como objetivo e os estudantes como alvo;
- Livros de divulgação, voltados ao grande público;
- Livros de iniciação e auto-ajuda, igualmente.

Passando aos artigos e às revistas, um sem-número de diferenças pode ser contrastado, alimentando as mais variadas taxonomias e toda sorte de “ranqueamentos”, tão comum nas *hard sciences* e hoje uma realidade notória nas ciências humanas e sociais, assim como na filosofia, como é sabido, onde tem a preferência dos analíticos.

Assim, as revistas, distinguidas segundo o gênero, o suporte e a especialidade, em sua maioria seguindo o impessoal *peer review system*, mas havendo aquelas personalizadas com a cara do editor, do grupo ou da instituição que a publica, e mesmo adotando o sistema misto na seleção dos artigos:

- Revistas especializadas
- Revistas genéricas ou generalistas
- Revistas de divulgação
- Revistas de grupos e de sociedades
- Revistas de estudantes
- Revistas eletrônicas de acesso aberto
- Revistas eletrônicas de acesso restrito.


Já os artigos, os chamados artigos científicos, essa invenção moderna e hoje com a primazia em várias áreas do conhecimento, inclusive em importantes segmentos das ciências sociais, como a economia e a sociologia, poderão ser distinguidos em pelo menos seis ou sete modalidades, ao se propor uma classificação mais conforme às ciências naturais, onde eles têm uma cidadania de há muito reconhecida:

- Artigos teóricos ou *Theoretical articles*, na terminologia inglesa, que reinam em ramos importantes das ciências exatas, como a matemática e a física teórica;
- Artigos empíricos, distinguidos nas ciências duras entre experimentais e observacionais, com a proeminência dos segundos nas ciências humanas e sociais;

- Artigos metodológicos ou assemelhados com foco em técnicas de pesquisa, modalidade corrente nos mais variados campos científicos, inclusive nas ciências sociais, como notou Weber, ao dizer que elas sofriam de uma verdadeira “pestilência de método”;
- Artigos de revisão (*review papers*) ou de meta-análise, como conhecidos na área médica, ao longo do qual se faz a avaliação da literatura recente;
- Artigos de recensão ou resenhas, comuns a todas as áreas do conhecimento, cumprindo as vezes de função de divulgação, como nos livros;
- Artigos de disputa ou de combate, dando margem a réplicas e a trélicas, verdadeiras máquinas de guerra retóricas, e portanto políticas, se não pessoais, e a bem da verdade nada filosóficos e científicos, devendo portanto ficar de fora.

Essas distinções, a que se somam os *conference papers*, acima referidos, que não se destinam às revistas, são sem dúvida importantes e aferidas pelas ciências duras, gerando tabelas e classificações, mas infelizmente estão longe de ser efetivas em nossa área, e só estou apontando-as para ressaltar a sua relevância, lamentar a lacuna e deixar claro que as minhas análises e os dados que eu vou apresentar e desenvolver em seguida são precários e limitados.

Assim, começando pelo cenário mundial e o *ranking* das revistas de filosofia, há o *Philosophy Journals Rankings*, mais conhecido pela sigla SJR e que edita há anos o *SCImago Journal & Country Rank*. Os termos e os acrônimos ingleses não devem nos levar a pensar que se trata de uma organização britânica ou americana, pois, conforme o SJR se apresenta, trata-se de um portal sediado na Espanha (Universidade de Granada) que abarca em seus “ranqueamentos” um conjunto de revistas científicas e dos respectivos países que as editam com vistas à sua comparação, Brasil incluído. E, como os congêneres de outras áreas, o levantamento é feito tomando como base as citações dos artigos, distinguindo as autocitações e as citações de terceiros, e tendo como fonte no caso do SJR o *Scopus database*, patrocinado pelo Elsevier BV grupo. Esclarecidos esses pontos, vamos à lista das *top 10* do *Ranking* das revistas mundiais de filosofia de 2013:

1	Natural Language Semantics	J	Q1	2,699	21	12	42	635	52	38	1,20	52,92	
2	Ethics	J	Q1	2,636	35	29	73	1.312	116	69	1,43	45,24	
3	Philosophical Review, The	J	Q1	2,628	31	13	43	843	58	42	1,11	64,85	
4	Business Ethics Quarterly	J	Q1	2,300	37	22	93	2.181	246	82	2,75	99,14	
5	Nous	J	Q1	2,123	26	79	119	2.872	102	95	1,06	36,35	
6	Political Psychology	J	Q1	1,885	45	78	141	4.220	301	129	1,98	54,10	
7	Linguistics and Philosophy	J	Q1	1,780	27	18	55	767	50	51	0,85	42,61	
8	Mind and Language	J	Q1	1,779	38	34	79	1.546	189	77	1,86	45,47	
9	European Child and Adolescent Psychiatry	J	Q1	1,768	57	165	278	6.234	896	216	3,63	37,78	
10	Mind	J	Q1	1,688	23	20	97	867	94	89	0,69	43,35	

Estou trazendo a público esta lista só para o leitor fazer uma idéia. É chocante ver de fora uma revista tradicional como a *Révue de Métaphysique et Morale*, fundada em 1895 por Léon Brunschvicg e seus colegas, como Élie Halévy, com a credencial de ter publicado Durkheim e organizado os primeiros congressos mundiais de filosofia, assim como ver de fora a revista *Erkenntnis*, fundada por Carnap, órgão oficial do Círculo de Viena e depois passada às hostes da filosofia analítica, com a *Erkenntnis* aparecendo em 43º lugar na lista da SJR e a *RMM* não aparecendo nem mesmo no estrato 1-150. Por outro lado, não é menos chocante ver em seu lugar revistas que a rigor nem de filosofia são, como *Political Psychology*, *European Child and Adolescent Psychiatry* e mesmo *Natural Language Semantics*, a número 1, que é antes de tudo uma revista de lingüística. Todavia, vou deixar esse ponto de lado, com a reserva de que nesses rankings nem sempre sabemos ao certo o que de fato está sendo ranqueado, se o *paper* ou se o *journal*. E de lado o deixo para focalizar outra coisa, igualmente importante para as nossas discussões, a saber, a data de fundação de cada revista e o nome do *Publisher* ou da instituição que a edita:

- *Natural Language Semantics*: Springer Netherlands (1993)
- *Ethics*: Universidade de Chicago (1890)
- *Philosophical Review*: Duke University (1892)
- *Business Ethics Quarterly*: Philosophy Documentation Center, sediado em Charlottesville, Virginia, USA (1991)
- *Noûs*: Wiley-Blackwell, Hoboken, New Jersey, editado por Ernest Sosa, (1976)

- *Political Psychology*: Wiley-Blackwell (1980)
- *Linguistics and Philosophy*: Springer Netherlands (1977)
- *Mind and Language*: Wiley-Blackwell (1986)
- *European Child and Adolescent Psychiatry*: Springer Verlag (Não há informação sobre a data de fundação, apenas que “in August 2011 ECAP has been designated as the official ES-CAP Journal”, cujo acrônimo se refere à European Society for Children and Adolescent Psychiatry)
- *Mind*: Oxford UP (1876).

Nota bene: Desta lista saltam as vistas, do total de 10, apenas 3 revistas publicadas por editoras universitárias acadêmicas (Duke, Chicago e Oxford UP), 1 revista publicada por uma sociedade que se define como *non-profit Publisher* (a Business Ethics Quarterly) e 6 revistas editadas por dois grandes conglomerados econômicos que visam o lucro e tomam as revistas e os artigos como *business*: o Wiley-Blackwell e o Springer, cuja *branch* holandesa tem o nome completo justamente de Springer Science + Business Media, evidenciando que os tais *big Publishers* depois de terem dominado as *hard sciences* estão dominando agora as principais publicações de filosofia. Acrescente-se ainda o grupo Elsevier, com seu tentáculo poderoso em medicina e ciências biológicas dominando o setor, e que publica em filosofia revistas de prestígio, como *Studies in History and Philosophy of Science*, dividida em três *branches*, A B e C: Geral, Filosofia da física e Filosofia da biologia e medicina. E adicione-se enfim na lista da Elsevier a *History of European Ideas*, ranqueada em 121º, em contraste com a *SHPS* que teria passado do quartil Q2 para Q1, tendo obtido o fator de impacto 0,57 em 2012-2013 segundo o site da revista, e, portanto, colocando-a entre as *top 50*, na vizinhança do 45º *rank*.

Eu tentei fazer o mesmo levantamento para os livros e os *publishers* de filosofia, mas no fim desisti, na falta de estudos e listas confiáveis. Não dispondo de levantamentos e fontes acadêmicas, eu fui atrás da *Amazon* para ter uma idéia dos *best-sellers* e dos livros de filosofia com inequívoco sucesso junto ao grande público estrangeiro. Ao examinar os *top 100* de 2014 sem distinção de áreas específicas, mas considerando todas indistintamente, notei que no dia 11/10 (NB: a lista é dinâmica e muda o tempo todo) o nº 1 era um tal de *Friends Finder*

2.0, by Tom Roth, que *The Capital* de Piketty publicado por Harvard ocupava o 15º lugar, e que *O alquimista* de Paulo Coelho estava classificado em 36º. Notei ainda uma vasta variedade de livros para crianças e adolescentes, bem como uma grande gama de livros de auto-ajuda e espiritualidade, com *Jesus Calling: Enjoying*, by Sarah Young, ranqueado em 10º lugar – e nenhum de filosofia. Municiado desta lista, eu fui atrás da outra: a lista das *top 100* de filosofia, também destacada pelo *site* da *Amazon*, e os resultados não podiam ser mais desanimadores. Uma profusão de lixos e de livros de auto-ajuda, uma tremenda barafunda misturando Putin, Buda, Zen, Yoga, Jesus e espiritualidade cristã, com um certo *Waking Up: A Guide to Spirituality Without Religion*, by Sam Harris, no primeiro posto da lista dos mais vendidos, e a cuja entrevista eu assisti outro dia na CNN, tendo caído um pouco depois nas listas dos mais vendidos das semanas seguintes, e com direito a bobagens como *How Adam Smith Can Change Your Life*, by Russell Roberts, ocupando o 12º na edição Hardcover e 87º em Kindle. Ao nos deparar com listas como estas, listas em que o mercado fala mais alto e os *purchases* viram as costas para a academia e se comprazem com embustes e engodos, como não concluir que a humanidade não tem mesmo jeito e a verdadeira filosofia é para poucos iniciados? Mas aí, eu já estava quase fechando a lista, cético e desanimado, quando antes de sair do *site* descobri que havia obras de filósofos *cults* e populares, das mais variadas procedências, bem como de estrelas de primeira grandeza, um clássico e alguns cristais puros – poucas obras, tudo somado, e como deve ser, mas havia. Assim, na segunda posição como vice-campeã estava *The Meaning of Human Existence*, by Edward Osborne Wilson, dublê de biólogo especialista em formigas e filósofo preocupado com a natureza humana, reaparecendo na lista mais duas vezes, na edição Kindle em 6º e 8º lugar em *Audio edition* – o que sem dúvida é um feito extraordinário. Some-se o filósofo esloveno afrancesado que faz bastante sucesso no Brasil, Slajov Zizek, com dois livros: *Absolute Recoil [Recuo]: Towards a New Foundation of Dialectical Materialism*, em 11º lugar e *Trouble in the Paradise* ficando em 34º. Some-se ainda na 19ª posição *Refuting the External World*, com cara de filosofia analítica, assinado por um certo Goran Backlund, sueco e *outsider*, tendo sido impossível descobrir mais sobre ele. Enfim, em 84º lugar, estava *David*

Hume – The Classics, em edição Kindle com 17 obras + 4 *Audio-books*. Estes são os autores, as obras e os *ranks*, e penso que é o bastante.

Deixando o mercado e as editoras comerciais de lado, certamente estaríamos em melhor companhia se passássemos para as editoras acadêmicas universitárias, e ao nome e à obra de Hume veríamos ajuntar a *República* de Platão, a *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, a *Crítica da razão pura* de Kant, a *Genealogia da moral* de Nietzsche e o *Discurso do método* de Descartes. Ou seja: as jóias da coroa da filosofia que todo mundo reconhece e que seriam encontradas entre os top 5, da mesma forma que Oxford UP seria o *Publisher* campeão dos livros de filosofia editados em inglês, seguida por Harvard, Cambridge, Princeton, Routledge, Blackwell e Chicago. Mas faltam-nos os levantamentos e os números, haveria que se acrescentar a Gallimard na França e o gigante alemão Surkamp Verlag em concordata desde 2013, e o melhor é parar por aqui, deixando os editores de lado e focalizando mais de perto o livro – o livro de filosofia acadêmica, antes de tudo.

Sobre os números e as tiragens, também nos faltam estudos comparativos, além de fontes confiáveis. Como não se pode ficar paralisado, é-se forçado a extrapolar, tirando o máximo de conseqüências do mínimo de informações que se dispõe, e todo o cuidado é pouco. Aleatoriamente, começo por Foucault, que pode ser considerado uma excelente referência, com carreira fora do mundo anglo-saxão e que vendia muito em qualquer lugar, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos. Sobre suas credenciais de filósofo globalizado universal, lembro que a Thomson Reuters publicou em 2009 um *ranking* dos autores de humanidades mais citados tomando como base o ano 2007 e Foucault foi o campeão, ganhando de notoriedades como Habermas, Giddens, Goffman e Max Weber (ISI Web of Science 2009). Pois bem, a se considerar apenas uma de suas obras, e tida como uma das mais difíceis, *Les mots et les choses*, François Dosse conta, com base em depoimento de Pierre Nora, o editor de Foucault da Gallimard, o livro saltou de 20.000 exemplares vendidos no ano em que foi lançado, 1966, até atingir a impressionante cifra de 103.000 em 1987¹⁰. A essa cifra do velho mundo, a todos os títulos extraordinária e referida a um livro sabidamente difícil, inacessível ao público leigo, acrescenta-se no Brasil o sucesso

¹⁰ DOSSE, F. *História do estruturalismo, Vol. 1 – O campo do signo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, p. 411.

de público e de crítica da Coleção Os Pensadores, da Editora Abril, lançada nos anos 70, e tal que, conforme lembrou Giannotti em entrevista à revista *Trans-form-ação* da UNESP, que um livro hermético e altamente técnico como o de Frege vendeu nas bancas mais de 100.000 exemplares, o que não quer dizer que todos os cem mil compradores o leram, mas ao menos que foram para as prateleiras como digno de ser guardado, algo *cult* e à espera de leitores futuros. Tudo isso dá muito no que pensar e é mais um dos casos dos grandes números que nos ajudam a dar conta da mudança da escala das coisas na esteira da indústria do livro e do taylorismo intelectual, com as editoras privadas ocupando toda a cena. Contudo, se esses números impressionam, e são mesmo impressionantes em se tratando de livros autorais sumamente difíceis, eles não são nada ao serem comparados com os livros de auto-ajuda e de divulgação voltados ao grande público.

Tendo já dado o exemplo de livros de auto-ajuda, onde no *ranking* da Amazon a filosofia fica acotovelada com a psicologia popular e as espiritualidades de todos os quilates – zen-budistas, cristãs e *new ages* –, vou ficar com as obras de divulgação e sua variante “obras para o grande público”, não aquelas destinadas ao público universitário, e menos ainda aquele de uma área do conhecimento, mas destinadas ao público culto mais amplo, das quais obras e variante eu gostaria de destacar o imenso sucesso editorial do livro *O mundo de Sofia*. Vem a ser, o livro de Jostein Gaarder e do qual se pode dizer que faz parte do gênero romance filosófico de iniciação, ou *Philosophical novel* em inglês, com seus reconhecidos lustros literários, e tais que transformaram a obra escrita num idioma dos *vikings*, o norueguês, num *best-seller* mundial. E de fato os números são impressionantes: publicado em 1994 quando entrou na lista dos mais vendidos da Noruega, o livro foi depois traduzido segundo a Wikipedia em 59 línguas e direito à tiragem recorde de 40 milhões de volumes. Não bastasse o *boom* editorial, o livro foi adaptado para o cinema e deu à atriz que desempenhou o papel de Sofia o prestigioso *Amanda Award* em 1999, prêmio esse conferido anualmente por ocasião do Festival Norueguês do Filme. Some-se também a adaptação do livro para a televisão, primeiro na Inglaterra pela BBC numa emissão mais curta em 1995 e depois na Austrália em 1999 numa série mais longa dividida em oito partes. E ainda, em 1998,

um *computer game* adaptado pela *The Multimedia Corporation* para PC e Macintosh, atestando o potencial extraordinário de um livro com um sucesso nunca visto antes, e sobretudo sucesso como livro, bem mais do que nas outras mídias e em jogos de computador.

Não obstante esses sucessos, não faltam estudiosos como Lindsay Waters, o editor de humanidades de Harvard, que falam da crise do livro e da tendência à “paperização” da produção acadêmica até mesmo nas humanidades, onde até recentemente o livro reinava absoluto, considerado pelos autores como algo sacrossanto e visto pelos leitores como um verdadeiro ícone. Waters acrescenta ainda – depois de constatar a notória preferência das *hard-sciences* pelos *papers*, reservando ao livro a tarefa menor de divulgar e sistematizar as idéias já difundidas em primeira mão pelos artigos, como no caso de Einstein – que o mesmo sucedeu nas ciências humanas e sociais. Nestas áreas o que é mais preocupante, de fato, não é o livro didático e o paradidático, hoje sofrendo a concorrência dos *downloads* e da internet, mas que com suas grandes tiragens prestou e ainda presta seus incansáveis serviços no ensino de segundo grau e mesmo de terceiro grau, nas diferentes graduações universitárias. Como é sabido, deste conjunto especial a proeminência cabe aos *handbooks* e aos *companions* de Oxford, de Cambridge e da Blackwell. Muitos deles um primor, com traduções no Brasil e em Portugal, cujos rivais no passado eram os manuais e as apostilas, conhecidos na Universidade de Coimbra até tarde do período colonial como “sebentas”, cujo nome sugerindo o manuseio por mãos engorduradas quer dizer tudo. Tirante os livros didático e paradidático, Lindsay Waters fala da existência hoje nos Estados Unidos de uma verdadeira crise do livro autoral, cujos sinais são, por um lado, a queda da tiragem dos livros de humanidades, que nos últimos 30 anos (o livro de Waters foi publicado nos EUA em 2004) vendiam em média 1250 exemplares e agora só vendem 275, e por outro, a perda ininterrupta e crescente das encomendas de livros novos pelas mais importantes bibliotecas e universidades da costa leste à oeste. Tão profunda é a crise que, mais além dos números que atestam a queda das encomendas autorizando a predição de um futuro sombrio para o livro autoral, e quem tiver interesse irá fartar deles ao consultar o livro, Lindsay Waters fala até mesmo, contraparte da “paperização” e sua razão última

de ser, do livro autoral acadêmico como empresa intelectual falida ou fadada ao fracasso em razão mesma de suas ambições desmesuradas e da vastidão de seu escopo: dar a última palavra, revelar aquilo que ninguém viu e abraçar ou abarcar tudo. Ninguém consegue. Melhor futuro e melhor perspectiva segundo os críticos do livro terão o *paper* ou o artigo, às voltas com escopos menores e com conjuntos mais recortados¹¹. Na esteira de Waters, eu mostro no artigo que vai sair pela revista do IEA da USP que a “paperização” é uma das faces da taylorização do conhecimento, com o seu resultado conhecido, a saber: o fatiamento da produção intelectual, também chamado de técnica do salame, ao dar lugar à multiplicação dos *papers* por uma mesmo autor, com o intuito de melhorar a sua performance pessoal, e que não é outra coisa senão a velha técnica taylorista de parcelar as atividades e focalizar nos resultados, com a meta de produzir mais artigos em unidades menores de tempo.

Penso que é suficiente, os dados são contundentes e as cifras, mesmo as pouco acuradas, têm lastro e convencem, só cabendo lamentar nesse panorama da filosofia mundial a falta ou a ausência de qualquer estimava do número de filósofos e professores de filosofia, pois nem a UNESCO nem outra entidade se dispuseram a fazê-lo – tarefa nada fácil, diga-se, não só com respeito à filosofia, mas relativamente a todas as áreas do conhecimento, até mesmo a matemática. Não obstante é lícito postular, a título de hipótese e para fins de raciocínio, que as cifras aumentaram e muito nos últimos decênios, expandindo a base física do sistema e explodindo a indústria das publicações, mesmo se acompanhamos Waters no tocante à queda relativa do livro, e a exemplo do aumento extraordinário ocorrido ao longo do século XX na ciência e no número de cientistas, inclusive no Brasil.

Passo ao Brasil e em primeiro lugar às revistas e aos artigos. Ao considerá-los, pode-se dizer que neste capítulo o estudioso será facilitado por existir o *ranking* da CAPES – o *Qualis* dos periódicos –, permitindo estabelecer as comparações e fornecer o quadro geral da área. Todavia, será preciso considerar as distorções e neutralizar as controvérsias dos *ranks* e dos “ranqueamentos” mediante estudos comparativos e as séries históricas, feitas as avaliações e as classificações menos para estimular e melhorar a qualidade do sistema, do que para excluir e

¹¹ Cf. WATERS, L. *Inimigos da esperança*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 35-36, 42-43 e 84.

controlar. Tudo isso, intencional ou não, pouco importa, como mais um capítulo da história do taylorismo acadêmico, ao implantar a competição cega do *publish or perish* e dividir o mundo em vencedores e derrotados. O resultado é conhecido. De um lado, a taylorização acarretará a inflação do conhecimento e da produção acadêmica, incentivando o fatiamento dos *papers*, fomentando o descarte, minando a noção de obra e solapando as tradições. De outro, tendo convertido a produção do conhecimento em braço da indústria – da indústria cultural, do livro e do *paper* – e atrelando-a ao mercado, ao mercado de idéias e ao mercado de bens (*goods*), haverá a concentração do mercado editorial, com dois ou três grupos poderosos concentrando as publicações de livros e revistas de filosofia no mundo inteiro, como foi ressaltado. Contudo, por ter chegado mais tarde a esse processo irresistível que no mundo inteiro avassala corações e mentes, no Brasil prevalece ainda o regime do artesanato indiferente ao *big business*, com editores cuidando amadoristicamente das revistas e publicando os artigos de amigos e conhecidos mais chegados – ao menos na filosofia, mas a situação está mudando e rapidamente, em especial na pós-graduação. É o que mostram os números da última avaliação da CAPES: sobre um total de 1333 revistas classificadas ou reclassificadas em 2013 pelo sistema Qualis/CAPES, a produção intelectual estava concentrada em 58 periódicos com mais de 10 artigos publicados no período analisado, dos quais (periódicos) 57 pertencentes a programas de pós-graduação, grupos de pesquisa ou associações reconhecidas institucionalmente no país, 4 revistas nacionais ranqueadas no extrato A e apenas 1 periódico estrangeiro, e assim mesmo, português. Quer dizer: a difusão dos *papers* está concentrada, há muitos periódicos sobrando e há ainda muito o que fazer no tocante à internacionalização, com o país ainda na periferia do sistema, monoglota e defasado. Ciente disso, de uma situação renitente que atinge todas as áreas do conhecimento, e não só a filosofia, e numa época como a nossa em que a língua franca internacional passou a ser o inglês, depois de ter sido um dia o *koiné*, o latim e o francês, a CAPES decidiu recentemente lançar um edital, ainda neste ano de 2014, para publicar em acesso aberto cerca de cem revistas brasileiras, segundo a *Folha de São Paulo* de 01/11/2014. Na mesma reportagem a *Folha* mostra que estavam presentes em Brasília, atentas às potencialidades da iniciativa da

Agência, e não era para menos, posto que a chamada dolarizada da CAPES as tinha certamente em vista, nada menos do que as três grandes corporações já referidas acima, a saber: a Elsevier (Holanda), a Springer Verlag (Alemanha) e a Wiley-Blackwell (EUA), às quais se somaram outras duas inglesas, a Emerald e a Taylor & Francis, a última com a credencial de uma tradição de mais de 150 anos, mais de 1.000 revistas em seu porfolio e um selo de grande prestígio no mercado dos livros: a editora Routledge. Por fim, o jornal paulista salienta que o universo das revistas que potencialmente poderá ser beneficiado pelo Edital atinge 400 periódicos, dos quais 40 editados por *Publishers* internacionais, e nenhum certamente revistas de filosofia, os quais periódicos serão selecionados em 2015 por um segundo Edital, depois de definidos os *Publishers*: desde então, pode-se dizer, estará aberto o caminho e um dia a velha rainha do saber terá suas revistas aquinhoadas, em inglês, com o selo de prestígio de um daqueles grupos, e não apenas uma revista, como nos tempos em que Tobias Barreto publicava a sua, mas em alemão, na pequena cidade de Escada, em Pernambuco, e era lida só por ele e seus amigos germanófilos.

Quanto aos livros, não havendo o *Qualis* livros, coisa que eu não lamento, devem-se buscar as evidências e os números fora do SNPG e da CAPES. A dificuldade, porém, é grande, não só porque nos faltam dados sobre as obras autorais, na ausência de estatísticas depuradas, mas por nos faltar absolutamente dados que nos permitam efetuar uma análise mais acurada da situação global do livro de filosofia, e em especial dos livros acadêmicos em suas várias modalidades, que vão sofrer a concorrência dos livros de auto-ajuda e dos didáticos e para-didáticos. E a concorrência não poderia ser pior, com efeito: se esses livros já ganham nos Estados Unidos e na Europa, o que dizer de nós, com uma cultura intelectual pouco densa e as dezenas de milhões de semi-letrados? Então, num quadro como esse, o pouco que há de política pública do livro – como as políticas patrocinadas pelo MEC, a exemplo do PNLD, incluindo o livro didático de filosofia – deve ser aplaudido, mas fica a desconfiança ou a reserva: a suspeita de serem políticas públicas para atender as grandes editoras privadas comerciais, e não exatamente políticas de governo e em benefício da sociedade. Conforme se verá, trata-se do mesmo efeito da centralização e

oligopolização do mercado por uma meia dúzia de editoras privadas, já em curso pelo mundo afora, e também nas últimas décadas no Brasil. Para se convencer disso, basta o leitor examinar a tabela do MEC do PNLD de 2014, a qual mostra que o mercado do livro didático está concentrado nas mãos de 4 editoras sobre um total de 25, a saber, a **Moderna**, a **FTD**, a **Ática** e a **Saraiva**, com uma tiragem de estonteantes 97.000.000 de volumes ou mais de 70% do mercado:

Quanto à filosofia, são os seguintes os livros, os autores e as respectivas editoras que foram selecionados pelo PNLD de 2014, devendo as obras vir a lume em 2015, três delas editadas pelos mesmos *Publishers* “ranqueados” entre os maiores grupos listados acima (a Moderna, a Saraiva e a Ática), a que se soma uma editora conhecida, a Scipione, listada entre as 25, e uma desconhecida que correu por fora, a Pax. Como em outras áreas, a exemplo do português e do estudo de ciências, as cinco edições em apreço por um bom número de anos, com sua tiragem de milhões, vão abarrotar as bibliotecas e os lares brasileiros, prestando seus importantes serviços de livros-textos do segundo grau, ao trazer um pouco de luz num nível de ensino que sofre hoje um verdadeiro apagão, ou seja:

- Scipione: *Filosofia e experiência do pensamento* (Sílvio Gallo)
- Moderna: *Filosofando* (Maria Lúcia Aranha)
- Pax Editora: *Filosofia – Por uma experiência da complexidade* (Celito Meier)
- Saraiva: *Fundamentos de filosofia* (Gilberto Cotrim)
- Ática: *Iniciação à filosofia* (Marilena Chauí).

Ora, se a situação do livro-texto do segundo grau bem ou mal está encaminhada, o mesmo não se pode dizer do ensino superior e inclusive o de filosofia: aqui a lacuna é enorme e ninguém faz nada. E que fique claro: estou falando da Graduação, e não da Pós, onde esta questão não faz sentido. Ora, na graduação em filosofia, diferentemente da física e de outras áreas, simplesmente não há livros-textos, os alunos não vão às bibliotecas e nem fazem *downloads*, enquanto os colegas seguem indiferentes e mal disfarçam o preconceito, preferindo juntar os textos e deixá-los nos serviços de fotocópia, já que não têm mais as “sebentas” da Universidade de Coimbra. Num quadro como esse, onde a lacuna é enorme, a falta dos livros-textos nacionais é com-

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2014
Ensino Fundamental e Médio - Valores Negociados para Livros Impressos e Conteúdos Multimídia

EDITORA	TIRAGEM 1º ao 5º Ano	TIRAGEM 6º ao 9º Ano	TIRAGEM Ensino Médio	TIRAGEM TOTAL	MARKET SHARE	TÍTULOS ADQUIRIDOS	TIRAGEM MÉDIA	CADERNOS TIPOGRÁFICOS	RS/ CADERNO	RS/ EXEMPLAR	Mecânicas e LIBRAS	OBJETOS DIGITAIS	VALOR TOTAL
ÁTICA	4.981.748	9.862.091	8.701.374	23.545.213	17,08%	247	95.325	451.029.301	0,3811	7,30	1.582.572,76	6.468.165,63	179.825.557,34
SCIPIONE	2.775.356	2.506.098	1.220.055	6.501.509	4,72%	215	30.240	110.882.256	0,4455	7,59	259.294,90	5.661.638,55	55.283.609,63
MODERNA	4.602.827	16.969.705	5.557.200	27.129.732	19,68%	287	94.529	513.213.360	0,3766	7,12	1.701.515,70	16.751.179,87	211.607.432,76
RICHMOND	0	0	2.424.586	2.424.586	1,76%	12	202.049	38.988.884	0,3766	6,05	0,00	0,00	14.669.993,55
FTD	6.587.759	17.670.013	2.237.281	26.495.053	19,22%	366	72.391	460.848.950	0,3800	6,61	2.434.530,61	11.282.180,46	188.839.312,07
SARAIVA	2.561.577	10.491.356	8.843.565	21.896.498	15,88%	394	55.575	397.392.224	0,3955	7,17	608.054,37	15.609.087,78	173.287.433,24
SM	1.488.702	5.068.388	945.253	7.502.343	5,44%	160	46.890	122.611.705	0,4355	7,11	273.008,99	6.830.797,23	60.466.803,47
UDP	0	2.922.326	0	2.922.326	2,12%	8	365.291	45.045.061	0,4355	6,71	30.728,75	0,00	19.444.978,89
DO BRASIL	1.028.441	3.843.120	917.583	5.789.144	4,20%	93	62.249	110.024.674	0,4788	9,09	242.048,78	0,00	52.885.120,25
IBEP	838.863	2.433.500	40.821	3.313.184	2,40%	142	23.332	52.716.290	0,7100	11,29	239.389,90	0,00	37.658.640,30
BASE	532.013	662.712	689.033	1.883.758	1,37%	91	20.701	24.159.713	0,7100	9,10	22.199,40	0,00	17.173.074,37
POSITIVO	1.000.779	1.020.108	188.685	2.209.572	1,60%	124	17.819	36.084.419	0,7733	12,62	125.435,85	0,00	28.017.245,75
TEXTO	314.812	1.670.744	0	1.985.556	1,44%	106	18.732	34.509.403	0,7900	13,73	320.191,41	3.228.701,64	30.808.178,82
MACMILLAN	0	0	1.942.509	1.942.509	1,41%	18	107.917	33.071.131	0,4766	8,11	0,00	0,00	15.757.349,95
ESCALA	698.519	352.964	252.196	1.303.679	0,95%	122	10.686	23.621.849	0,9200	16,67	183.563,83	655.832,10	22.571.496,78
LAFONTE	0	0	333.142	333.142	0,24%	6	55.524	4.507.862	0,9200	12,45	0,00	0,00	4.147.233,04
AJS	288	140.081	237.694	378.063	0,27%	28	13.502	8.331.804	0,9200	21,38	44.227,88	0,00	8.125.359,38
PEARSON	45.630	0	83.709	129.339	0,09%	22	5.879	1.982.850	1,0200	15,64	0,00	0,00	2.022.507,00
TERRA SUL	0	44.753	14.365	59.118	0,04%	14	4.223	880.170	1,2700	18,91	27.240,00	1.412.731,50	2.557.601,01
ZAPF	44.629	0	0	44.629	0,03%	6	7.438	721.010	1,2866	20,78	0,00	0,00	927.540,69
GRAFSET	32.595	0	0	32.595	0,02%	8	4.074	330.896	1,2700	12,89	0,00	0,00	420.017,37
SARANDI	22.977	0	0	22.977	0,02%	16	1.436	362.481	1,6600	26,19	0,00	0,00	601.617,63
DIMENSÃO	5.921	0	0	5.921	0,01%	23	257	69.730	2,1200	24,97	0,00	0,00	147.827,60
ESFERA	5.576	0	0	5.576	0,01%	2	2.788	66.918	1,4400	17,28	0,00	0,00	96.361,92
LÊ	2.036	0	0	2.036	0,001%	1	2.036	20.360	1,7500	17,50	0,00	0,00	35.630,00
TOTAL	27.571.048	75.657.959	34.629.051	137.858.058	100%	2.511	54.902	2.471.473.297	0,4255	7,63	8.094.003,13	67.900.314,76	1.127.578.022,81

pensada pelas traduções de *companions* e *handbooks* ingleses, havendo muito que fazer nesse campo ainda pouco explorado em nossos meios e que ainda ignora suas vantagens sobre o manual, a saber: o questionamento e a tomada de posição explícita de gente que é do ramo e conhece o estado da arte da filosofia, em sua maioria livros de autoria coletiva, mas podendo haver de um só autor. Exemplos: *Elementos de Filosofia Moral*, de James Rachels, mais *Ética do aborto*, coletânea organizada por Pedro Galvão, ambos publicados por editoras portuguesas (há tradução brasileira do livro de Rachels, mas ela é ruim), e ainda o *Companion* de Epistemologia de Oxford, com vários autores assinando e traduzido pela Loyola.

Quanto ao *boom* editorial e aos *best-sellers*, deixando os livros escolares de lado, embora o nosso mercado seja minúsculo se comparado com o de língua inglesa, a dificuldade mais uma vez é a inexistência de listas e fontes confiáveis permitindo as projeções bem como as comparações, e a saída mais uma vez será nos virarmos com o pouco que temos, extrapolando onde não há dados e tirando o máximo do mínimo onde eles lá estão. Assim, a título de exemplo, para o leitor fazer uma idéia da situação dos livros de filosofia voltados para o grande público, usando o mesmo expediente já utilizado para os livros ingleses ao recorrer o site da Amazon, eu peguei a lista dos mais vendidos publicada pela revista *Veja* na edição de 14/09/2014 e, segundo a revista, tendo como fonte o *site* da Livraria Saraiva, a situação era a seguinte:

- Filosofia 10º lugar – 57 semanas
- Destaque: *Livro de Filosofia*, da Editora Globo, com 56% das vendas, ganhando do *Livro de Psicologia* (18%), do *Livro de Economia* (11%) e do *Livro de Política* (10%), todos da mesma Editora.
- Curiosidade: O tal *Livro de Filosofia*, assim como os outros livros, são de fato traduções, cujo original aparece nos *top 100* de filosofia da Amazon, não podendo eu dizer nada dos outros, os quais eu não chequei, por serem de outras áreas.

Nota-se então nas listas, nas tabelas e nos *rankings* brasileiros de filosofia o mesmo fenômeno da concentração/centralização das publicações – livros, revistas e artigos –, tendo como causa última o casamento entre a ciência, a indústria e o mercado que no fim terminou

por abocanhar na sua poligamia a própria filosofia. O resultado será o mesmo taylorismo acadêmico já em curso nas *hard sciences*, cuja alma como dito é o *publish or perish*, com sua capacidade de gerar estragos terríveis: menor antes a taylorização quando as filosofias brasileira e mundial eram coisa de amador e de virtuose, ao mesmo tempo em que a obra ou o livro era peça de artesanato e a leitura era para deleite e instrução pessoal, e maior agora quando se abandona o artesanato, a leitura converte-se em aquisição de habilidade, fonte de informação e ocupação de profissional (o *scholar*), e passa-se ao regime e à escala industrial. Neste novo cenário entrarão em campo os mesmos processos de concentração/centralização do mercado, em razão mesma das coerções da economia capitalista e que são fundamentalmente as mesmas na agricultura e na indústria, inclusive na indústria do livro, e às mesmas leis da bibliometria e do *marketing*, levando à “marketização” e à mediatização da produção. Por um lado, o efeito Mateus do quanto mais, mais: o mais do vencedor, bem entendido – e quem se importa com o menos, o menos do derrotado? Por outro lado, o efeito do *Marketing*, com os holofotes da visibilidade e as estantes estratégicas com as pilhas de livros comissionadas às editoras – para nos convencer disso, basta-nos ir à Livraria Cultura de São Paulo, com pilhas de livros de auto-ajuda, de espiritualidade zen-budista e de filosofia *cult* exibidas nas estantes das esquinas mais frequentadas, em sua maioria livros traduzidos e fora do nosso *mainstream*, e nenhum de nossos livros, que deverão ser encomendados por um livreiro obscuro ou pela Internet. Donde o paradoxo: nunca foram tão grandes a publicação e a venda de livros de filosofia no Brasil, todos os gêneros incluídos, e nunca as editoras e os livreiros estiveram tão próximos do mercado e tão longe dos autores e da academia.

CONCLUSÃO

Do exposto até aqui haveria muito que concluir, positiva ou negativamente, a depender do ponto de vista, do foco – Brasil ou mundo – e dos humores. Certamente, por toda a parte houve mudança de escala, e a mudança de escala leva a mais qualidade, a supor que a qualidade sai da quantidade. Contudo, não há nada automático e linear nestas

matérias, a melhoria da qualidade pode não sair nunca e a mudança de patamar pode simplesmente levar ao aumento do mais do mesmo. Tudo somado, estes parecem não ser os casos da filosofia e do Brasil. O contraste entre o antes e o depois não poderia ser maior, com efeito. Até a terceira década do século passado não havia nenhuma universidade no Brasil; as aulas de filosofia eram coisas de diletantes e espalhadas pelas faculdades de teologia e ciências humanas; só nos anos cinqüenta é criado o primeiro Departamento de Filosofia numa instituição pública brasileira (USP), com meia dúzia de professores; no resto do país, com a criação do sistema das universidades federais, a situação da filosofia por décadas continuou a mesma, coisa de um punhado de autodidatas espalhados em Minas, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, em sua maioria padres ou ex-padres e egressos do direito; só com muito esforço da geração heróica nesses Estados os primeiros departamentos e cursos completos foram criados, situação que permaneceu inalterada até o início dos anos setenta, quando foram implantados os programas de pós-graduação. Foi então, de um só golpe, nos anos de chumbo do regime militar, induzida por uma reforma universitária que ninguém queria mas que vingou, levando à implantação do PNPG, a filosofia incluída, que a situação mudou, gerando a primeira geração de *scholars* e profissionais, e os números dizem tudo: hoje somos mais de 40 programas de pós-graduação, há mais de 500 professores atuantes nestes programas, por décadas inteiras os PPGs titularam uma massa enorme de mestres e doutores, a população de professores espalhados nos departamentos e nos cursos de segundo grau saltou da centena para o patamar do milhar¹², e o resultado foi a criação em nossos meios daquilo que Antonio Candido chamou de sistema de obras literárias, caracterizado pela recursividade e fundado sobre o tripé do autor/obra/ leitor.

Tendo tudo dito acerca do autor e da obra, ao se falar do taylorismo, dos *rankings* e das métricas, focalizando as tendências do sistema, paralelamente às distorções, com a corrida para chegar primeiro e a obsolescência programada, criando uma situação paradoxal em que os grandes gênios da humanidade seriam considerados improdutivos e perderiam seus empregos nas universidades – Einstein, Mendel e até

¹² Trata-se de uma estimativa do universo de docentes licenciados em filosofia, formação (licenciatura) que vive uma crise terminal, atingindo áreas tradicionais do segundo grau, como a matemática e a física.

mesmo Darwin não teriam vez –, cabe agora indagar pelo terceiro eixo do tripé de Antonio Candido. E a pergunta, com qual vou concluir esse estudo, é justamente: O que foi feito do **leitor** depois da explosão das publicações e num ambiente de filosofia taylorizada, inclusive no Brasil, tendo ante si pilhas e mais pilhas de *papers* e livros para ler, e podendo passar toda uma vida em volta deles? Tal leitor ficou mais culto e inteligente? O que nos mostram os índices e os estudos sobre o hábito de ler, e antes de tudo de ler livros e artigos de filosofia?

A resposta é, em muitos aspectos, positiva e serei eu o primeiro a reconhecer a existência de um círculo virtuoso entre uma filosofia mais técnica, coisa de *scholar* e profissional do ramo, e um leitor cada vez mais equipado e preparado, constituído pelos pares – outros *scholars* – e aberto ao grande público cultivado, que terá à sua disposição os mais variados gêneros literários da filosofia: desde os textos clássicos e as obras autorais, passando pelas obras de divulgação, as filosofias *culcs* e a chamada filosofia popular, até as teses universitárias publicadas, que constituem um capítulo à parte, e no outro extremo, os livros de iniciação e de auto-ajuda. Portanto, haverá mais de um tipo de leitor para os mais variados tipos de autor e gêneros literários de filosofia. Mas não é só: há também as distorções, mais de uma barreira separa o leitor ou o público frente à obra e ao autor, e o resultado é o paradoxo, já salientado antes e ao qual volto mais uma vez: nunca foram tão grandes a publicação e a venda de livros de filosofia no Brasil, todos os gêneros incluídos, e nunca as editoras e os livreiros estiveram tão próximos do mercado e tão longe dos autores e da academia, tendência essa agora atingindo o leitor anônimo, ao qual o mercado se esforça chegar por todos os meios, mas quem nunca esteve tão longe do autor da obra que ele segura em suas mãos ou depôs numa prateleira da sua biblioteca.

Para introduzir o tópico, peço vênia ao leitor para tomar um desvio de rota, não um atalho, e considerar um exemplo proveniente da economia. Trata-se de uma matéria publicada originariamente pelo jornal norte-americano *The Washington Post* e replicada pelo brasileiro *Folha de São Paulo* que põe em evidência um fato contundente: aquele que é considerado um dos *sites* mais poderosos do mundo – o World Bank ou para nós, brasileiros, o Banco Mundial –, que publica dia após dia incontáveis PDFs que supostamente deveriam ter milhares de lei-

tores ávidos e cativos, interessados na bolsa e na conjuntura mundial, simplesmente 1/3 dos estudos nunca foram lidos. Ou seja, mais precisamente, de um total de 1.500 estudos postados em seu *site* como PDFs de livre acesso, no período de 2008 a 2012, apenas 40% ou 600 deles foram baixados até 100 vezes segundo a matéria, ao passo que um número menor ainda, 13%, ultrapassou aquele teto, perfazendo 250 *downloads*. Donde a impressão de que alguma coisa está errada, mesmo com a ressalva de que os *reports* possivelmente foram distribuídos ou acessados por outros meios, como emails ou versões impressas, considerada pelo repórter: contudo, num *site* tão poderoso e com a visibilidade do Banco Mundial, que opera em escala planetária, não se pode afastar a suspeita de que uma enorme quantidade de estudos e relatórios, com boas idéias e soluções para problemas que afligem populações do mundo inteiro, terminou na maior das indiferenças do público e tombou no esquecimento, em meio das irrelevâncias das irrelevantes, nunca tendo sido lido por ninguém. Exceto – como lembra Christopher Ingraham, o jornalista que publicou a matéria – o próprio autor e talvez um ou dois editores, mais a esposa ou a mãe¹³.

Longe da economia e das estatísticas, há um outro exemplo rico de ensinamentos e mais próximo da filosofia onde se vão encontrar dados não menos contundentes sobre o avesso do relatório técnico especializado e sua hoje forma preferida de disseminação: o PDF e o *download*. Trata-se do *best-seller* e do livro, do livro que vende, despertando a atenção do leitor e, mais ainda, do *Publisher*, inclusive do *Publisher* de filosofia. Pois bem, sobre esse importante tópico, durante o congresso da ANPOF tomei conhecimento de um ensaio excelente, até então inédito, de Paulo Rónai, húngaro de nascimento, radicado no Brasil desde a segunda grande guerra, com vida intelectual intensa passada em torno do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e falecido em 1992. O ensaio data de 1948 e foi publicado pela *Folha de São Paulo* com o título *Esplendor e miséria do best-seller – especulações históricas sobre a fórmula secreta*¹⁴. Não há menor condição de eu resumir aqui o ensaio e aprofundar o assunto, trilhando mais uma vez o caminho percorrido

¹³ Cf. Wonkblog, by Christopher Ingraham, *The Washington Post*, May 8 2014 – “The solutions to all our problems may be buried in PDFs that nobody reads”; e replicado em *Folha de São Paulo* em 09/05/2014, com o título “No site do Banco Mundial, 1/3 dos estudos nunca foram lidos”.

¹⁴ *Folha de São Paulo*, Ilustríssima, 26/10/2014, p. 4-5.

pelo autor. Só antecipo que Rónai, apoiando-se em estudos e cifras inglesas e norte-americanas, preocupa-se em compreender o fenômeno do *best-seller*; questiona se há uma receita secreta para alguém, guiado por ela, produzir um campeão de vendas; pergunta se os números de vendas significam algo ligado à qualidade dos livros; e indaga se a disseminação do livro impulsionada pela indústria das publicações, tendo como carro chefe os *best-sellers*, leva à elevação do nível cultural da população, proporcionada pelo aumento do número de leitores. Sobre a fonte de Rónai, não há muito o que dizer: ela não passa de uma, e se trata de um estudo minucioso de autoria de um certo Frank Luther Mott, na época diretor da Escola de Jornalismo da Universidade de Missouri, EUA, intitulado: *Golden Multitudes: the Story of Best-Sellers in the United States*, e publicado em 1947, ou um ano antes do ensaio do crítico húngaro-brasileiro. Quanto às idéias ou as teses dos dois estudos, deixando de lado os argumentos preciosos em favor do *best-seller*, que mais do que o campeão de vendas é um certo gênero de livro, de leitura fácil e que cai no gosto do público, focalizarei na seqüência dois tópicos: 1 – a história e o comparativo das tiragens dos livros; 2 – a situação do leitor num tempo em que as tiragens aumentaram e houve o aumento do público consumidor de livro.

Passando ao primeiro tópico, ao se considerar o estudo do norte-americano, que criteriosamente principia a relação dos *best-sellers* em 1662, depura os dados para manter a proporção entre a tiragem e a população e finda a lista em 1944, resultando no seguinte quadro comparativo, ao contrastar os últimos duzentos anos e a lista dos dez mais vendidos:

Período 1760-1780 – A tiragem média dos mais vendidos era cerca de 10.000 exemplares e na maioria a lista era composta por livros de literatura (três romances e três poemas), secundada por duas obras de caráter político e duas de auto-ajuda (*behavior books* em inglês), dos quais pelo menos a metade, segundo Rónai, constitui livros de qualidade e quatro deles são obras-primas de todos os tempos. Eis a lista:

- 1 – John Dickson: *Cartas de um fazendeiro da Pennsylvania*
- 2 – Olivier Goldsmith: *O vigário de Wakefield*
- 3 – Lawrence Sterne: *A vida e as opiniões do cavaleito Tristram Shandy*
- 4 – Daniel Defoe: *Robson Crusoe*

- 5 – John Gregory: *Legado de um pai para suas filhas*
- 6 – Philip D. Stanhope (Lord Chersterfield): *Cartas ao filho*
- 7 – Thomas Paine: *Senso comum*
- 8 – John Milton: *Paraíso perdido*
- 9 – James Thomson: *As estações*
- 10 – Edward Young: *Pensamentos noturnos*.

Período 1944-1945 – A tiragem salta dos 10.000 do século XVIII para os estonteantes 1.300.000, levando a uma redução brutal do custo do livro, o que por sua vez irá retroalimentar a tiragem, num efeito de *feed-back*, mas não significa que entre os *best-sellers* encontrar-se-ão os mesmos gêneros literários e na mesma proporção, não havendo um livro sequer catalogado entre as obras-primas de todos os tempos e estando totalmente desaparecido da lista o gênero poesia, substituídos por livros de reportagem e de humor. Ei-la:

- 1 – Elizabeth Goudge: *A rua do delfim verde*
- 2 – Gwethalyn Graham: *O céu está muito alto*
- 3 – Bob Hope: *Nunca saí de casa*
- 4 – Somerset Maugham: *O fio da navalha*
- 5 – Ernie Pyle: *Bravos homens*
- 6 – Margery Sharp: *Cluny Brown*
- 7 – Tomas B. Costain: *A rosa negra*
- 8 – Betty MacDonald: *O ovo e eu*
- 9 – Samuel Shellabarger: *Capitão de Castela*
- 10 – Katheleen Winsor: *Entre o amor e o pecado*.

Ao comparar as duas listas, Rónai não resiste e arremata: “Não é preciso ser crítico literário para perceber a enorme diferença de nível entre os dois grupos. É pouco provável que, entre os do segundo, haja livros que a posteridade qualifique de obras-primas; talvez nenhum seja lembrado ao cabo de 180 anos, período que pelo menos oito títulos do primeiro grupo agüentaram firmes”. E acrescenta, deixando nas entrelinhas um mal disfarçado sentimento de decadência que acompanhou os *best-sellers*, não poupando nem mesmo os romances, cujo resultado é a estandardização dos *plots* e personagens, tendo como protótipo os romances históricos da linhagem de *E o vento levou*, de Margaret Mitchell, hoje mais conhecido como filme do que como literatura.

Para completar o quadro, só falta perguntar pelo **leitor**, pergunta que Rónai de resto faz, seguindo as pegadas de Frank Luther Mott, e ao respondê-la nos mostra a sua situação combalida, perdendo e não ganhando com a indústria do *best-seller* e da publicação em massa. Por um lado, o número de leitores acompanhou a explosão do livro e atingiu o máximo em países como a Inglaterra, onde se lê muito e havia em 1944-1945, com a guerra em curso, um exemplar de jornal para cada três pessoas. Por outro lado, o nível da leitura e do leitor baixou consideravelmente, levando à segmentação do mercado em escritores de multidão e os de elite, bem como do próprio público, distinguido entre *highbrow*, *middlebrow* e *lowbrow*, ou seja, em bom português, segundo os estratos superior, médio e inferior, com os leitores de um estrato não tomando conhecimento das obras dos outros, os *autores-highbrow* tendo tiragem reduzidíssima (para estes os *best-sellers* começam com 15.000 exemplares) e os *lowbrow* atingindo os píncaros, de um milhão para cima. A conclusão de Rónai/Mott é que não passa de superstição a ideia espalhada pelos quatro cantos segundo a qual há uma relação de proporção direta entre nível cultural e número de leitores. De fato não há nexos causal entre uma coisa e outra. Ontem, como hoje, há leitores e leitores e leituras e leituras: uns lêem para evadir e esquecer, outros para crescer e se instruir. E não é só: mesmo o nexo entre leitura e pensamento, incluindo aquelas situações em que o indivíduo e o grupo lêem muito, não quer dizer que haverá o aumento do nível ou da consciência crítica, pela simples razão que pode estar em jogo a literatura *lowbrow* e a leitura desencorajar o pensamento, turbinando a preguiça mental e entorpecendo os indivíduos. Feitas as contas, o resultado global mais uma vez desfavorece os tempos atuais e a indústria em larga escala do livro: em vez de “melhorar a vida humana, a está tornando menos humana”, conclui o crítico, depois de parágrafos antes ter deixado clara sua posição em favor dos tempos antigos: “O público dos velhos tempos lia para completar a sua experiência, para enriquecer a própria vida; o de hoje lê para esquecê-la e compensar-lhe as imperfeições. Os autores de *best-sellers* são unânimes em afirmar que escrevem com e para o coração (e não para o cérebro); que se dirigem à sensibilidade, mais que ao juízo do leitor. ‘À medida que o século avança, o *best-seller* se torna assunto menos do crítico literário que do

psicólogo”, arremata Rónai citando Mott¹⁵, e eu acrescentaria, do psicólogo, sim, como nos livros de auto-ajuda que entopem os *sites* e as listas da Amazon.com.

Passando à filosofia, creio que os mesmos fenômenos e paralelos poderiam ser traçados, mesmo com a ressalva de que a escala não é a mesma da literatura, falando a filosofia mais aos cérebros do que aos corações e não podendo competir nem mesmo com os romances de segunda classe. Porém, a filosofia também tem seus *best-sellers*, assim como as obras para a elite e o grande público, de que fala Rónai, além dos autores *highbrow*, *middlebrow* e *lowbrow*. Porém, a se considerar as listas dos livros mais vendidos e a lista dos filósofos preferidos, as incongruências são enormes e desencorajam qualquer conclusão genérica e definitiva. Nas listas da Amazon e da Saraiva imperam os *lowbrow* e Hume aparece nas derradeiras posições dos *top 100* da norte-americana. Já a lista dos filósofos mais influentes e preferidos do grande público levantada pela Thomson Reuters, já citada, cravou Foucault no topo dos mais citados, num escopo mais vasto do que a filosofia, abarcando as ciências humanas inteiras. Enquanto o MIT Media Lab recentemente em outra lista, ao procurar aferir os pensadores mais influentes de todos os tempos, pôs Aristóteles no cimo, ganhando de Platão, Buda e Jesus¹⁶. Então, a conclusão sobre a estima e o *best-seller* não coaduna, e outras tantas discrepâncias poderão aparecer, mas – creio eu – não a ponto de desbancar o livro em favor do *paper* e do *journal*. Ontem como hoje conta em favor do livro de filosofia o seu ciclo mais longo, podendo o livro de qualidade ficar à espera do leitor, como bem observou Marco Zingano na mesa, ao passo que o *paper* – acréscimo – não pode esperar e deverá ser descartado no fim do ano civil. Em contrapartida, quanto ao hábito de ler e ao nível de leitura, de livros bem entendido, penso que a situação da filosofia é a mesma da literatura, com o *best-seller* filosófico indo junto com a preguiça mental e a alienação do real.

Para terminar, sobre o taylorismo acadêmico e a indústria do livro e do *paper*, com seu cortejo de métricas e de *rankings* para tudo, penso que é nosso dever resistir e travar o bom combate. Como John Henry

¹⁵ *Folha*, Ilustríssima, p. 5.

¹⁶ *New York Times*, Seção: Magazine, 16/03/2014.

Newman em seu influente livro *The Idea of a University* penso que é preciso distinguir entre o mobiliário da mente (aquisição de *expertises* ou habilidades) e a formação da mente (cultivo do espírito e modelagem do caráter), prestando a indústria das publicações em massa – acréscimo eu – mais ao primeiro do que à segunda. Porém, mais do que Newman, quem melhor nos arma contra o taylorismo e seus males é o filósofo francês Montaigne que dizia preferir a uma cabeça cheia uma cabeça bem feita ou bem formada.

-x-x-x-x-x-x-x-x-

Penso que é preciso fazer alguma coisa e com esse intuito encaminho à direção da ANPOF as seguintes propostas:

1ª - Filtros de qualidade: Para combater o taylorismo acadêmico e neutralizar seus estragos, só possível se se conseguir introduzir parâmetros de qualidade para avaliar a produção intelectual, como já vem sendo feito na Europa e nos Estados Unidos. Daqui a pouco vou dar os exemplos. Antes, porém, quero deixar claro mais uma vez que eu não sou contra a quantidade e o crescimento das coisas; ao contrário, acho que a qualidade sai da quantidade e depende da escala – e se há uma coisa que eu sou contra é a quantidade desparelhada da qualidade, levando ao mau infinito da produção pela produção ou ao aumento da quantidade pela quantidade, cujo nome é produtivismo e que eu prefiro chamar de taylorismo por causa de viés de gestão e controle, como salientado. Contra o taylorismo, com o intuito de mostrar que qualidade e quantidade podem andar juntas, eu dei o exemplo, no artigo que publiquei no *Forum de Debates* da ANPOF, do curso de Sandel em Harvard sobre Justiça, curso que é excelente e seguido por mais de 10.000.000 de interessados. Quanto aos filtros, já que estamos falando de publicações e de periódicos, eles deverão ser introduzidos de saída na jóia da coroa, as revistas que seguem o *peer review system*, que funciona às cegas e deixa o sistema a deriva. Como eu dizia, estes filtros de qualidade já existem, os modelos e as direções são vários, uns levando à reforma do *peer review* por dentro, mediante a implantação de sistemas híbridos, outros à reforma por fora e mesmo à volta do velho sistema do

editor imperial. Penso que não é preciso ir tão longe, bastaria implantar algo como um *post-publication peer review*, em analogia aos *review journals* antes comentado ou aos artigos de medicina de meta-análise, e um excelente exemplo é o F1000Research. Estou me referindo ao grupo de meta-análise de revistas e *papers* com sede em Londres e fundado por Vitek Tracz, que o dirige até hoje, contando em seus quadros segundo o site com cerca de 10.000 consultores *ad hocs* provenientes de inúmeras áreas do conhecimento e tendo atingindo em 2011 a impressionante cifra de 100.000 *papers* ranqueados e comentados. E o que é da maior importância: sem o automatismo dos algoritmos que avaliam e ranqueiam sem ninguém ler. Há outras iniciativas e outros exemplos. Mas no meu modo de ver o melhor é esse. A idéia é a ANPOF aos poucos montar algo parecido entre nós, e o caminho seria a ampliação da *Estante*, com a participação ativa e intensa da comunidade.

2ª – Prêmios de professores: Já temos o prêmio de estudantes. Falta o nosso: somos avaros, não reconhecemos ninguém, houve problemas sérios no passado quando ocorreu a primeira tentativa de premiar, mas a área hoje está mais madura. Se os EUA são mais competitivos do que nós e, no entanto, estão cheios de prêmios e medalhas, inclusive para a filosofia, por que não poderíamos fazer o mesmo e criar o prêmio HC Vaz ou Cruz Costa?

3ª – Apoio estratégico às editoras acadêmicas: Embora algumas estejam confusas, assumindo inteiramente a agenda das editoras comerciais, creio que há um espaço que cabe apenas a elas, ao proporcionar a possibilidade de edição de obras acadêmicas sem mercado, como livros eruditos ou científicos altamente técnicos. A ANPOF deveria buscar proximidade e estabelecer parcerias com estas editoras e, juntamente com elas, formatar uma política do livro para a Pós-Graduação: não se trata de livro-texto ou manual, que não faz sentido, mas de livros autorais e de edições críticas. Como contraparte, a ANPOF abriria espaço para as resenhas desses livros na *Estante*, qualificando-os, educando a comunidade e aumentando-lhes a difusão.

4ª – Contra o Qualis livros: só é viável como *ranking* de editoras e aí estaremos fritos... Será preciso ou deixar a proposta de lado ou partir para outra alternativa, baseada numa amostragem mais seleta ou reduzida (crivo de qualidade) e abandonando o propósito de “ranquear” sem ler.

Notas a lápis sobre a pesquisa em filosofia no Brasil

Expansão, Internacionalização e Consolidação da Pós-Graduação em Filosofia

Marcelo Carvalho*

Universidade Federal de São Paulo

Lutai primeiro pela alimentação e pelo vestuário,
e em seguida o reino de Deus virá por si mesmo
Hegel¹

A paixão é sempre diversa dos
últimos moldes da ideia.
Tobias Barreto²

Desde a década de 1990, e, de modo mais marcante, a partir de 2000, a pós-graduação e a pesquisa em filosofia no Brasil têm passado por um processo dramático e acelerado de transformação, o mais importante desde a implantação inicial da filosofia universitária no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950. Esse processo ocorre em meio a um contexto mais amplo de expansão da universidade pública e da pós-graduação no início deste século, que sucede um período anterior de intenso crescimento da universidade privada no Brasil, iniciado nos anos 1990. Juntos estes processos colocam como questão central o debate sobre a identidade da universidade brasileira.

* Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, possui Mestrado e Graduação em Filosofia pela mesma Universidade. Atualmente é Professor e Coordenador de Pós-Graduação da EFLCH da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. É docente e pesquisador na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Linguagem e da Lógica e em Filosofia Contemporânea. É presidente da ANPOF nas gestões 2013-14 e 2015-2016.

¹ Carta de Hegel a K. L. Von Nnebel (30 de outubro de 1807), apud. W. Benjamin, "Sobre o conceito de história", iv. In: *Obras Escolhidas*, vol. 1, Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

² T. Barreto, "Notas a lápis sobre a evolução emocional e mental do homem", 1884. In: *Estudos de Filosofia (Obras Completas de Tobias Barreto)*. Rio de Janeiro/Aracaju: Editora Diário Oficial, 2013, págs. 309 e 356.

No caso específico da Filosofia, a expansão destes anos mais recentes tem alterado a área de maneira bastante profunda. Em pouco mais de uma década o número de programas de pós-graduação no país dobrou e sua distribuição geográfica, antes concentrada no sudeste e sul do país, se tornou mais ampla e diversificada. O número de dissertações de mestrado defendidas triplicou entre 1998 e 2014. No mesmo período quadruplicou o número de defesas de teses de doutorado. O impacto desse rápido processo de expansão sobre a pesquisa em filosofia e sobre a formação de pós-graduandos na área nos apresenta como problema compreender os desdobramentos deste crescimento sobre a identidade precária da filosofia no Brasil, e sobre o perfil da “comunidade” de filósofos estruturada nesse contexto. Impõe-se, ainda, com especial centralidade, o debate sobre os meios através dos quais se pode atribuir algum *sentido* a esta dinâmica inicialmente errática de expansão observada nos últimos anos, dissociada de qualquer projeto, que se caracteriza como o desdobramento irrefletido das atividades acadêmicas isoladas dos departamentos de filosofia pelo país, principalmente das instituições federais, e que desorganiza o trabalho e a concepção de pós-graduação presente na área até então. A compreensão da complexidade do cenário atual e da ausência de planejamento em sua origem encontra como contraponto, como se argumentará adiante, a condição singular em que as circunstâncias históricas associadas à formação do sistema brasileiro de Pós-Graduação, centralizado por meio da Coordenação da CAPES, possibilita uma construção e uma implementação bastante efetiva de políticas acadêmicas que qualifiquem e atribuam sentido a esse processo de expansão.

Para que compreendamos a complexidade do cenário atual na área de filosofia e as alternativas circunstanciais que determinam os meios e a forma deste debate, consideraremos inicialmente, na primeira parte deste texto, o perfil e o impacto do crescimento da pós-graduação ao longo dos últimos 15 anos. Em seguida consideraremos brevemente a origem e identidade do ensino de filosofia no Ensino Médio e sua relação com a pesquisa acadêmica na área. Por fim, faremos uma breve revisão do sistema de pós-graduação do país e do papel da CAPES neste contexto. Este conjunto de observações explicitará o contexto em que se coloca o debate atual sobre a identidade do ensino de pós-

-graduação e da pesquisa em filosofia no Brasil, bem como dos meios que se apresentam para debater e interferir neste conjunto de processos. A segunda parte deste trabalho apresenta uma proposta de identidade para a pós-graduação em filosofia no Brasil e um delineamento geral de como situar este modelo no horizonte de nosso trabalho.

I.1 O CRESCIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO

O crescimento da universidade brasileira e o cotidiano do trabalho dos departamentos de universidades públicas, em paralelo com o crescimento do acesso ao ensino superior, conduziram a uma situação de absoluta singularidade. A pesquisa universitária em filosofia no Brasil, que nasceu concentrada em pouquíssimas instituições e que durante décadas se organizou como uma pequena comunidade³, foi completamente subvertida e transformada por um processo acelerado de crescimento da pós-graduação nos últimos 15 anos (a partir de 2000). No caso específico da pós-graduação, o mais surpreendente é que se trata de um crescimento que não apenas não foi planejado, mas que sequer foi vislumbrado preliminarmente e que se apresenta sobretudo como desdobramento da atividade cotidiana e “burocrática” das universidades públicas - *burocrática* justamente por não resultar de nenhum projeto mais amplo de expansão ou redefinição da identidade da pós-graduação e da pesquisa em filosofia ou de difusão do trabalho acadêmico na área. Não se identifica nenhum debate ou projeto anterior à efetivação deste crescimento, nada que o conceba, preveja, norteie ou que lhe dê algum sentido. Na origem dessa expansão não opera nada senão a dinâmica ordinária da vida universitária brasileira (fundamentalmente da universidade pública federal, de onde vêm mais de 90% do crescimento observado nos últimos 15 anos), em que os diversos núcleos de docentes, motivados em geral pelo legítimo interesse

³ Quando a ANPOF realizou seu primeiro Encontro Nacional, em 1984, um ano após sua criação, havia apenas dois Doutorados em Filosofia no país (USP e UFRJ). No final dos anos 1980, quando boa parte dos atuais docentes de PPGs ingressava na graduação, havia 4 doutorados (era recente então a criação dos Programas da PUC-Rio e da UFRGS); ao longo dos anos 1990 este número não passa de 8 (entre 1993 e 1998 foram criados os Programas de Doutorado da UFMG, UNICAMP, PUCRS e UERJ). Os doutorados, que até 2000 se concentravam em 4 estados (SP, RJ, RS e MG), atingiram, desde 2000, 8 novos estados (SC, PB, BA, GO, CE, PR, RN e PE).

de se inserirem plenamente na comunidade de pesquisadores do país, encontram na constituição de novos programas de pós-graduação (inicialmente de mestrado, depois de doutorado) o único caminho para fazê-lo. Essa atitude encontra sua contraparte nas estruturas de gestão da pós-graduação: a avaliação de novas propostas de programas é feita com base unicamente nas características individuais de cada instituição e das propostas apresentadas, sem qualquer consideração ou debate mais amplo sobre a distribuição de programas pelo país ou sobre seu papel e sua identidade. Considerações deste tipo não têm lugar senão marginal no processo de avaliação da proposta de novos programas e não foram forças relevantes na transformação da identidade da área ao longo das últimas duas décadas.

Os dados sobre a velocidade dessa expansão são surpreendentes. Ao longo dos últimos 15 anos foram formados 24 novos mestrados e 15 novos doutorados, um crescimento de quase 200% nos doutorados e de 140% nos mestrados. Estes novos programas se encontram espalhados por todas as regiões do país, inclusive pelo interior dos estados, e envolvem quase 800 docentes credenciados.⁴ E esse processo ainda se encontra em curso, sem perspectivas de arrefecer. O ritmo atual de crescimento da área é de 10% ao ano nos doutorados, que deve se configurar como a principal “fronteira” na próxima década, mas também apresenta um crescimento estável da ordem de 5% ao ano no número de mestrados.

Total de Programas (intervalos de 15 anos)⁵

	Mestrado	Doutorado
1984	9	2
1999	18	8
2015	42	23

Fonte: CAPES

⁴ O número de estados com doutorados em filosofia cresce 200% desde 2000. O número de estados com mestrados cresce 100% no mesmo período.

⁵ Para mais informações e detalhamento dos dados sobre o crescimento da área de filosofia, cf. M. Carvalho e D. Gonçalves, “O crescimento da pós-graduação em filosofia no Brasil: Dados e análises sobre o período 1971 – 2015”, neste volume.

Como resultado deste processo, o Brasil comporta hoje a segunda maior *comunidade* de pesquisadores em filosofia do mundo e realiza o maior encontro de pesquisa em filosofia do mundo.⁶ Nesse novo contexto, o uso do termo *comunidade* para referir ao conjunto de pesquisadores em filosofia no país sofre uma forte transformação: não é mais possível conhecer a todos e não é possível conceber a organização das relações deste grupo a partir de afinidades e relações pessoais. A criação de mecanismos de integração, intercâmbio e acesso à informação são centrais para que se construa a vida acadêmica em contextos tão diversos e distantes quanto os observados no Brasil.⁷

Esses dados explicitam que o resultado do fluxo não planejado, talvez sequer desejado, da burocracia acadêmica e do crescimento da sociedade brasileira é a subversão da cultura inicial de formação de mestres e, principalmente, de doutores na área de filosofia. Antes concentrada em poucos programas e professores, ela é hoje marcada pela dispersão geográfica e pela pluralidade de docentes. Também os mecanismos de circulação da produção desta comunidade deixam de ser pessoais e “domésticos” e se tornam cada vez mais públicos e impessoais, característicos de uma *comunidade* de debates aberta e plural, processo acentuado pelo surgimento dos meios digitais de circulação da produção acadêmica. Justamente por o processo que se encontra na origem desta vigorosa transformação da identidade da filosofia no Brasil não ter sido objeto de reflexão, compreendê-lo em seu momento atual e atribuir-lhe algum planejamento e sentido, na medida dos instrumentos de que dispomos para isto, são tarefas urgentes e incontornáveis que se apresentam aos pesquisadores brasileiros da área.

O que se pode vislumbrar agora, ao *final* deste processo, quando a continuidade da expansão deixa de ser um elemento contínuo de transformação da identidade e do funcionamento da pesquisa em filosofia no país e se consolida como parte da rotina de um novo contexto, é a possibilidade de formação de uma comunidade de pesquisadores ativa, plural e relevante no cenário internacional em uma escala impossível de ser concebida há pouco mais de uma década. Mas para isto é

⁶ Os Encontros Nacionais da ANPOF estão hoje entre os três maiores eventos de filosofia do mundo. No encontro de 2014 o evento contou com mais de 2300 trabalhos apresentados exclusivamente por pesquisadores ligados à pós-graduação.

⁷ A ANPOF tem um papel de grande relevância neste processo, como consideraremos adiante.

necessário antes construir um sentido e um projeto em meio ao qual este crescimento errático da pesquisa em filosofia se apresente como base para a qualificação e amplificação do trabalho realizado até aqui.

I.2 A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

O cenário apresentado até aqui diz respeito à pós-graduação. Ele tem impacto sobre as graduações em filosofia (quase 200 no Brasil hoje), mas não vai muito além dos limites da universidade. Essa descrição se constrói a partir da compreensão do processo de expansão burocrática da vida acadêmica universitária, e não sobre uma redefinição do papel do filósofo como intelectual, ou sobre o reconhecimento de uma centralidade que a filosofia teria passado a ocupar na vida intelectual do país. Em contraste, uma experiência independente, ainda que fortemente relacionada à expansão da atividade acadêmica em filosofia, tem se construído no espaço das escolas brasileiras de ensino médio, com a introdução do ensino obrigatório de filosofia e da presença da disciplina “filosofia” na estrutura curricular. Este processo, paralelo ao crescimento da pós-graduação, é de enorme relevância para o debate aqui proposto: o Brasil construiu ao longo da última década a mais ampla e maior experiência de ensino de filosofia no ensino médio do mundo.⁸ Essa forte presença da filosofia no contexto escolar tem incrementado substancialmente a relevância do debate sobre a pesquisa em filosofia e é parte incontornável do debate sobre a identidade da comunidade de pesquisadores brasileiros e do trabalho atual de pesquisa em filosofia.

É curioso o caminho que conduz à inclusão da filosofia como disciplina presente no ensino médio de todo o país. Durante a luta pela redemocratização do Brasil, nos anos 1970 e 1980, e depois, no debate sobre consolidação da sociedade civil brasileira, a presença da filosofia na formação do aluno de ensino médio foi associada à implantação de um ensino mais crítico e cidadão e, de modo geral, a uma reforma da educação defendida pela esquerda, em oposição à formação de perfil técnico, voltada para o mercado de trabalho, que o regime tentara implantar por meio dos projetos de reorganização da educação que mar-

⁸ Cf. M. Carvalho, “Passé et présent de la philosophie au Brésil”, Rue Descartes, n° 76, 2012/4 In: <http://www.ruedescartes.org/articles/2012-4-passe-et-present-de-la-philosophie-au-bresil/1/>

cam os anos 1970. Essa associação é bastante curiosa, não apenas porque não há filosofia apenas de esquerda, ou porque não é raro na área nos depararmos com concepções pouco simpáticas à democracia, mas sobretudo porque no caso brasileiro a ideologia militar se constitui a partir de um forte influxo filosófico, positivista, que em sua adaptação a estas terras apontava para as forças armadas como instrumento de modernização econômica e de transformação social. Além disto, a filosofia brasileira não vinha de uma tradição de presença no debate político ou de influência sobre a história do país. E, então, a inclusão da filosofia no ensino médio se fez, também ela, desacompanhada de um debate mais amplo e consistente seja sobre sua identidade, seja sobre como deveria se fazer presente no cotidiano das escolas e da sociedade. O caminho que conduz à sua implantação como *disciplina obrigatória* não deixa de mimetizar, em certo sentido, o processo irrefletido e burocrático de expansão da pós-graduação. E o resultado é igualmente hiperbólico e surpreendente: são hoje mais de 130 mil professores de filosofia no Brasil, mais de 11 milhões de alunos do ensino médio têm aulas de filosofia, o Estado Brasileiro realiza as maiores compras de livros de filosofia do mundo (por meio do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático), e provavelmente as maiores tiragens de livros da área estão aqui.

No caso da expansão da pós-graduação a filosofia se restringia ao contexto universitário e cuidava apenas de si própria. Sua presença no ensino médio apresenta uma complexidade muito maior e a obriga a tratar de questões que, no Brasil, nunca se fizeram presentes de maneira consistente em sua pauta: sua relação com o cotidiano e com a sociedade, com a escola e com a cidadania. A filosofia é chamada a dizer a quê veio, e a justificar sua presença nesse novo espaço que passa a ocupar. Para parafrasear Kant, os alunos das graduações em filosofia, professores de ensino médio, são obrigados a pensar o presente como problema filosófico e a refletir sobre a identidade da filosofia com uma constância e consequência que não se apresentava até agora ao contexto universitário.

O presente que se coloca para nós como grande enigma tem como característica mais impressionante, sem dúvida, a dimensão exacerbada que ganhou o “empreendimento filosófico” no Brasil: o maior encontro de pesquisadores do mundo, o maior número de alunos, o

maior mercado editorial... Sem que ninguém planejasse, o Brasil se tornou, do ponto de vista destas dimensões, *o país da filosofia*. E o problema que se põe para nós é compreender o que pode ser este futuro da filosofia no Brasil, se o futuro de tudo isto que se descreve até aqui se constituirá também apenas por meio fluxo irregular e da rotina burocrática da vida escolar e civil, ou se há alguma possibilidade de refletirmos sobre esses processos e de neles interferirmos.

I.3 A CAPES E A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

A estruturação da pós-graduação brasileira e de seu modelo de avaliação se dá a partir dos anos 1970, no contexto do estado autoritário e nacionalista que caracteriza o regime militar brasileiro. Em consonância com este modelo de estado é desenvolvido uma concepção muito singular sobre a estruturação e avaliação da pós-graduação no Brasil. No caso específico da avaliação, estabelece-se uma estrutura centralizada e autônoma, independente de avaliações externas, que se amplia e se consolida ao longo das décadas seguintes. Ainda hoje as universidades não têm autonomia para criar cursos de pós-graduação e os programas são continuamente acompanhados pela CAPES, que se apresenta como a agência governamental responsável pela supervisão e avaliação da pós-graduação, conferindo notas aos programas e, com isto, arbitrando seu acesso a recursos financeiros.

A avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES se apresenta como um processo centralizado nacionalmente, em grande medida independente de processos internacionais de avaliação da atividade de pesquisa e sustentada a partir de uma avaliação por pares, em cada uma das “áreas” do conhecimento, mas cuja atividade se apresenta inicialmente muito restrita por uma estrutura geral pouco flexível. O resultado inicial de sua implementação foi a efetivação de um processo “burocrático” que desconsiderava a identidade específica das áreas e o forte papel indutor de seus critérios de avaliação, estranhos e inadequados a muitas das áreas avaliadas. O principal defeito de uma avaliação é existir apenas em função de si própria e não se estruturar como ferramenta em um processo mais amplo de estruturação das atividades de ensino e pesquisa a que está relacionada.

O modelo a princípio adotado pela CAPES explicitou rapidamente seu impacto sobre a comunidade acadêmica, redefinindo o perfil das bancas de defesa, reduzindo o tempo de titulação e redefinindo a identidade dos mestrados, estimulando a criação de periódicos e a publicação de artigos. O problema é que, para além de alguma estruturação muito geral do sistema de pós-graduação, a experiência inicialmente associada a este modelo de avaliação é a da indução daquilo que não se sabe bem o que é, ou mesmo daquilo que não se deseja, de modelos de produção e organização com frequência inadequados às áreas. O *produtivismo* pouco qualificado, produção acadêmica ajustada aos critérios mínimos de avaliação, mas em geral irrelevante para o desenvolvimento da pesquisa, é a expressão mais evidente das deformações induzidas por estes critérios.

As críticas à estrutura de avaliação da CAPES têm sido amplas e não se restringem a áreas específicas. Como resultado, o modelo tem sido flexibilizado ao longo da última década, atribuindo-se mais autonomia às áreas no ajuste da estrutura de avaliação às suas especificidades. Ainda que se deva distinguir com cuidado entre o que é uma estrutura possibilitada pelo atual sistema e o que ele de fato tem efetivado, o contexto atual de avaliação apresenta, como resultado de circunstâncias inesperadas, a possibilidade de que se estruture cada área de conhecimento segundo princípios e critérios menos gerais e mais adequados à sua identidade. E, então, surpreendentemente, apresenta-se como questão definir como esta área pretende ser avaliada e qual o perfil de produção, pesquisa e ensino se pretende induzir através da estrutura de avaliação, usando-a como instrumento “da área” na produção de política acadêmica e no estímulo às suas atividades de pós-graduação e de pesquisa.

No contexto atual, em que a área de filosofia passa por uma ampla transformação de sua identidade, efeito do crescimento acelerado descrito acima, a possibilidade, ainda que parcial, de definir os critérios de excelência e o perfil da pesquisa em filosofia dá efetividade ao debate sobre o sentido que se pode dar ao processo de expansão que vive a filosofia. O debate sobre a revisão dos critérios de avaliação da área se apresenta como a possibilidade de constituição, ainda que virtual e imaginária, de um sentido para sua experiência atual da

área através da explicitação das práticas de ensino de pós-graduação e da pesquisa em filosofia que se pretende estimular e valorizar.

Paradoxalmente, a estrutura de avaliação associada à definição singular do papel do Estado na organização da pós-graduação e da pesquisa no Brasil nos oferece, como uma externalidade, mais uma vez como um desdobramento irrefletido, a possibilidade de debater e escolher o perfil de pós-graduação mais adequado para a área. Essa estrutura, quando apropriada pela própria área, oferece instrumentos para pensar a filosofia no Brasil a partir de seu futuro, em lugar de simplesmente não pensá-la.

II UMA IDENTIDADE PARA A PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

No contexto descrito até aqui, ganha efetividade, relevância e urgência a questão sobre o que se quer da Pós-Graduação em Filosofia no Brasil. O que ela é? O que reconhecemos como trabalhos qualificados nesta área? Qual seu papel em nosso contexto acadêmico, educacional e social? Não há dúvidas de que este debate depende de um processo mais amplo, que nos ultrapassa, de constituir a identidade da universidade e da pós-graduação em filosofia no Brasil. Podemos, entretanto, responder a essas questões de modo minimalista, talvez menos polêmico, mas com implicações importantes para a revisão daquilo que se deve considerar em uma avaliação da pós-graduação em filosofia. A questão mais urgente é situar no horizonte de nossas ações um perfil de trabalho acadêmico mais adequado a nossos valores, concepções e interesses como comunidade acadêmica da área de filosofia. Paradoxalmente, o contexto institucional em que nos situamos possibilita que se implemente um projeto no âmbito restrito da área, por meio de instrumentos hoje disponíveis (a integração e organização dos pesquisadores através da ANPOF, os instrumentos de avaliação e unificação de procedimentos implementados por meio da CAPES). Trata-se de direcionar um processo indutor da identidade da pós-graduação e da pesquisa que já se encontra em curso há duas décadas, com efeitos visíveis sobre a área de filosofia, para uma direção adequada aos seus interesses e à sua consolidação.

A questão que se apresenta preliminarmente consiste em delinear qual a identidade básica da pesquisa e da pós-graduação em filosofia a ser valorizada, em função da qual a estrutura de avaliação deve ser concebida. Qual concepção sobre a pós-graduação se ajusta à experiência e à origem desta comunidade, bem como ao contexto amplo em que ela se situa? *Os Programas de Pós-Graduação são núcleos institucionais de pesquisa e de formação de pesquisadores.* Ainda que estejamos distantes da tarefa de formar as primeiras gerações de pesquisadores e de enraizar a pesquisa acadêmica em filosofia no Brasil, na medida em que nos encontramos em meio a um processo amplo e contínuo de pesquisa e de formação de pesquisadores, atividades que em nossa cultura e em nossa prática são concebidas e apresentadas como indissociáveis, parece fundamental que o horizonte atual da pós-graduação guarde grande proximidade com seu momento inicial de constituição. Sobretudo porque a “consolidação” do processo de expansão da pós-graduação (e, mais ainda, da graduação) descrito acima pressupõe que se agregue a ele políticas e instrumentos de qualificação do trabalho acadêmico e da formação de novos pesquisadores.

Mais do que núcleos de pesquisa entre outros, os programas de pós-graduação concentram a maior parte da pesquisa na área, em particular da pesquisa com maior impacto e reconhecimento. A formação de pesquisadores pela qual essa estrutura de pós-graduação é responsável inclui a formação de docentes de ensino superior, concebida aqui como fortemente associada à atividade de pesquisa, e a própria reprodução do sistema, formando os docentes e pesquisadores que atuarão na pós-graduação no futuro. Definir a pesquisa e a formação de pesquisadores como foco do trabalho da pós-graduação indica que tudo aquilo que *qualifique* a boa pesquisa (segundo critérios estabelecidos pela área) e que *fortaleça* o trabalho de formação de pesquisadores deve ser valorizado na estrutura de avaliação. Elementos que estão desconectados deste objetivo se tornam irrelevantes. Aquilo que contraria ou deforma esta identidade de pesquisa deve ser revisto. Não se trata, certamente, de supor que o modelo aqui apresentado seja o mais adequado para outras áreas. Ainda que a universidade possa definir para si outras finalidades, e é desejável que ela o faça, ou que outras áreas da pesquisa tenham projetos e objetivos distintos, a filosofia apresenta

a pesquisa como núcleo de sua identidade, inclusive quando se trata da formação de docentes.⁹

Não houvesse a estrutura de avaliação como hoje ela se apresenta, uma concepção como esta, de indução de um perfil para a pesquisa em filosofia, certamente se apresentaria como um excesso de intervenção e de planejamento, ainda que se trate apenas de apontar em linhas gerais o horizonte do trabalho a ser construído. Mas deve-se lembrar que a estrutura de avaliação já vigora há mais de duas décadas e que ela desempenha papel indutor de uma certa identidade do trabalho acadêmico, mas o faz independentemente de qualquer debate ou concepção da área. O que se apresenta hoje como alternativa ao debate aqui proposto, de defesa de uma identidade para a área na base da estrutura de avaliação, a ser induzido por ela, é a manutenção deste quadro atual.

A avaliação da pós-graduação concebida nos termos que aqui se apresenta deve se estruturar a partir da consideração das *condições e resultados* desse trabalho de pesquisa e formação de pesquisadores. Em termos bastante gerais, mas importantes de serem explicitados e repetidos, o que se diz por meio dessa resposta minimalista, que tenta identificar o núcleo de nossas atividades, é que bons programas de pós-graduação são aqueles que produzem boa pesquisa e que formam bons pesquisadores. Certamente os critérios do que é uma boa pesquisa devem ser muito debatidos. A pesquisa é plural, a área de filosofia é extremamente diversificada e há muitíssimos meios de avaliação e acompanhamento deste trabalho, para além daqueles que se tornaram mais comuns nas últimas décadas. Mas a compreensão básica do papel da pós-graduação deve ser reiterado para que tenhamos clareza do horizonte contra o qual se deve organizar a atividade de avaliação. A avaliação nunca deve ser concebida como um fim em si; ela deve se apresentar como instrumento para a realização desse objetivo maior que é a consolidação da pesquisa e da formação de pesquisadores em filosofia no Brasil.

⁹ Para uma análise dos impasses do debate a respeito da identidade da universidade brasileira, cf. R. Terra, "A Universidade entre a excelência administrada e o social-desenvolvimentismo", CEBRAP, NOVOS ESTUDOS 100 (Novembro 2014).

Um debate derivado desse que se apresenta aqui, mas que talvez se situe de maneira mais própria em outro registro, no interior do próprio trabalho acadêmico, diz respeito à integração da pesquisa na área de filosofia com o ensino da filosofia e com sociedade em que ele se coloca. É desta perspectiva que a presença da filosofia no cotidiano do ensino médio representa uma pressão importante sobre a pauta da pesquisa em filosofia no Brasil. De um lado, através da escola, a filosofia se faz presente de forma ampla e frequente nos debates éticos, políticos, científicos, estéticos de um grupo imenso de pessoas, que procuram nela referências e instrumentos para compreender o contexto em que se colocam. De outro, o número de pessoas com algum contato com textos filosóficos e com problemas clássicos da filosofia tem se tornado cada vez maior, tanto por parte de docentes, quanto de discentes, e é razoável esperar que o interesse por estes temas se amplie e se difunda, alterando o perfil do interlocutor dos textos filosóficos (uma alteração significativa, em particular quando se considera o ambiente extremamente restrito que caracterizava o debate anterior).

Assim, de uma perspectiva preliminar e geral, pode-se tentar identificar alguns dos elementos que se apresentam como mais relevantes na definição, construção e consolidação da atividade de pesquisa e na formação de pesquisadores aqui referida. Parece razoável supor que um Programa de Pós-Graduação deva se constituir como um *núcleo* de produção e circulação de pesquisa e que isso desempenha um papel central na consolidação da pesquisa e da formação a que ele se propõe. A consolidação da atividade de pesquisa no país pressupõe que núcleos desse tipo sejam integrados nacional e internacionalmente, e, então, o Programa deveria se constituir, através de suas atividades, como instrumento deste processo de *integração* da pesquisa para além da instituição em que se situa. Também parece razoável supor que a formação de pesquisadores se efetive por meio de um trabalho qualificado de orientação e acompanhamento por parte de pesquisadores do Programa ao qual o estudante está vinculado, mas, também, e de modo imprescindível, por meio de sua inserção em uma rede mais ampla e plural de debates com outros pesquisadores, no país e fora dele.

Essas diretrizes básicas nos apontam elementos relevantes a serem considerados na avaliação da pós-graduação e na consolidação da

estrutura atual de pesquisa na área: a qualidade do ambiente de pesquisa e de formação constituído no âmbito do Programa (incluindo-se condições de trabalho dos docentes, condições de estudo dos discentes, infraestrutura e atividades locais voltadas à pesquisa); a integração da pesquisa docente e discente do Programa com o contexto regional, nacional e internacional em que se coloca, bem como a circulação e recepção obtidas por essas pesquisas; o reconhecimento e qualificação nacional e internacional da pesquisa produzida no âmbito das atividades do programa.

Um programa se apresenta sobretudo como um instrumento em meio a um processo mais amplo que é o amadurecimento e consolidação da pesquisa em filosofia no Brasil. Isto se explicita, talvez, de modo mais acentuado no caso dos programas de excelência (notas CAPES 6 e 7), pelo caráter claramente comparativo de sua avaliação. Segundo a concepção da área delineada aqui, espera-se destes programas que desempenhem um papel central na construção da comunidade de pesquisadores, na integração nacional da pesquisa e em sua circulação internacional. De uma perspectiva inversa, a internacionalização é um tema importante justamente por se apresentar como um meio de qualificação e de ampliação do impacto da atividade de pesquisa. Os critérios para sua avaliação devem, então, ser desdobrados do debate mais amplo sobre a qualificação da atividade de pesquisa e de formação de pesquisadores.

Podemos descrever o perfil de programas de pós-graduação que, segundo o que se disse até aqui, se buscaria estimular por meio da avaliação: programas com um corpo docente ativo na atividade de pesquisa, capaz de envolver seus alunos neste processo, com tempo adequado ao trabalho de formação discente e com circulação ampla por outros núcleos de pesquisa e por outros programas do país. O trabalho de formação de pesquisadores por ele implementado envolve de modo significativo alunos de graduação e pesquisadores de outras instituições. Os estudantes encontram no Programa um espaço qualificado de pesquisa, com grupos de pesquisa ativos em diversas áreas, presença constante de convidados externos e possibilidade contínua de um diálogo plural e de contato com diferentes pesquisadores. Encontra também recursos materiais adequados às necessidades de sua

pesquisa (biblioteca, equipamentos e redes de informática) e apoio acadêmico a seu trabalho. A divulgação da pesquisa docente ligada ao Programa se efetiva por meio de uma ampla circulação de seus docentes em eventos acadêmicos no país e fora dele, e também por meio da publicação contínua de artigos e livros. O Programa apresenta um planejamento de suas atividades que explicita a continuidade destas atividades de integração e pesquisa. A qualidade do trabalho acadêmico ali produzido, por docentes e discentes, é explicitada por meio de sua circulação (em publicações e eventos) e pela variada presença de pesquisadores de outras instituições em suas atividades de pesquisa, formação e avaliação de alunos.

A extrapolação do perfil que se aponta aqui para o Ensino Médio, ou melhor, a avaliação de seu desdobramento e de sua relação com este novo contexto em que se situa a atividade filosófica no país, exige um passo adicional que não será dado aqui, que consiste em pensar a natureza do conjunto dessa pesquisa em sua relação com a sociedade e com a formação dos estudantes.

III. CONCLUSÃO

A proposta aqui delineada tem por finalidade primeira explicitar a possibilidade de apropriação da estrutura de avaliação da CAPES como um instrumento de grande relevância na indução de um sentido e uma identidade à área de filosofia, em meio à enorme subversão pela qual ela tem passado ao longo dos últimos 15 anos. O que se apresenta como fundamental é a compreensão de que a estrutura de avaliação da CAPES tem desempenhado um papel fortemente indutor de certas formas de organização e de produção acadêmica.¹⁰ A estrutura de avaliação no Brasil, diferentemente do caso europeu atual, por exemplo, é autônoma e define seus próprios critérios, ainda que com a preocupação de inserir a produção científica e acadêmica do Brasil no contexto internacional. Ela garante, entretanto, alguma autonomia na definição de critérios específicos para cada área. A conjunção destas caracterís-

¹⁰ Vinicius Figueiredo apresenta uma concepção muito próxima a esta, em particular na compreensão do papel indutor desempenhado pela avaliação da CAPES, em seu artigo "Falta debate", publicado como parte do Dossiê Congresso SIF 2013 (Kriterion, Belo Horizonte, Número 129, janeiro a junho de 2014.)

ticas torna possível que se interfira na identidade da comunidade de pós-graduação em filosofia por meio da revisão dos critérios de avaliação. Como a avaliação não se volta exclusivamente para o passado, mas desempenha o papel de estímulo à ampliação e consolidação das atividades por ela valorizadas, a responsabilidade pela construção da avaliação da área se transfigura na responsabilidade pelo perfil futuro da pós-graduação em filosofia.

A proposta de concepção da pós-graduação em filosofia como atividade essencialmente associada à pesquisa e à formação de pesquisadores é um dos horizontes que se pode vislumbrar e situar na base deste trabalho. Mas a consciência da complexidade e da singularidade do momento atual para a filosofia no Brasil e dos efeitos que a estrutura de avaliação têm provocado nos programas de pós-graduação e nas universidades nos impede de permanecer em uma postura passiva em relação a esse debate. Tanto porque a identidade anteriormente existente tem se tornado cada vez mais desajustada do novo desenho que a área tem configurado com seu crescimento, quanto pelo enorme desconforto que tem provocado a implementação de uma avaliação desconectada da identidade que a área de filosofia reconhece para si.

Outra finalidade da proposta delineada aqui é explicitar os agentes envolvidos de maneira mais direta no debate sobre a pós-graduação em filosofia nesse novo contexto em que ela se situa. E o que se explicita, em primeiro lugar, é que a estrutura nacionalizada e centralizada estabelecida pela CAPES torna ainda mais fundamental, neste cenário mais amplo que se apresenta atualmente, o aprofundamento e a consolidação da organização dos pesquisadores da área e da criação de instrumentos de interação, debate e circulação de informações, fundamentalmente através da ANPOF. Sem estes instrumentos é difícil imaginar a possibilidade da construção de uma avaliação que induza algo mais do que seus próprios valores e prejuízos, no mais das vezes desconectados da área em questão.

Igualmente relevante é a compreensão de que sobre a Coordenação de Área da CAPES, para além do papel que desempenha junto à agência, pesa uma imensa responsabilidade que só pode ser levada adiante através de mecanismos que envolvam o amplo debate com os programas de pós-graduação e com os pesquisadores. Exercer hoje o

papel de avaliador e de indutor de um perfil para a área de maneira isolada, sem esta interlocução, representa um equívoco e um desserviço para a filosofia. É fundamental que a coordenação exerça o seu papel neste conjunto de processos trazendo para o debate o conjunto de agentes presentes neste novo cenário. Trata-se de abrir espaço para a construção de um projeto de avaliação associado à identidade definida pela área e que resulte em sua qualificação, em lugar de algo estranho a ela e deformador de suas práticas consolidadas e valorizadas.

Por fim, a parte mais importante do trabalho cabe aos pesquisadores da área, ligados aos programas de pós-graduação, a quem cabe debater sua identidade e seus interesses e apontar para as maneiras através da qual a estrutura de avaliação pode estimular este perfil. É deles o papel de estabelecer o terreno destes debates e de construir um projeto para a pesquisa e pós-graduação em filosofia.

Grande parte do que se esboça aqui é simplesmente irrealizável. Nossas práticas e, mais ainda, nossa história raramente se submete ao cálculo e à previsão. Mas compreender os problemas e possibilidades que se apresentam para a comunidade de pesquisadores em filosofia nestes termos seria um equívoco. O mais urgente hoje é a inventividade na apropriação e subversão dos elementos que se temos à nossa disposição, de modo a nos movermos para fora desta experiência desconfortável de sermos conduzidos e transformados por processos irrefletidos e burocráticos. Trata-se de nos colocarmos no futuro na medida de nossas forças, de sermos atropelados e surpreendidos por ele, e não pelo fluxo inerte e irrefletido da burocracia.

Uma Defesa do Livro como Meio Privilegiado do Ensaio Filosófico

Marco Zingano*

Gostaria inicialmente de agradecer o convite que me foi feito por Marcelo Carvalho, presidente da ANPOF, e Ivan Domingues, coordenador desta mesa, para apresentar uma sucinta reflexão sobre os tipos de publicação em filosofia e suas respectivas características. É uma honra para mim participar desta mesa, pois me encontro ao lado não somente de Ivan, professor reputado por seus trabalhos teóricos, que têm pautado nossas discussões, mas também de João Carlos Salles, cuja produção filosófica se vê agora acrescida da função administrativa de reitor da UFBA – ou coroada por ela, se adotarmos a velha perspectiva platônica do filósofo, que deve descer à caverna, aceitando os encargos políticos, após ter contemplado as Formas.

O tema que me proponho aqui a examinar – a produção filosófica acadêmica e seus meios impressos de difusão – é certamente complexo, pois em parte depende da evolução que a própria filosofia sofreu ao longo dos séculos, bem como depende em parte do desenvolvimento cada vez mais vertiginosamente rápido que os próprios meios de difusão têm conhecido. Vou deixar de lado o último ponto; voltarei a ele muito sumariamente na parte final. Gostaria de acentuar o primeiro ponto. Falar sobre o modo a ser privilegiado para a difusão da reflexão acadêmica em filosofia depende, obviamente, do modo como concebemos a natureza da reflexão filosófica. Em função do tipo de abordagem

* Professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 1984 a 2000; Professor de Filosofia Antiga da Universidade de São Paulo, a partir de 2001 (livre-docente a partir de 2005).

ou estilo que adotamos em filosofia, um ou outro meio de difusão despontará como privilegiado; não há como ter aqui uma resposta única, assim como não é de se esperar que a filosofia venha a possuir um único estilo. Ademais, temos de distinguir entre o impacto que reconhecemos que a filosofia possui na sociedade e aquele que gostaríamos que tivesse, pois não necessariamente coincidem; ao contrário, muito provavelmente divergem. Neste sentido, uma análise seria mais descritiva (a saber, aquela atinente ao que reconhecemos ser a produção dominante na filosofia atualmente), ao passo que a outra seria prescritiva, pois enfatizaria o tipo de difusão que gostaríamos que a filosofia tivesse em função do impacto que esperamos que ela tenha ou venha a ter na sociedade. A perspectiva que adoto aqui é esta última: estou preocupado sobretudo com um argumento normativo sobre a produção acadêmica em filosofia, não me preocupando, ou não tanto, em constatar as condições que de fato vigoram atualmente em sua difusão.

Vou tomar um ponto de vista geral; poderia argumentar de modo muito mais específico, mas penso que urge termos primeiro uma ideia básica do que é o livro e do que é a produção acadêmica filosófica, haja vista aos repetidos fracassos das Comissões de Avaliação que temos assistido nestes últimos anos – desde a assimilação do livro a um artigo de mais páginas a uma burocratização da avaliação por meio de uma ficha cujos quesitos espantam qualquer bom leitor. E gostaria de abrir minhas cartas desde o início: a propósito desta recente valorização dos artigos publicados em revistas em detrimento dos livros autorais, valorização esta proveniente das ciências exatas, mas cada vez mais presente nas ciências humanas, minha tese é que, pelo menos no que diz respeito à produção filosófica (mas que, penso, é também válida para o inteiro campo das ciências humanas, ou para sua maior parte), nossa produção acadêmica se faz (ou deveria ser feita) privilegiadamente por meio de *livros*. Os *artigos* são importantes fundamentalmente como instrumentos ou momentos preparatórios para estes estudos de maior fôlego que difundimos sob a forma de ensaios e livros. (E, espero, ficará claro ao final que, quanto à avaliação – que não tratarei aqui –, há um único modo de proceder: ler o livro e o repensar em nome próprio, pois livros em filosofia são feitos exatamente para isso: para serem lidos e repensados por cada leitor.)

O livro ocupa, assim, a posição central na produção filosófica; é com ele que a reflexão não somente se difunde, mas, literalmente, ganha corpo. Há, no entanto, livros e livros; será preciso fazer aqui algumas distinções. Não estou me referindo aos livros didáticos ou aos manuais de introdução a temas. Estes cumprem uma função escolar importante, inclusive para os anos iniciais de faculdade, ou mesmo são muito úteis quando se quer ter uma visão geral das principais discussões (normalmente recentes) sobre um determinado tema, mas não estou me referindo a eles quando falo do *livro* como o meio privilegiado para a discussão filosófica. Tampouco me refiro às coletâneas de artigos ou livros que reúnem textos de diferentes autores sobre um determinado tema. Certamente são muito úteis; por vezes, facilitam o acesso a artigos que estavam dispersos em diferentes revistas, tornando-se um meio cômodo para os ter em uma única braçada; por vezes, são uma versão muito sofisticada e mesmo extremamente aprimorada dos primeiros, mas não deixam em última instância (salvo, obviamente, raras exceções) de se filiarem ao tipo didático de livro, do qual os primeiros são o caso exemplar. Tampouco estou me referindo às conhecidas histórias da filosofia, aquelas que tomam a filosofia como fato consumado e a pretendem dissecar em seus diferentes órgãos e partes como a um animal morto. Refiro-me a livros sob a forma de *ensaios filosóficos*, nos quais uma ideia, um tema, uma noção é perseguida com todo o fôlego possível, até seu esgotamento conceitual – estes ensaios em que o conceito é vivo e o resultado, por vezes inesperado.

Talvez seja melhor dar um exemplo do que estou falando. O ensaio enfrenta uma questão na perspectiva de sua radicalidade, a formula nas suas versões mais abstratas e no variegado de seus aspectos. Um ótimo exemplo é a *República* de Platão, clássico por excelência entre os textos filosóficos. No Livro I, Platão faz Sócrates dialogar com Trasímaco, sofista para quem a justiça não é senão a expressão do mais forte. A refutação parece ser obtida ao final deste livro, por meio da negação das teses de Trasímaco; porém, no início do Livro II, Gláucón e Adimanto refazem a mesma questão e exigem de Sócrates agora uma demonstração de que é sempre melhor ser justo do que injusto, quaisquer que sejam as circunstâncias – inclusive sob a hipótese do anel de Gíges, que permitiria que alguém ganhasse todas as vantagens

agindo injustamente sem que jamais viesse a ser descoberto. Instado a realizar tal demonstração – sempre vale a pena agir justamente –, Sócrates se vê obrigado não somente a mostrar que seu opositor entra em contradição (como fizera com Trasímaco no Livro I), mas, sobretudo, a demonstrar que sua própria posição faz sentido e é sustentável. Para isso, ele precisará assimilar a noção de injustiça à de *pleonexia*, isto é, o querer ter vantagem em tudo (tema corrente entre os Gregos e no qual Isócrates, por exemplo, não vê problema algum, mas que, em Platão, é claramente negativa); mais ainda, ele precisará embarcar em uma psicologia moral segundo a qual a alma não é simples, mas tripartite, de modo que o ato justo possa ser visto como sendo o resultado em última instância da harmonia psíquica interna ao agente para somente a partir daí construir uma harmonia externa com as outras pessoas. É o que Platão faz, ou pretende ter feito, nos Livros II a IV. Para isso, porém, Sócrates terá de lançar mão de uma clivagem epistêmica entre saber e opinião, desenvolvida nos célebres livros V a VII, no intuito de estabelecer o filósofo – aquele que sabe – em uma posição inclusive moral em muito superior e de certo modo apartada de quem age com base em opiniões, mesmo que estas opiniões sejam verdadeiras. E, como comprovação de sua tese, Sócrates vai examinar, nos livros VIII e IX, as formas corrompidas das constituições e seus correlatos humanos, até chegar à contrafação absoluta do rei-filósofo, a saber, o tirano como a figura da corrupção máxima do uso do poder.

Estamos diante das tão famosas *operações Platão*, estes esquemas conceituais cuja força é tal que vigoram até hoje e que passam como que despercebidos, como se fossem frutos naturais da simples razão, quando são, na verdade, resultados de uma argumentação muito precisa e meticulosamente armada. Interessa-me aqui não desfazer estas operações para mostrar os lances que as constituem, mas enfatizar que essa reconstrução conceitual, com base na qual Platão pretende fazer com que Sócrates responda de modo suficiente à questão posta sob a forma mais geral e radical: *a justiça sempre vale a pena, quaisquer que sejam as circunstâncias*, exige um argumento de fôlego, exige uma atitude de continuar a investigação, por mais extenuante e complexa que seja, até que se chegue ao fundamento do problema. O resultado desta *jornada filosófica* são os livros II a IX da *República*, que se acoplam ao livro I

como o ensaio de justificação filosófica a propósito da natureza do ato justo, e que recebem um complemento no Livro X, que retoma o problema da censura aos poemas e termina com uma escatologia moral. Este é o ensaio a que me referia: uma questão posta sob a forma mais geral e radical, cuja resposta requer a mobilização de todo um aparato intelectual que exige a paciência do conceito, a argúcia do investigador e o desejo de ver não somente parte da verdade, mas toda a verdade, a inteira verdade – qualquer que seja a tonalidade com que se tingem. E ainda, o longo diálogo da *República* a respeito da justiça, cujo cerne está nos livros II-IX, não é senão, para Platão, o caminho mais curto, o atalho que Sócrates e seus interlocutores tomam para que tenhamos um vislumbre do que seria a resposta propriamente dita, um atalho que nos fornecerá por certo os traços centrais da resposta, mas que ainda requer, para que uma prova cabal seja dada, um *caminho maior*, ao qual Platão faz alusão em IV 435d. Que caminho maior é este? Muito provavelmente o longo percurso da formação filosófica, que leva anos e anos, na concepção de Platão, e que exige do iniciante uma atitude que será magistralmente descrita no *Fedro* como a arte de andar em círculos, a habilidade de caçar uma noção enredando-a lenta, mas seguramente nas redes do conceito. É o caminho da *longa conversa culta* que tão bem caracteriza o ato filosófico de formular questões sobre o pano de fundo mais geral e radical que se possa conceber.

É este o ensaio a que me referia; este é o livro que se impõe como a peça central da reflexão filosófica. A *República* o ilustra admiravelmente, mas não completamente. Com efeito, o próprio Platão mantém uma atitude de suspeição em relação ao livro, por conta de haver nele algo de definitivo como discurso já feito, o que está em claro contraste com esta conversa a ser sempre retomada. Para Platão, pensar é, radicalmente, um diálogo da alma – um diálogo da alma com a alma das outras pessoas, ou da alma consigo mesma. O livro escrito, por definição acabado, só pode repetir as mesmas respostas; não pode mais engajar-se em um diálogo vivo, em uma retomada de suas próprias pressuposições, não pode mais abrir-se a um novo desenvolvimento. Não pode nem mesmo formular diferentemente os problemas. De certo modo, Platão já antevia a ojeriza que todo filósofo tem em relação a manuais e livros didáticos: pensar é repensar, é refazer o caminho da

aventura intelectual que forjou nossas noções básicas, não é memorizar lições já dadas, não é refazer provas já obtidas. Porém Platão foi também um grande escritor, pois ele fez do livro – de seus livros sob a forma de diálogo – o retrato potente de um ato de pensamento, o qual convida o leitor a engajar-se nesta mesma atitude de revisitar as noções para encontrar seus fundamentos últimos. E um de seus discípulos, ninguém menos do que Aristóteles, levará a aventura do livro à sua forma própria – Aristóteles que, como todos sabemos, abandona a verve e a postura literária de seu mestre em nome de uma escrita sóbria e como que escolar, mas que não deixa de levar ao ápice a experiência literária de Platão.

Os livros de Aristóteles – pensem na *Metafísica*, no *De anima*, na *Physica*, no *De caelo*, por exemplo – constituem, com efeito, a forma clássica do ensaio filosófico, a meu ver. Aristóteles inicia suas investigações fazendo uma história das investigações passadas, um exame das teses dos filósofos que o precederam; com base nesse percurso histórico, ele formula as dificuldades maiores, as *aporias* que envolvem a disciplina em pauta e que permanecem ainda controversas. A partir de então, ele propõe uma solução que, a seu ver, não somente resolve as dificuldades ou dissolve as *aporias*, como também explica por que as teses anteriores se enredavam nelas. A estrutura do *De anima* é exemplar a este respeito. O que não quer dizer que não haja erros, distorções em tal tentativa de reconstrução por parte de Aristóteles, mas este é o preço a pagar por quem concebe a reflexão filosófica sob a ótica de uma constante avaliação do que os outros estão fazendo.

No século passado, com efeito, a conta foi apresentada a ele: Aristóteles foi duramente acusado de distorcer irremediavelmente as opiniões dos filósofos que mencionava. De certo modo, isso é inevitável, como acabamos de ver: Aristóteles fazia filosofia e pensava ter encontrado uma solução às dificuldades em que aqueles tinham caído e nesta medida se sentia autorizado e mesmo obrigado a reformulá-las em outro vocabulário ou patamar. O problema insuperável do ser, por exemplo, o qual Platão comparara a uma batalha entre Gigantes e Deuses, foi relido por Aristóteles em termos de uma doutrina da substância, para a qual ele pensava poder aportar uma solução que, senão definitiva, pelo menos punha a discussão em um esquadro mais adequado

e menos dilacerado. Isso leva inevitavelmente a uma pressão para que todos os outros entrem em um único esquema explicativo, o que pode ser, e seguidamente o é, empobrecedor em relação à diversidade das opiniões propostas. Por outro lado, é Aristóteles quem cria a disciplina de transmitir as opiniões dos outros, pois ele faz da sua filosofia um *diálogo* com as filosofias que o precederam. A partir de Aristóteles, temos a história refletida da filosofia: não somente propor uma tese, mas estabelecer um diálogo permanente com os filósofos que nos precederam em busca do esclarecimento de uma questão. Pode-se aceitar ou rejeitar as soluções propostas por Aristóteles, mas é ele quem nos dá a *medida* do ensaio filosófico: um diálogo com o passado em nome de uma fundação que se quer radical. O diálogo virtual entre as personagens filosóficas em Platão se torna um diálogo real entre as noções filosóficas enquadradas em contexto histórico segundo uma voz que, por certo, é uma única voz que as enuncia, mas é uma voz que busca apresentá-las sob o ângulo que lhes é (ou parece ser) mais favorável, mesmo que seja para rejeitá-las.

O que não quer dizer que Aristóteles não tenha adotado caminhos errados; ele os tomou, e muito frequentemente. Contra os materialistas, ele impõe a noção que a forma é anterior e governa a matéria, rejeitando categoricamente a ideia que a forma pudesse ser o resultado das relações materiais que a determinariam; contra Empédocles, que propunha que a luz se deslocava no espaço, ele ironiza dizendo que ninguém jamais a viu indo do Oriente ao Ocidente, por mais rápida que seja... Mas Aristóteles pensa sempre em termos de uma posição crítica, certa ou errada, em relação às teses que o precedem: o ensaio aristotélico é um diálogo com as teses opostas. É aqui que o ensaio filosófico ganha enfim a forma de livro que vai marcar nossa longa tradição: retrato de um momento da reflexão, mas uma reflexão que se faz no embate, no apoio ou na refutação dos outros pensamentos. Por isso mesmo convida a ser reescrito, a ser refeito; o livro é uma obra a ser revisitada e recomposta. E tudo isso para esclarecer não um problema localizado, mas um domínio, uma disciplina, uma atitude: o que há no mundo, se há ordem ou não, de que modo podemos dizer que agimos e somos responsáveis por nossas ações, se o acaso é nossa simples ignorância ou se há algo no mundo que corresponde a ele, e assim

por diante. Tudo passa sob o crivo do exame filosófico com vistas às respostas mais fundamentais e fundadoras, na forma agora madura de um ensaio de análise conceitual.

Comparem o ensaio aristotélico com o que vem depois. Os filósofos das escolas helenísticas posteriores escreveram, e muito, e sobre tudo. Mas seus escritos são textos internos, são apresentações de teses e de formação de suas *haireseis*; pouco ou mesmo nada se faz em termos da apresentação tão forte quanto possível das teses opostas para então propor uma solução alternativa que dissolva suas dificuldades e que explique também por que tomaram as posições que adotaram. Não é assim por acaso que as grandes bibliotecas, a começar pela de Alexandria, foram criadas sob a influência dos aristotélicos. Guardar a memória de todas as posições, no intuito de as visitar sempre criticamente, eis a posição aristotélica por excelência. Não somente repetir as lições de sua própria escola, mas as repensar em confronto com as outras teses: esta é a marca dos peripatéticos, de Teofrasto a Alexandre, e, para além deles, a de todos que de algum modo estão imbuídos do espírito peripatético. O caso de Teofrasto é ilustrativo: ele não defende nenhuma tese propriamente aristotélica, mas é profundamente aristotélico porque concebe o filosofar como a aventura intelectual de questionar, questionar de novo e ainda voltar a questionar, revisitando todas as doutrinas em função do ato de propor aporias e buscando deste modo equacionar uma solução, ainda que provisória, em função da correta formulação do problema.

É claro que tudo o que estou dizendo é muito sumário e por vezes injusto, pois há exceções, e muitas, de ambos os lados: aristotélicos dogmáticos, dogmáticos aristotelizantes, céticos de difícil classificação, e tantos outros. Penso, porém, que tudo isso capta uma parte importante do que constitui o ensaio filosófico: uma investigação de fôlego, que está sempre atenta às posições opostas, que tenta formular dificuldades e as busca resolver com vistas ao esclarecimento conceitual, não de questões menores, mas de temas radicais e centrais no conjunto das disciplinas intelectuais. Este é o cerne da filosofia a nós legada e é isto que o livro, entendido como ensaio filosófico, tenta ainda hoje perpetuar. Claro, tudo ficará mais complexo com o andar do tempo, seja com a constituição das universidades no período medieval, seja com o adven-

to da imprensa no Renascimento, ou, ainda, com a constituição de uma opinião pública culta no Iluminismo. No entanto, penso que podemos ver no ensaio aristotélico a forma maior do que fora o diálogo platônico e que constitui o modo por excelência da produção filosófica até hoje: o exame conceitual que vai às raízes das coisas, que leva em conta as posições opostas, que se formula por meio de aporias, mas que tenta encontrar uma saída para elas que, de algum modo, conforte todas as posições como partes de uma grande investigação em que a verdade exige a participação de todos e de algum modo se produz propriamente por meio dessa refração por todos.

Tudo isso é muito ideal, mas eu tinha advertido desde o início que tomaria uma posição normativa. A filosofia deve ser vista como uma aventura intelectual, inventada e transmitida a nós pelos gregos antigos, em que se trata fundamentalmente de pensar nossa condição humana, revisitar nossos esquemas conceituais e tentar caracterizar nossas posições básicas – a de conhecedor do mundo, a de agente político, a de sujeito de discursos, a de pessoa imersa na finitude da existência. O livro como ensaio filosófico é o portador desse legado. Um livro pode pregar para convertidos, um livro pode repetir à saciedade os truísmos de uma época: não é este o livro filosófico. O livro filosófico é aquele que, por meio de aporias e da constante retomada das outras posições, faz emergir definitivamente uma dúvida em meios às nossas mais arraigadas certezas.

Voltemos aos tempos recentes e às zonas de ar menos rarefeito. Havia dito no início que a disputa entre artigos e livros depende em muito do modo como concebemos a natureza da filosofia. É uma constatação: a filosofia tornou-se acadêmica, talvez demasiadamente acadêmica. Mais do que isso, assistimos hoje a um domínio quase incontestado da abordagem analítica da filosofia. A filosofia analítica, por sua tendência natural ao exame lógico e por ter raízes no rechaço do idealismo e do ecletismo então reinantes na filosofia ao final do séc. XIX e início do séc. XX, favorece o exame quase cirúrgico de um texto, que passa a ser cortado em pequenas partes, as ínfimas partes sendo os argumentos que podem ser vistos como válidos ou inválidos, sua correção ou falsidade devendo mais tarde ser posta em relação a um conjunto de teses que qualificaria tal filósofo ou outro. A corren-

te analítica é notavelmente potente e Quine descrevia com razão os meses de 1939, quando Carnap, Tarski e Russell estavam juntos em Harvard, como “meses históricos” – pois certamente o foram. Mas em lugares muito próximos, e pelo menos uma vez nos mesmos corredores, havia também Arthur Lovejoy, fundador do *Journal of the History of Ideas* e autor deste esplêndido ensaio que é seu livro de 1936, *The Great Chain of Being*, a respeito do princípio de plenitude. Percebiam-se então uns e outros como posições antagônicas; mais do que isso, estavam em confronto aberto, e os jovens estudantes de filosofia se dividiam como *partisans* em campos opostos. No entanto, não são opostos nem estão em posições antagônicas; parte importante da filosofia analítica em busca da elucidação do argumento pode e deve integrar o cuidadoso estudo da história das ideias, a lenta desconstrução de nossos hábitos conceituais, que se impregnam muito mais do que o mais forte aroma – pois o fazem de modo sub-reptício e duradouro. E tal desconstrução só pode ser feita com base no instrumental lógico-analítico que esta corrente disponibiliza e que esgrime com tanta habilidade. Porém falta a esta última aquele *porquê*, aquela reconstrução que põe a nu os caminhos secretos dos conceitos – e isso quem faz é a história das ideias, é o esforço de, no interior da própria linguagem, não ficar preso às decisões históricas que hoje constituem o tesouro da fala, tesouro por certo fabuloso, mas que recobre estas decisões, estas *operações*, assim como as cracas, as algas e tudo o mais que revestia o deus Gláucôn a ponto de o tornar irreconhecível em sua própria natureza – ainda que muito natural e costumeiro em sua aparência, como o é a linguagem que ordinariamente falamos.

O formato do artigo publicado em revistas especializadas amolda-se muito bem às ambições analíticas e devemos mesmo constatar que, nesse estilo de análise, o artigo é muito natural e se aproxima bastante da posição central que possui nas ciências exatas. É muito comum a referência a artigos nessa tradição, ou pelo menos são mais frequentes do que a obras – embora, obviamente, não falem obras ao modo como antes me referia. Como havia dito, o formato do texto está em direta relação com o estilo de análise adotado. Porém, se atentarmos à natureza do trabalho filosófico hoje (o qual, como sabemos, sofreu alterações importantes ao longo dos séculos), devemos

reconhecer que a análise assim concebida deve ainda ser reposta no âmbito maior de uma investigação sobre a origem de nossos conceitos, de um estudo sobre a suposta evidência de nossa vida intelectual e de nossos instrumentos conceituais, que nos parecem tão naturais ao manejá-los, cuja genealogia, porém, desvela uma opacidade residual que por vezes carregam ou mesmo uma certidão de cartório cuja origem é bem duvidosa. Se isso descreve de modo satisfatório a atitude filosófica hoje, então há de se reconhecer que o livro, a título de ensaio filosófico, como o descrevi acima, é o que apreende de melhor forma a tarefa filosófica que nos cabe realizar no mundo acadêmico: é ele o porta-voz de nossa disciplina.

Há muitas consequências que se seguem daqui. Uma delas está ligada ao problema da língua, este problema da proximidade muito forte entre filosofia, reflexão e linguagem natural, e a pressão que o inglês exerce hoje como língua única ou, supostamente, *língua franca*. O exame desta questão requer, porém, muito mais espaço do que disponho aqui. Uma outra consequência está ligada à direção do tempo, a este atavismo que a filosofia tem pelo passado e pelos momentos fundadores ou epocais. Tampouco vou examiná-la aqui, a despeito de sua grande importância. Gostaria de concluir ressaltando outra consequência ainda, a qual, a meu ver, não é das menores. Se esta é a natureza do ensaio filosófico, então se pode dizer que seu registro é o da *raridade*. Poucos são os tratados filosóficos a propriamente falar, e de fato eles devem ser poucos. A natureza mesma do ensaio filosófico requer uma disciplina, uma aptidão, um fôlego e um tempo que se dá na contracorrente da velocidade imposta a tudo hoje em dia. Do restaurante *fast-food* ao bólido que tão mais rápido anda quanto mais barulho faz, a velocidade se faz parceira da quantidade em todas as atividades modernas. Do outro lado, está o texto de lenta gestação, mas de efeito duradouro, sinuoso e dilatado. Raro, e por isso mesmo precioso, o ensaio filosófico ainda consegue desafiar com altivez a numerosa produção de artigos que desfilam nas listas bibliográficas acadêmicas cada vez mais extensas. Por quanto tempo, não sei; mas talvez tenhamos ainda tempo para produzir um ou dois destes ensaios e assim os legar às próximas gerações como produtos inadaptados a uma época que não tem mais paciência para escutar o discurso

filosófico, ensaios que ficarão como *vestígios* de uma aventura intelectual soterrada por miríades de outros textos que são tão rapidamente consumidos quanto o são produzidos. Um ou dois ensaios, quem sabe, que ficarão como *ichnê tês dianoiás*, por assim dizer, à espera que um leitor lhes dê o tempo da leitura.

Reciprocidade, Simetria, Reconhecimento: Estratégias e Problemas da Internacionalização da Pós-Graduação em Filosofia

Nythamar de Oliveira*

PUCRS / CNPq

1. A atual realidade da área de Filosofia é tão impressionante quanto promissora, tendo sido observado um crescimento contínuo e acelerado desde o reconhecimento pela CAPES do primeiro programa de mestrado em 1971. Hoje, o Brasil já possui 43 PPGs em Filosofia reconhecidos pela CAPES, dentre os quais 2 obtiveram a nota máxima 7,0 (USP e UFMG), 4 foram avaliados com a nota 6,0 (PUCRS, UNICAMP, UFRGS e UFSC) e 8 com a nota 5,0 (PUC-Rio, PUC-SP, UERJ, UFRJ, UFSCar, UFBA, Unisinos e UFPR), segundo dados

* Após cursar dois anos de Engenharia Eletrônica (Básico) na Escola Politécnica da FESP, fez graduação e mestrado em Teologia (Licence et Maîtrise en Théologie) na Faculté de Théologie Réformée d'Aix-en-Provence (1985, 1987), mestrado em Filosofia (Villanova University, 1990) e doutorado em Filosofia (Ph.D., 1994) pela State University of New York em Stony Brook. Tem pós-doutorado na New School for Social Research (1997-98), na London School of Economics e na Universität Kassel (2004-05, 2012), onde foi pesquisador bolsista da Alexander von Humboldt Stiftung. Tem sido Pesquisador do CNPq desde 1995, e atuado como consultor ad hoc do CNPq e da CAPES. Foi professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1994-99, e professor visitante na University of Toledo, Ohio (EUA), em 2007-08, onde lecionou 11 disciplinas e conduziu pesquisa de pós-doutorado. Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Coordenador do Grupo de Pesquisa em Neurofilosofia (Instituto do Cérebro, InsCer), Editor da revista *Veritas* e membro da comissão coordenadora do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia, criado em 2009. Foi Coordenador do PPG em Filosofia e membro do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, e atuou como membro do Comitê Assessor da Área Filosofia junto à Capes (triênio 2004-06). Tem experiência nas áreas de Ética e Filosofia Política, atuando ainda nas áreas de hermenêutica, fenomenologia e idealismo alemão.*

Agradeço o convite que me foi feito pelos Professores Ivan Domingues e Marcelo Carvalho para participar da Mesa sobre "Desafios da Expansão, Consolidação e Internacionalização da Pós-graduação/Pesquisa Brasileira em Filosofia: Estratégias e Problemas", no XVI Encontro Nacional da ANPOF em 27 de outubro de 2014.

publicizados da última avaliação trienal (2010-2012). Os PPGs em Filosofia oferecem atualmente 42 cursos de mestrado, 21 de doutorado e somam mais de 650 professores credenciados. Todos os PPGs em Filosofia são filiados à Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), que tem realizado encontros nacionais a cada dois anos, desde 1984, reunindo pesquisadores, docentes e discentes do Brasil e do exterior, com apresentações de conferências, mesas-redondas, minicursos e comunicações, incluindo os *papers* semanais e resultados de pesquisas dos 54 Grupos de Pesquisa (GTs). Além dos encontros nacionais da ANPOF e das atividades dos GTs –incluindo *workshops*, colóquios, simpósios e eventos nacionais e internacionais–, várias sociedades científicas na Área de Filosofia (tais como a Sociedade Kant Brasileira, a Sociedade Hegel Brasileira, a Sociedade Brasileira de Lógica, a Sociedade Brasileira de Fenomenologia, a Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica, a Associação Brasileira de Filosofia da Religião e a Sociedade Brasileira de Filosofia Medieval) também promovem regularmente atividades de pesquisa e extensão. A consolidação da área se verifica sobretudo pelo aumento qualitativo e quantitativo da produção docente e discente, bem como a quantidade e a qualidade das dissertações e teses, não só nos programas de excelência, mas no conjunto da área: somente no triênio 2010-2012, a área registrou mais de 1.120 defesas de dissertações de mestrado e mais de 350 defesas de teses de doutorado. Destarte, podemos resumir as perspectivas no futuro próximo em função do grande desafio atual de buscarmos um desenvolvimento sustentável, representativo e descentralizado, refletindo o aumento da demanda por vagas na área –observando que alguns programas registraram um expressivo aumento da relação candidato/vaga em seus processos seletivos. Se nos desenvolvemos ao ponto de nos consolidarmos hoje como uma das mais numerosas e ativas comunidades filosóficas do mundo, lembramos que somos também uma das mais heterogêneas, assimétricas e desiguais do ponto de vista qualitativo.

2. Destacamos as seguintes perspectivas que são, ao mesmo tempo, demandas da área: Redução das assimetrias regionais, Internacionalização, Interdisciplinaridade, Articulação entre Pós-Graduação,

Graduação e Ensino Fundamental e Médio, e Avaliação interativa e continuada. Embora o crescimento na área de Filosofia tenha sido acompanhado de uma maior distribuição geográfica dos programas, ainda persistem assimetrias regionais (visível concentração dos melhores programas nas regiões Sul e Sudeste, onde também se encontram quase 75% dos PPGs) e campos deficitários na pesquisa intra-área (por exemplo, filosofia oriental, estudos de gênero e etnia, filosofia ambiental, filosofia da economia). Proponho que sejam levadas adiante as medidas que já foram tomadas com relação à abertura de novos programas de mestrado em várias capitais das regiões Norte e Nordeste, assim como já foram aprovados novos programas de doutorado nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Os programas Minter e Dinter podem ser evocados, juntamente com as propostas de PROCAD, como recursos eficientes e promissores para fomentar a integração nacional entre as regiões e promover o desenvolvimento regional na formação acadêmica de docentes e pesquisadores na área. Quanto à caracterização e ao enquadramento dos programas entre as modalidades acadêmica e profissional na área de Filosofia, reconhecemos a importância de serem abertos programas de mestrado profissional para o ensino de Filosofia na Educação Básica. Creio, outrossim, que a internacionalização de nossos programas, assim como a implementação da interdisciplinaridade e da pós-graduação profissional podem também contribuir para diminuir as assimetrias regionais. Passo a expor, em termos sucintos, os desafios, estratégias e problemas da internacionalização e como ela pode ser almejada e consolidada em nossos programas de pós-graduação.

3. Como foi enfatizado em relatórios e documentos da Comissão de Avaliação da Capes do último triênio (2010-2012), a internacionalização não se limita a um diferencial justificando a atribuição das notas 6 e 7 a programas de excelência, mas deve basear-se, essencialmente, na **reciprocidade** entre as instituições do Brasil e do exterior envolvidas no processo de internacionalização e em uma concepção **simétrica** da cooperação internacional entre as instituições brasileiras e as do exterior. Creio, ademais, que valeria a pena destacar as palavras **reciprocidade** e **simetria** sempre que invocamos as ideias de internacionalização e de cooperação internacional entre pesquisadores e instituições

brasileiras e do exterior, a fim de elucidar a controversa “**dialética do reconhecimento**” que existe no mundo acadêmico.

4. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-20 destaca a “importância da internacionalização” e o Documento de Área 2013 menciona uma “real interlocução internacional”, esp. sublinhando uma “inserção internacional” para programas notas 6 e 7, com “produção intelectual com qualidade e destaque internacional”, “atividades de intercâmbio, competitividade e reconhecimento internacional” e a “existência regular de projetos e convênios de cooperação internacional”. Podemos pensar em programas consolidados, que têm contribuído para promover a cooperação internacional, como as inúmeras rubricas e parceiras internacionais da CAPES: Probral, Unibras, DAAD, Humboldt, DFG, British Council, COFECUB, CNRS, Fipse, NIH, Fulbright etc. Em grande parte, o reconhecimento internacional das pesquisas, da produção intelectual e publicações de colegas brasileiros, consideradas referência na nossa área, foi conquistado através desses programas de fomento. Portanto, tanto num nível institucional de órgãos de fomento à pesquisa quanto num nível especificamente qualitativo de mérito individual (por exemplo, a monumental contribuição do Prof. Newton da Costa em sistemas lógicos paraconsistentes) o reconhecimento internacional tem sido consolidado nas últimas décadas.

De resto, acreditamos que a comunidade filosófica brasileira atingiu um sólido patamar de maturidade, autoestima e respeitabilidade internacional, ao menos no que tange a todos os pontos em que obtivemos grande acordo entre os colegas trabalhando nas mais diversas áreas e correntes da Filosofia. É sabido de todos que para os processos em nível internacional, a Coordenação de Área da Filosofia já acatou as diretrizes propostas pelo Sistema de Avaliação da CAPES quanto ao irreversível processo de internacionalização dos PPGs. Atestam as inúmeras experiências exitosas de seleção de candidatos do exterior, especialmente da América Latina, e o crescimento no número de publicações e eventos internacionais com parceria interinstitucional, intercâmbios, acordos e projetos de cooperação internacional com nossos homólogos estrangeiros. Uma área que pode ser incrementada e estimulada é a das parcerias incluindo mestrado e doutorado com dupla titulação, assim como o envolvimento de pesquisadores es-

trangeiros em nossos projetos e grupos de pesquisa, sempre atentando para os requisitos de reciprocidade e de simetria na cooperação. Temos acompanhado a evolução da ideia de internacionalização ao longo dos últimos triênios, começando pela comissão de avaliação do triênio 2004-2006, que vislumbrou o potencial de maior competitividade em nível internacional que os centros de excelência poderiam demonstrar e que novos centros de excelência teriam condições de se consolidar no triênio 2007-2009. Um dos desafios que persistem em nossa área consiste em definir, de forma consensual e objetiva, os critérios a serem adotados para a adequada interpretação do que se deve entender por inserção internacional, tendo em vista o atual estágio de consolidação e desenvolvimento dos programas com perfil de excelência, responder aos três problemas debatidos em nossa comunidade:

4.1 – Como efetivamente devemos implementar projetos de cooperação e parcerias internacionais com organicidade, reciprocidade e isonomia?

4.2 – Como desenvolver eventos, intercâmbios, acordos e programas de mobilidade acadêmica (incluindo dupla titulação) com colegas, pesquisadores, docentes e discentes de outros países sem esbarrar nos impedimentos que ainda persistem, como a falta de recursos em uma língua comum a ambas as partes ou uma língua franca (por exemplo, a menos que nossos PPGs ofereçam também cursos ou eventos em inglês não conseguiremos atrair pesquisadores, docentes e discentes de outros países que não tenham fluência em português) ou como os problemas burocráticos de nosso País (por exemplo, para reconhecer titulação em instituições acadêmicas do exterior)?

4.3 – Como implementar projetos de pesquisa internacionais quando ainda temos alguma dificuldade em desenvolver parcerias e projetos de pesquisa interinstitucionais?

5. Dentre os inúmeros programas exitosos de internacionalização implementados por universidades brasileiras, podemos pensar nos mais conhecidos da USP (que já prevê a criação de quatro núcleos internacionais, com sedes em São Paulo, Boston, Londres e Cingapura), da Unicamp (com sua proposta estratégica de “internacionalização para baixo” — ou seja, de liderar universidades que estão em níveis

inferiores do conhecimento), da UFMG (que criou recentemente um Centro de Internacionalização, permitindo uma reconfiguração da sua política de internacionalização, “cujos fundamentos deixam de estar calcados apenas na mobilidade de docentes e alunos e passam a incorporar outros parâmetros e objetivos mais abrangentes”) e da PUC-Rio (uma das primeiras a oferecer regularmente dezenas de cursos em inglês). Na PUCRS tivemos a experiência exitosa de oferecer seminários de pós-graduação em inglês e francês. Na maior parte dos casos, estamos apenas iniciando a internacionalização de nossos programas, sobretudo no que diz respeito à oferta de cursos para estrangeiros. A título de comparação: na Universidade Harvard, por exemplo, apontada a número um do mundo em diversos rankings internacionais, 20% de estudantes da graduação são estrangeiros, enquanto que na Unicamp e na Universidade de São Paulo (USP), duas das principais instituições brasileiras, a taxa não ultrapassa 3%. Portanto, precisamos continuar promovendo intercâmbios e programas de cooperação internacional, assim como a oferta de disciplinas e seminários em inglês, investindo mais na capacitação bilíngue de nossos estudantes e proporcionando oportunidades para a internacionalização de nossos programas.

6. Gostaria de esboçar algumas posturas críticas que podem contribuir para consolidar essa articulação entre Reciprocidade, Simetria e Reconhecimento em nossas empreitadas visando a Internacionalização da Pós-Graduação em Filosofia:

- Podemos, decerto, questionar a escolha do inglês como *lingua franca* ou os critérios utilizados para medir o nível de internacionalização de nossos programas, como, por exemplo, o ranking de universidades brasileiras por internacionalização na Folha de São Paulo:

<http://ruf.folha.uol.com.br/2014/rankingdeuniversidades/rankingporinternacionalizacao/>

(1).Proporção de professores estrangeiros em relação ao corpo docente

(2).Citações internacionais de trabalhos

(3).Percentual de artigos em colaboração internacional

– Podemos ainda elencar problemas e tópicos abordados em fóruns sobre a internacionalização:

a. Condicionantes do Processo de Internacionalização

b. Internacionalização sob uma Perspectiva Comparada: os Dados da Internacionalização

c. Internacionalização e Qualidade

d. Estratégias de Internacionalização e Comunicação Intercultural

e. Internacionalização como Apoio para o Desenvolvimento. Atuais Barreiras Jurídicas e Financeiras

– Podemos, finalmente, questionar os mecanismos de interação e integração entre as estratégias e as metas de internacionalização de nossas instituições e o nível de internacionalização de nossos programas.

Tais estratégias e problemas da Internacionalização da Pós-graduação e Pesquisa Brasileira em Filosofia podem ser ainda integrados aos desafios da Expansão e Consolidação de nossos programas. Neste sentido, ofereço as seguintes considerações sobre alguns dos problemas que têm sido debatidos em nossa comunidade.

7. Quanto à caracterização e ao enquadramento dos programas entre as modalidades acadêmica e profissional na área de Filosofia, reconhecemos a importância de serem abertos programas de mestrado profissional para o ensino de Filosofia na Educação Básica, especialmente no Ensino Médio (PROF-Filosofia). Com efeito, desde 2008, a disciplina de Filosofia tem sido oficialmente incluída, juntamente com a Sociologia, no Ensino Médio no Brasil, num retorno paulatino que se concretizou com a Lei Federal nº 11684, após mais de três décadas de eventual presença em escolas públicas e privadas, de cujos currículos havia sido banida em 1971, no período militar. A incidência da pós-graduação no ensino fundamental e médio encontra hoje o seu momento histórico mais importante e decisivo não apenas para confirmar a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, entre Ensino Médio e Ensino Superior, e para ampliar a comunidade filosófica de maneira numérica, mas sobretudo para qualificar definitivamente o ensino público em seu potencial lógico-argumentativo, crítico-analítico e transformador da realidade brasileira atual. Com efeito, tanto os discentes quanto os professores de ensino médio que são incumbidos de lecionar Filosofia e seus colegas universitários são todos destarte envolvidos em um processo interativo de formação qualificada de cidadãos e de aprendizagem da democracia, no sentido republicano que tem sido cultivado pela Filosofia e pelas Humanidades ao longo de 2.500

anos desde Platão e Aristóteles até John Dewey, Anísio Teixeira e Paulo Freire. A partir do último Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF (em outubro de 2014), dada a importância das ações visando à formação de professores do ensino médio, foi incentivada a submissão de trabalhos por professores participantes de programas mantidos ou apoiados pela CAPES, tais como os Programas de Estágio, o Programa de Educação Tutorial (PET), o Programa de Incentivo à Docência (PIBID), os Observatórios da Educação (OBEDUC) e o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), entre outros, para protagonizarem o II Encontro ANPOF Ensino Médio, de forma a debater em foro público as necessidades e os desafios do ensino de Filosofia em nossas escolas. É de particular importância o fomento estratégico de programas de Mestrado Profissional em Ensino de Filosofia (PROF-Filosofia), como já havia sido proposto pelo atual Coordenador de Área, Prof. Danilo Marcondes, seguindo o modelo dos PPGs em Física, segundo o exitoso Programa de Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física — MNPEF (ProFis) que, “como sugere o título, tem sido um programa nacional de caráter profissionalizante voltado a professores de ensino médio e fundamental com vistas a melhorias para o ensino de física no país” (<http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/profis>). *Grosso modo*, um PROF-Filosofia visaria, por analogia, à formação de professores que atuam em instituições de ensino básico, prevendo a concessão de bolsas e ocorrendo de modo abrangente e espalhado pelo país, envolvendo inicialmente cerca de 20 instituições universitárias (PPGs em Filosofia). Seria, por exemplo, possível montar um polo composto por profissionais de várias instituições (visto que para atuar no mestrado profissional não é exigida a titulação de doutor nem mesmo de mestre, mas é unicamente necessária uma justificativa suficientemente razoável para a participação de cada um dos membros da equipe, como alguma experiência com a pesquisa ou interesse na formação qualificada de professores do ensino médio), recorrendo inclusive a novas tecnologias e sobretudo a recursos de ensino a distância (EAD), ainda por ser consolidado na área de Filosofia. O PROF-Filosofia poderia ser, nesse caso, formatado como um curso semipresencial de formação continuada *stricto sensu*, aprovado e avaliado pela CAPES. Vale destacar, ademais, que a Filosofia já tem sido incluída nos processos

avaliativos do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), desde 2013, e que há uma crescente tendência a incluí-la não apenas no ensino médio (onde há obrigatoriedade), mas também no ensino fundamental.

8. Embora a filosofia possa ser concebida como “interdisciplinar” em suas próprias origens (na Antiguidade e Medievo, supunha-se inseparável das artes e ciências) e tenha sempre fomentado uma profícua interlocução com as mais diversas áreas do saber, foi sobretudo a partir da emergência da ciência moderna (no século XVI) e da autonomização das disciplinas científicas (nos séculos XVIII e XIX) que a pesquisa interdisciplinar pôde se desenvolver até consolidar-se no século passado em grandes programas de pesquisa como o positivismo lógico, a fenomenologia, o marxismo, o estruturalismo, a filosofia da mente e da linguagem, a bioética e a neurofilosofia. Com efeito, juntamente com a internacionalização em nossa área, a interdisciplinaridade tem sido considerada um dos mais importantes desafios dos sistemas de avaliação de produtividade acadêmica, não apenas no Brasil mas no mundo hodierno e nas mais diversas áreas do saber. A meu ver, tanto a interdisciplinaridade quanto a internacionalização devem ser fomentadas ainda em foro doméstico e preferencialmente já no início da formação acadêmica, quando discentes se iniciam na pesquisa científica e desenvolvem suas primeiras interlocuções críticas com seus pares, levando a sério o aprendizado de línguas estrangeiras como o inglês, o alemão e/ou o francês, e o diálogo, o reconhecimento e o entendimento mútuo a serem buscados e cultivados em nossa comunidade filosófica. De forma sucinta, creio que o grande desafio continua sendo o de articular propostas de projetos de pesquisa interdisciplinar originais, exequíveis e relevantes para as áreas concernidas. Nas palavras do Professor Danilo Marcondes, “não seremos reconhecidos enquanto comunidade filosófica relevante se nós mesmos não nos reconhecermos como tal e não praticarmos prioritariamente o diálogo crítico entre nós.”

9. Na medida em que a realidade atual da área de Filosofia reflete o cenário acadêmico nacional em suas desigualdades regionais, podemos reformular os mecanismos e procedimentos para manter a

permanente e continuada interlocução com os PPGs da área e o acompanhamento dos mesmos em uma avaliação interativa e continuada, através de três metas programáticas, a saber:

9.1 – Evitar que a rápida expansão da área comprometa a qualidade acadêmica e a sua representatividade de forma equitativa, assegurando a descentralização dos recursos e oportunidades através de políticas acadêmicas afirmativas e estratégicas (por exemplo, dar especial atenção aos programas deficitários ou com dificuldade de consolidação, oportunizar dispositivos de cooperação como o PROCAD, Minter e Dinter para incentivar, capacitar e induzir a qualificação do corpo docente e discente, resultando na elevação de nota e até mesmo na formulação de propostas de cursos novos –APCNs);

9.2 – Manter os exitosos procedimentos e dispositivos de avaliação já adotados, cuja implementação tem produzido resultados satisfatórios, e aperfeiçoá-los através de processos de consulta e deliberação junto aos PPGs, atendendo a demandas específicas, sempre recorrendo a processos deliberativos de consulta aos PPGs e demais membros da comunidade filosófica, através de reuniões envolvendo também a AN-POF e o CNPq;

9.3 – A fim de garantir um desenvolvimento sustentável de nossos PPGs, a médio e longo prazos, sem comprometermos a excelência acadêmica e a qualidade inerentes ao perfil de pesquisa aprofundada que já tem sido consolidada na nossa área, podemos entrever várias propostas de gestão representativa para a avaliação, tais como a constituição de equipes de avaliadores *ad hoc* de forma mais dinâmica e descentralizada (alternando os membros das comissões de avaliação e utilizando recursos tecnológicos como a videoconferência), a formação de pequenos comitês especializados em sub-áreas (por exemplo, Lógica, Epistemologia, Metafísica, Ética & Filosofia Política, Estética, Filosofia Antiga e Medieval) para a avaliação de livros e a adoção de uma métrica que explicita melhor em que consiste o caráter qualitativo da avaliação em nossa área –sem detrimento da avaliação quantitativa— e o aprimoramento do formato atual da avaliação trienal, tornando-a mais flexível, descentralizada e diferenciada.

10. A fim de assegurar a nossa participação junto ao conselho técnico-científico da CAPES, creio que devemos buscar fomentar a partici-

pação e interlocução junto ao Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), representando os PPGs e a comunidade filosófica como um todo através dos procedimentos e ações que promovam o continuado debate com programas das demais 47 áreas, sobretudo junto ao CTC-ES. Segundo os dados mais recentes da CAPES, sabemos que a avaliação é realizada em 48 áreas diferentes (distribuídas em 3 Colégios e 9 Grandes Áreas) e a nossa área, Filosofia, dada a sua vocação interdisciplinar descrita acima, tem efetivamente realizado uma interlocução com todas elas –em maior ou menor intensidade e significância. Dado o caráter crítico-qualitativo da avaliação implementada em nossa área –valorizando particularmente o conteúdo e a qualidade das publicações, sobretudo de livros e artigos seminais–, esta tem sido uma das mais importantes contribuições da Filosofia para a grande área das Ciências Humanas em sua interlocução continuada não apenas intra-área e com as Ciências Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes (ou seja, dentro do Colégio das Humanidades, segundo a taxonomia da Avaliação da CAPES) mas também com as Ciências da Vida e com as Ciências Exatas, Tecnológicas e a Pesquisa Multidisciplinar. Neste sentido, o CTC-ES poderia, além de continuar avaliando APCNs e pedidos de reconsideração, firmar-se como um órgão formulador de política acadêmica estratégica, promovendo seminários e instâncias de interação participativa e deliberativa com os Coordenadores de Área.

11. Finalmente, no que diz respeito a alterações e sistemáticas que devem ser trazidas para avançar, adequar e qualificar os processos de avaliação, creio que o mais importante para a área de Filosofia consiste em qualificar a avaliação quantitativa, ao mesmo tempo em que buscamos autonomizar as subcomissões da Filosofia e das Ciências da Religião/Teologia, transformando-as em duas áreas distintas e com Coordenadores independentes, junto à Diretoria de Avaliação da CAPES. Afinal, somente assim, devidamente qualificados de acordo com as especificidades de nossas áreas, podemos consolidar os processos de avaliação quantitativa da CAPES. De forma sucinta, uma vez qualificado o critério a ser adotado, este deveria ser devidamente quantificado. A política acadêmica adotada pela Diretoria de Avaliação, conduzindo e propiciando, em nível nacional e institucional, o desenvolvimento

dos mecanismos procedimentais e critérios qualitativos e quantitativos da produção de docentes e discentes de nossos PPGs tem sido aclamada e acatada pela comunidade filosófica, apesar de todas as discussões e controvérsias levantadas ao longo dos processos deliberativos. Acredito, outrossim, que nesse quesito específico da avaliação qualitativa, houve grande abertura e flexibilidade por parte da Presidência da CAPES e da Diretoria de Avaliação para dialogar com a Coordenação de Área da Filosofia. De resto, a avaliação quantitativa, aparentemente tão objetiva e imparcial para os pesquisadores das ciências naturais, exatas e tecnológicas, tem sido uma *bête noire* ou anátema entre muitos colegas da nossa área, que a desprezam ou suspeitam que venha a ser mais um recurso ideológico de dominação positivista ou tecnicista. Na verdade, a medição do fator de impacto de um periódico é feita de maneira quantitativa com o intuito preciso de avaliar a qualidade da revista ou publicação. Trata-se, portanto, de medir, por exemplo, a relação entre as citações anuais em relação ao total de citações de um mesmo periódico nos dois anos precedentes, e de utilizar tal fator de impacto como critério para avaliar a qualidade da publicação dentro de uma comunidade de especialistas. Há uma tendência mundial a adotar-se cada vez mais tais mecanismos de avaliação quantitativa visando assegurar uma avaliação qualitativa mais objetiva e imparcial também dentro das chamadas ciências humanas e sociais. Assim, a avaliação quantitativa pode e deve ser acatada em nossa área de Filosofia de forma crítica, criteriosa e qualificada, de modo a evitar ambos extremos do “taylorismo intelectual” e do subjetivismo interpretativo. Isso pode ser constatado pela comparação de Documentos de Área, quando se observou a falta de explicitação dos critérios a serem quantificados, engendrando descontentamento por parte de programas que se sentiam injustamente avaliados. A Coordenação de Área deve rever cada uma das mudanças sutis que acabaram por omitir aspectos quantitativos e reformulá-las através de processos consultivos de deliberação entre os membros da comissão e colegas consultores *ad hoc*. Trata-se, portanto, de intensificar o cultivo de procedimentos qualitativos que podem ser criteriosamente quantificados, sem comprometer o perfil qualitativo da avaliação em nossa área e sem detrimento da avaliação quantitativa universalmente adotada. Penso, em última análise, que as alterações

propostas pela Plataforma Sucupira garantem um processo sistemático de avaliação das IES, pois asseguram maior transparência dos dados para toda a comunidade acadêmica, maior facilidade no acompanhamento da avaliação, maior confiabilidade, precisão e segurança das informações e, acima de tudo, um controle gerencial mais eficiente.

O crescimento da Pós-Graduação em Filosofia no Brasil

Dados e análises sobre o período 1971-2015

Marcelo Carvalho

Universidade Federal de São Paulo Universidade Federal de São Paulo

Daniela Gonçalves

Universidade Federal de São Paulo Universidade Federal de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

O sistema de pós-graduação do Brasil foi estruturado a partir da segunda metade dos anos 1960, com a definição do modelo de mestrados e doutorados a serem adotados no país e, a partir de 1969, com início formal das atividades de pós-graduação. A avaliação e classificação destes cursos pela CAPES tem início nos anos 1970.¹ Tinha início ali, no contexto do regime militar brasileiro, o processo de construção de uma estrutura centralizada de avaliação, coordenação e planejamento

* Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, possui Mestrado e Graduação em Filosofia pela mesma Universidade. Atualmente é Professor e Coordenador de Pós-Graduação da EFLCH da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. É docente e pesquisador na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Linguagem e da Lógica e em Filosofia Contemporânea. É presidente da ANPOF nas gestões 2013-14 e 2015-2016.

** Pós-graduanda da Unifesp e Assessora Acadêmica da ANPOF.

¹ “O sistema de pós-graduação foi implantado a partir dos anos 70, tendo por arcabouço jurídico a Reforma Universitária de 1968, por modelo a universidade americana (cursos estruturados) e por missão a formação de professores e pesquisadores.” Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 / Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2010, pág. 125.

da pós-graduação. A partir de então, toda a dinâmica de formação de programas de pós-graduação passa a se submeter a esta estrutura, que se amplia e se consolida ao longo dos anos 1980 e 1990.

O primeiro Programa de Pós-Graduação em Filosofia reconhecido pela CAPES foi o da Universidade de São Paulo, em 1971 (Mestrado e Doutorado). Tem início ali um processo amplo e complexo que resulta no quadro atual, de 2015, 45 anos depois, quando se registram 42 Programas de Mestrado e 23 Programas de Doutorado em Filosofia em atividade no país.

Ao longo desse período são claramente identificáveis três momentos distintos no processo de formação da estrutura brasileira de pós-graduação em filosofia. Os primeiros anos, que se estendem de 1971 até o final dos anos 1980, se apresentam como um período de construção e acomodação, no qual se consolida um núcleo inicial de programas. As atividades deste período se concentram quase que exclusivamente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde se situam os quatro Programas de Doutorado então existentes. Para além destes estados há apenas os mestrados da UFMG (1974) e da UFPB (1979).

Um segundo momento dessa evolução pode ser identificado ao longo dos anos 1980, quando o número de programas quase dobra, mas que se encontra ainda fortemente associado ao núcleo constituído na década anterior: o único doutorado formado fora do eixo SP-RJ-RS é o da UFMG (1993). Nos mestrados, são formados programas também em Goiás, Santa Catarina, Ceará e no Distrito Federal. Por fim, a partir de 2000 se observa um processo bastante diferente do anterior, com um crescimento ainda mais acelerado e muito mais diversificado: ao longo dos 15 anos seguintes são formados 26 novos mestrados e 15 novos doutorados, distribuídos pelo país de maneira mais ampla e variada. Os dados atuais deixam claro que o processo de expansão iniciado por volta de 2000 ainda está em pleno curso e que se fará presente na área pelo menos ao longo da próxima década. O período mais importante de seu impacto, entretanto, já passou, na medida em que se estabeleceu, em contraste com os períodos anteriores, um novo mapa da pós-graduação em filosofia no Brasil que aponta para um forte realinhamento da identidade da pesquisa e do ensino de pós-graduação

na área. A expansão dos últimos 15 anos alterou de maneira indelével a identidade da pós-graduação em filosofia, distanciando-a do trabalho de um grupo restrito e claramente identificável de pesquisadores. A “comunidade” de pesquisadores em filosofia no Brasil hoje é aberta e muito mais plural. A continuidade do crescimento destes últimos quinze anos aprofundará ainda mais este processo, mas não mais terá o impacto transformador do período que se encerra agora, em que a filosofia cumpre, tardiamente, o percurso que leva da vida de província à cidade grande.

Apresentaremos aqui alguns dados, cuja origem está, em sua maioria, nos registros da CAPES sobre a formação de novos Programas e, a partir dos anos 1990, sobre as avaliações periódicas dos Programas. Pretende-se, com isto, evidenciar características relevantes do percurso de formação da área e, mais importante, colaborar, com informações, para a construção de uma análise deste processo, de seus impactos e das políticas necessárias e adequadas para a consolidação e aprimoramento do processo de expansão em meio ao qual a área de filosofia se encontra.²

2. DADOS BÁSICOS SOBRE O CRESCIMENTO DO NÚMERO DE PROGRAMAS

O principal indicador da evolução e do crescimento da pós-graduação em filosofia no Brasil é a ampliação do número de Programas. Esta expansão pode ser observada tanto nos mestrados, que difundem inicialmente a pós-graduação pelo país, quanto nos doutorados, que explicitam o amadurecimento e consolidação do trabalho de pesquisa e de formação de pesquisadores. O processo habitualmente observado é uma expansão inicial dos mestrados que se faz seguir pela formação de doutorados. É claramente identificável, por exemplo, o desdobramento da formação de mestrados entre os anos 1970 e o início dos anos 1980 na expansão dos doutorados durante a década de 1980.

Como já foi dito acima, os anos 1970 e 1980 marcam a consolidação do núcleo inicial de programas de pós-graduação, em particular

² Registramos aqui o agradecimento aos professores Vinicius B. de Figueiredo, Marcelo Perine, Ivan Domingues e Flávio Senra Ribeiro pelo apoio no acesso a muitas das informações que se apresentam aqui.

dos doutorados. O quadro abaixo apresenta os mestrados formados nos anos 1970 e 1980 e a data da formação de seu doutorado. Exceto pela USP, que inaugura o processo com o reconhecimento simultâneo de seu mestrado e de seu doutorado, os quais já funcionavam antes do início do sistema CAPES, e do caso singular do Programa de Lógica e Filosofia da Ciência, da UNICAMP, identifica-se nestes anos iniciais uma segunda nucleação das atividades, com doutorados situados fora de São Paulo, primeiro no Rio de Janeiro (PUC-Rio, Gama Filho e UFRJ) e, um pouco depois, no Rio Grande do Sul (que formou mestrados muito cedo, mas teve seu primeiro doutorado apenas em 1988, com a UFRGS).

Mestrados e Doutorados criados nos anos 1970 e 1980

Instituição	UF		Mestrado	Doutorado
USP	SP	SE	1971	1971
PUC-RIO	RJ	SE	1973	1985
UFSM	RS	S	1973	2011
PUC/RS	RS	S	1974	1995
UFMG	MG	SE	1974	1993
UGF ³	RJ	SE	1976	1979
PUC-CAMPINAS ⁴	SP	SE	1976	-
PUC/SP	SP	SE	1977	2001
UNICAMP - FLC ⁵	SP	SE	1977	1977
UFRJ	RJ	SE	1977	1980
UFPB	PB	NE	1979	-
UFPE ⁶	PE	NE	1979	-
UFRGS	RS	S	1981	1988
UFJF ⁷	MG	SE	1984	-
UFSCAR	SP	SE	1988	2001

Fonte: CAPES

³ Programa encerrado em 2010.

⁴ Programa encerrado em 2003.

⁵ Programa unido em 1999 ao Programa de Filosofia da UNICAMP.

⁶ Programa encerrado em 2007 e reaberto em 2009.

⁷ Programa encerrado em 2000.

Caso consideremos intervalos de 15 anos, observa-se um fluxo mais regular de formação de mestrados e um processo de expansão nos doutorados que se dá em uma escala menor, mas que é cada vez mais amplo e igualmente acelerado. Este recorte torna evidente a alteração no ritmo da expansão a partir de 2000: nestes últimos 15 anos são formados 26 novos mestrados, um crescimento de 128% sobre todo o período anterior. O número de doutorados triplica com a formação de 15 novos programas.

Programas criados por período

	Mestrado	Doutorado
1971 a 1984	9	2
1985 a 1999	9	6
2000 a 2014	26	15

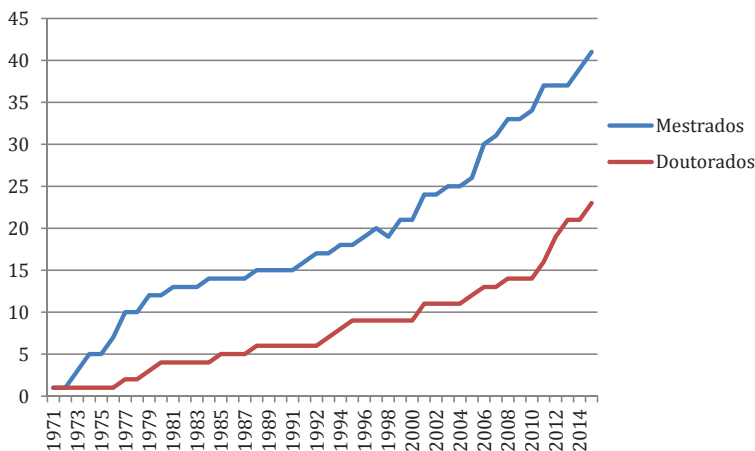
Fonte: CAPES

Total de Programas (intervalos de 15 anos)

	Mestrado	Doutorado
1984	9	2
1999	18	8
2015	42	23

Fonte: CAPES

Apenas 3 programas tiveram suas atividades encerradas ao longo destes 45 anos: PUC-Campinas, UFJF e Gama Filho, este último também com doutorado. No caso da UNICAMP, os dois programas que funcionaram entre 1994 e 1998 foram unidos em um único a partir de 1999. O Programa da UFPE teve interrupções em suas atividades mas voltou a ser reconhecido em 2015. A USJ e a FSB se encontram no momento em atividade, mas sem o reconhecimento renovado.

Evolução do total de Mestrados e Doutorados

Fonte: CAPES

3. DISTRIBUIÇÃO E CONCENTRAÇÃO REGIONAL DOS PROGRAMAS

A concentração inicial de programas no Sudeste é evidente. Em 1977 esta região chega a concentrar 80% dos mestrados e 100% dos doutorados e apenas a partir de 1998 ela deixa de colaborar com mais de 50% do número total de mestrados. No caso dos doutorados isto ocorre apenas a partir de 2012.

A região com o segundo maior número de programas é o Sul, que participa de modo ativo do processo inicial de formação da pós-graduação em filosofia e que, após um período sem crescimento (entre 1981 e 1997 não é formado nenhum novo mestrado na região), volta a crescer no ritmo médio do país a partir de 2000.

O aumento do número de programas no Nordeste é muito mais tardio. Após os mestrados da UFPB e da UFPE, do final dos anos 1970, só seria formado um novo curso em 1998, na UEC. O primeiro doutorado data de 2006 e resulta de um projeto de conjunto da UFPE, UFPB e da UFRN.

O Centro-Oeste também tem crescimento tardio, nos últimos 15 anos, mas em patamares inferiores aos do Nordeste, e conta com um único doutorado, da UFG, formado em 2013. O único programa em atividade na região Norte é o mestrado da UFPA, formado em 2011.

Evolução do número de Mestrados por Região

	SE	S	NE	CO	N
1975	3	2	0	0	0
1985	9	3	2	0	0
1995	13	3	2	1	0
2005	11	8	6	2	0
2015	19	12	8	3	1

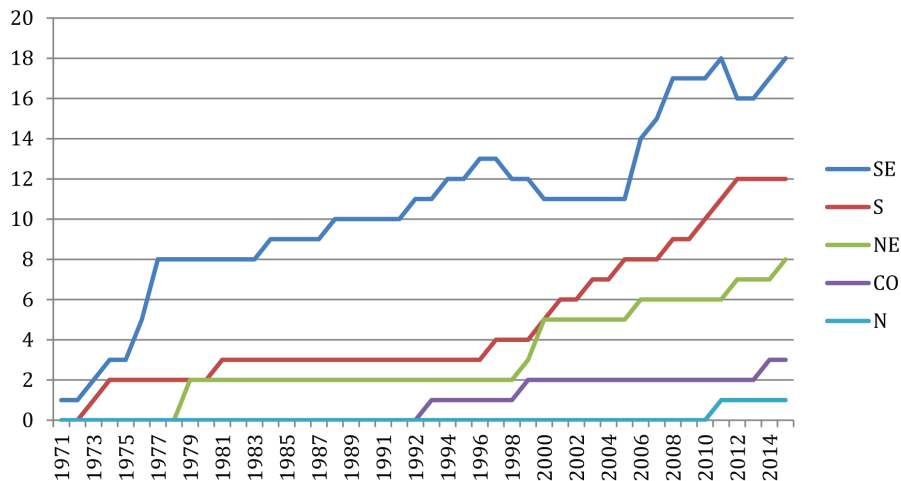
Evolução do número de Doutorados por Região

	SE	S	NE	CO	N
1975	1	0	0	0	0
1985	4	0	0	0	0
1995	6	2	0	0	0
2005	8	3	0	0	0
2015	10	9	3	1	0

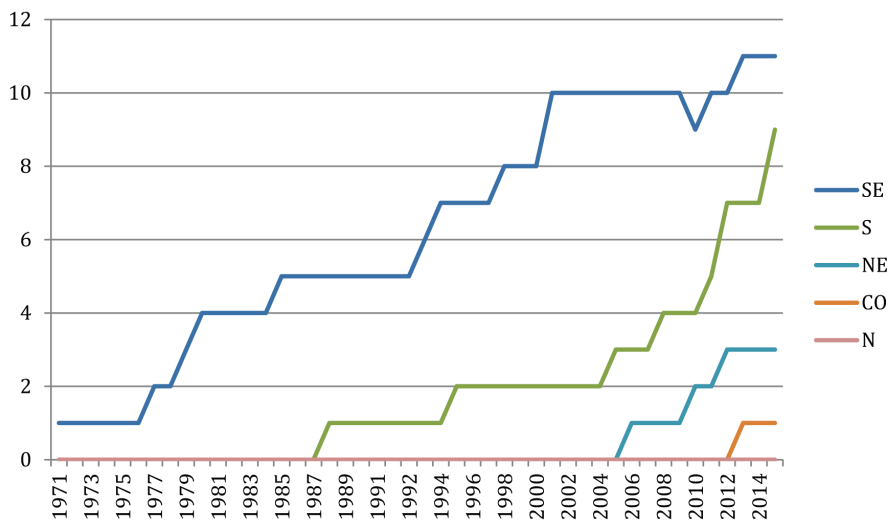
Fonte: CAPES

A maior distribuição da pós-graduação em filosofia pelo país é um fenômeno associado à forte expansão dos últimos 15 anos. No caso dos doutorados o processo é ainda mais recente, restrito à última década. Deve-se observar, entretanto, que neste mesmo período a região que registrou a maior expansão, ampliando percentualmente sua participação no total de programas, é o Sudeste. Apenas na expansão dos doutorados o crescimento do Sudeste foi inferior ao das demais regiões, exceção feita ao Norte, que não tem programas.

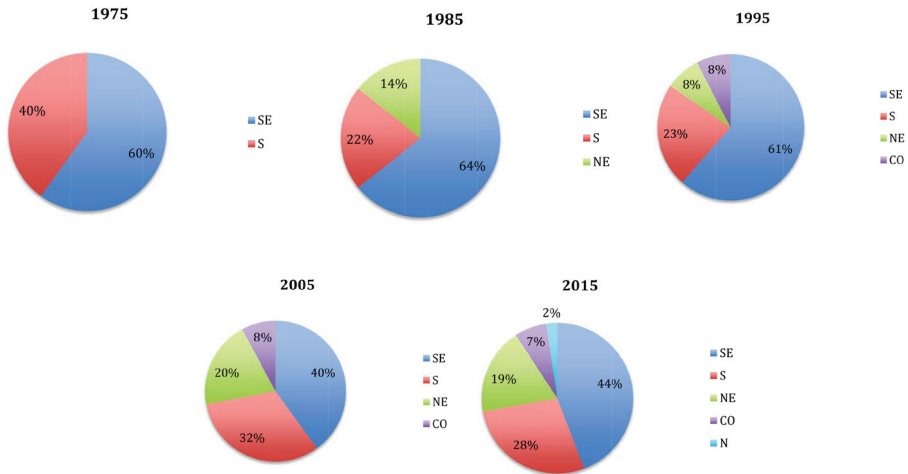
Mestrados por Região



Doutorados por Região



Fonte: CAPES

Distribuição dos Mestrados por Região

Fonte: CAPES

4. CORRELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E CONFSSIONAIS/COMUNITÁRIAS/PRIVADAS

A formação inicial da pós-graduação em filosofia contou com uma presença muito forte de instituições confessionais, comunitárias e privadas. Em 1985, dos cinco doutorados em atividade, três eram de instituições públicas, um de instituição confessional (PUC-Rio) e um de instituição privada (Universidade Gama Filho - UGF). No caso dos mestrados não é diferente. Em 1976, três dos seis programas em atividade eram confessionais ou privados.

Entretanto, para além deste processo inicial acelerado de formação de programas em instituições confessionais ou privadas, os anos seguintes são de estabilidade: nenhum novo programa de mestrado desta natureza é formado entre 1977 (PUC-SP) e 2001 (UNISINOS). Entre 2001 e 2015 são formados 6 novos programas (4 confessionais, 1 comunitário e 1 privado), 2 deles encerrados nos anos seguintes, enquanto eram formados 19 programas em universidades públicas.

O resultado deste processo é uma contínua redução da participação das instituições confessionais ou comunitárias (não há atualmente

nenhuma instituição privada com pós-graduação em filosofia em atividade) na formação de mestres e doutores.

Por outro lado, dos 14 programas que obtiveram nota 5 a 7 na última avaliação trienal da CAPES (2010-12), 4 são confessionais, uma participação muito superior a sua parcela no número total de programas. O lugar das instituições confessionais entre as instituições melhor avaliadas é muitíssimo relevante, ainda que se deva em parte ao fato de que são programas mais antigos e seja razoável esperar que os novos doutorados em breve se situem no mesmo estrato de avaliação e de reconhecimento.

Mestrados: Públicas x Outras Instituições

	Públicas	Outras
1975	60%	40%
1985	64%	36%
1995	72%	28%
2005	73%	27%
2015	83%	17%

Doutorados: Públicas x Outras Instituições

	Públicas	Outras
1975	100%	0%
1985	60%	40%
1995	67%	33%
2005	67%	33%
2015	78%	22%

Fonte: CAPES

5. DOCENTES E DEFESAS

Os dados detalhados sobre número de docentes, discentes e de defesas de cada programa só estão disponíveis a partir de 1998, quando se implementa a estrutura regular de avaliação da CAPES. Eles retratam de maneira dramática o crescimento da área no período. Nenhum outro dado apresenta de forma tão transparente a dimensão e a velocidade da expansão que toma corpo a partir de 2000. Entre 1998 e 2014 o número de mestrados defendidos por ano triplica, saindo de 158 e chegando a 447. Nos últimos 10 anos foram defendidos 3568 mes-

trados, contra não mais do que 1200 da década de 1990. É razoável projetar que as defesas efetuadas nos próximos dez anos superarão (talvez em muito) os 5000 trabalhos.

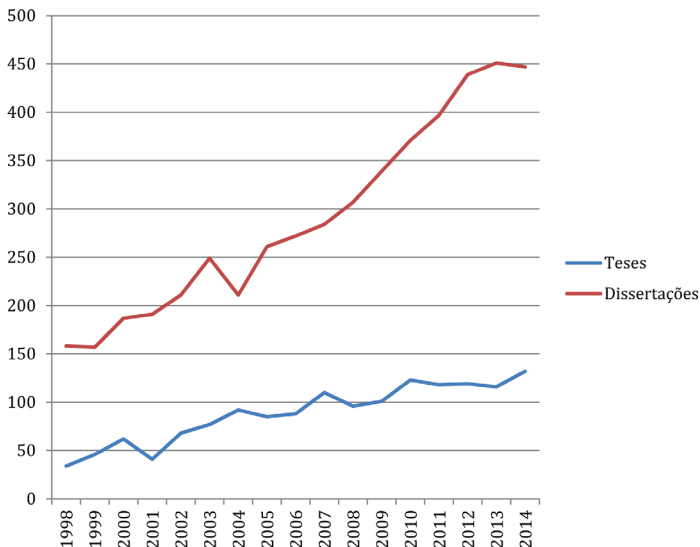
Defesas de Mestrado 1998-2014

1998	1999	2000	2001	2002	2003
158	157	187	191	211	249
2004	2005	2006	2007	2008	2009
211	261	272	284	307	339
2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
371	397	439	451	447	4932

Fonte: CAPES

No caso dos doutorados o crescimento é ainda mais impressionante. O número de defesas quase quadriplica, saindo de 34 em 1998 para 132 em 2014, totalizando 1088 defesas na última década. Uma projeção conservadora para o crescimento do total de defesas da década de 2015-25 sobre o período anterior é de não menos do que 60%.

Mestrados e Doutorados 1998-2014



Fonte: CAPES

Defesas de Doutorado 1998-2014

1998	1999	2000	2001	2002	2003
34	46	62	41	68	77
2004	2005	2006	2007	2008	2009
92	85	88	110	96	101
2010	2011	2012	2013	2014	Total
123	118	119	116	132	1508

Fonte: CAPES

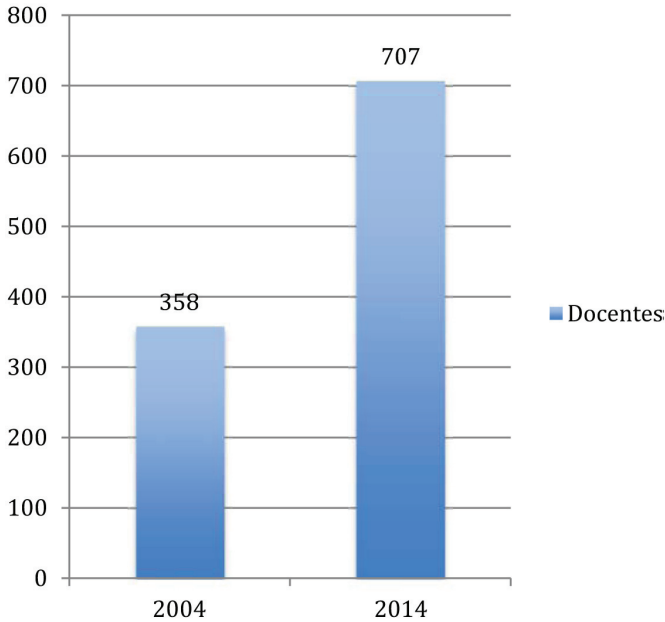
A contrapartida do crescimento do número de defesas é o crescimento, em um ritmo igualmente surpreendente, do número de docentes credenciados aos Programas de Pós-Graduação em Filosofia. Havia 358 docentes permanentes em 2004. Este número dobrou em um período de dez anos, chegando a 707 docentes permanentes em 2014.

Docentes por Região 2004-2014 (total e percentual)

	SE		S		NE		CO		N	
2004	181	51%	92	26%	65	18%	20	6%	0	0%
2014	333	47%	173	24%	149	21%	43	6%	9	1%

Fonte: CAPES

O número de docentes em programas que têm doutorados segue o mesmo ritmo de crescimento, saindo de 173 em 2004 para 446 em 2014. A diferença mais marcante se encontra, mais uma vez, no contraste entre o crescimento do número de docentes das instituições públicas federais e estaduais em relação às confessionais, comunitárias e privadas: enquanto nas públicas o número de docentes vai de 283 para 609 no período considerado, nas demais instituições ele tem um crescimento muito menor, saindo de 75 em 2004 e chegando a 98 em 2014. Sua participação cai de 21% para 14% dos docentes de pós-graduação.

Número Total de Docentes 2004-2014

Fonte: CAPES

6. A VARIAÇÃO DAS NOTAS DOS PROGRAMAS

A CAPES avaliou 16 programas em 2001. Este número cresce para 39 em 2013, no período mais célere de crescimento da área. Essa expansão resulta, obviamente, em um aumento do número dos programas notas 3 e 4, que variam, respectivamente, de 4 e 6 para 13 e 12, respectivamente, entre 2001 e 2013. Do ponto de vista da participação percentual de cada um destes estratos no conjunto da avaliação, entretanto, observamos um quadro um pouco diferente. Apesar da alteração no número de programas nota 3, que, com oscilações, passam de 25% para pouco mais de 30% do total de programas, as alterações mais relevantes neste quadro ocorrem nos estratos 5, 6 e 7.

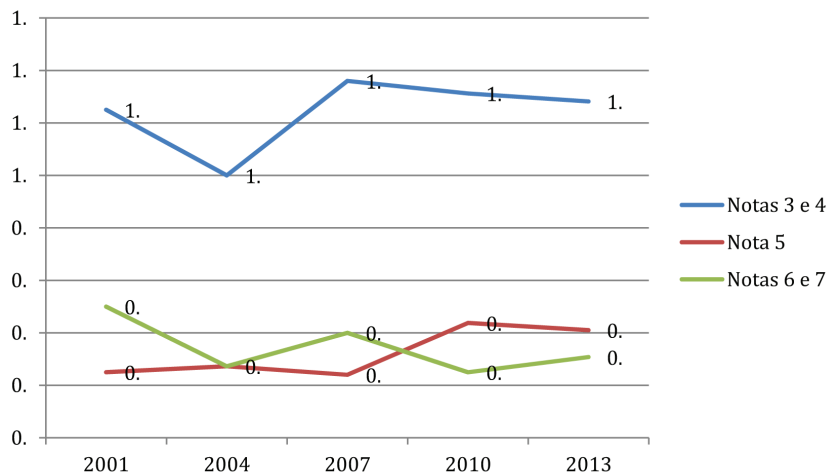
Avaliação CAPES – Distribuição percentual das notas 2001-2013

	2001	2004	2007	2010	2013
Nota 3	25%	36%	32%	28%	33%
Nota 4	38%	36%	36%	38%	31%
Nota 5	13%	14%	12%	22%	21%
Nota 6	25%	14%	20%	13%	10%
Nota 7	0%	0%	0%	0%	5%

Fonte: CAPES

Para que o cenário deste período fique claro, consideremos a variação de três grupos de programas. Os programas com “notas de entrada” ou em estágio de consolidação (notas 3 e 4), os programas consolidados (nota 5) e os programas de excelência (notas 6 e 7). Assim agrupados, e minimizando em nossa análise a avaliação de 2004, que claramente destoava do conjunto, fica clara a estabilidade do estrato de entrada (entre 63% e 66%), o declínio até 2010 dos programas de excelência e o forte crescimento do estrato intermediário, de programas consolidados, que passa de 13% para 21% do total.

Esses dados indicam uma boa assimilação do crescimento da área nos estratos iniciais, com a transição contínua dos programas mais amadurecidos para a nota 5, garantindo que não se efetivasse uma excessiva concentração de programas nas notas 3 e 4. O mesmo não ocorre, entretanto, com os programas de excelência, que eram 25% do total em 2001 e que diminuem continuamente sua participação, chegando a 13% em 2010. Essa tendência só parece revertida a partir de 2013, com a atribuição, pela primeira vez, de notas 7 para programas da área (USP e UFMG) e com um crescimento de 50% do número de programas de excelência em relação à média dos anos anteriores. Esses movimentos se encontram, entretanto, ainda em seu início, pois os programas criados nos últimos dez anos ainda passam por um processo de amadurecimento, e é razoável supor que os estratos superiores serão bastante pressionados nas próximas avaliações.

Avaliação CAPES – Evolução das notas por estratos

Fonte: CAPES

7. CONCLUSÃO: OS RUMOS DA EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA NO BRASIL

Os dados aqui coligidos nos apresentam um processo de expansão da pós-graduação em filosofia no Brasil surpreendentemente acelerado e “desordenado”⁸, cuja origem se encontra essencialmente nos novos programas das universidades federais e que alterou de maneira profunda o perfil da pós-graduação em filosofia no Brasil. O Sudeste, que chegou a concentrar 64% dos programas da área, tem hoje pouco mais de 40% dos programas. O crescimento mais relevante ocorre no Nordeste, ainda que em patamares menores do que os que se poderia desejar para efetivar uma desconcentração da área no Sudeste e Sul: sua participação no total de programas é da ordem de 1/3 entre 1985 e 2015.

Os dados mostram ainda que houve uma redução significativa na participação de instituições confessionais ou comunitárias na formação de mestres e doutores em filosofia no país. Enquanto em 1985, cerca de 50% dos programas encontrava-se em instituições confesso-

⁸ Para um comentário deste processo, cf. M. Carvalho, “Notas a lápis sobre a pesquisa em filosofia no Brasil”, neste volume.

nais ou privadas, em 2015, observa-se a ausência de instituição privada com pós-graduação em filosofia em atividade e, em contrapartida, uma predominância de programas em instituições federais.

Nenhum outro dado, contudo, apresenta de forma tão evidente a expansão ocorrida a partir de 2000 quanto ao crescimento do número de defesas de dissertações e teses. Enquanto em 1998, o número de mestrados defendidos encontrava-se na casa dos 150, em 2014, esse número praticamente triplicou, chegando a quase 450 defesas no ano. No caso dos doutorados, o número de defesas quadruplicou, saindo de 35, em 1998, e chegando a quase a 140 defesas em 2014.

Em seu conjunto, os dados aqui apresentados e comentados explicitam a urgência do debate sobre a nova identidade da pós-graduação e da pesquisa em filosofia no Brasil. O processo de expansão aqui retratado raramente se fez acompanhar de uma reflexão seja sobre sua identidade e sobre seus rumos, seja sobre seu impacto. Não se pode, entretanto, adiar o debate sobre o impacto de, em pouco mais de uma década, triplicar-se o número de mestrados defendidos e mais do que quadruplicar-se o número de doutorados. Uma nova “área”, uma nova “comunidade” emerge do trabalho destes últimos 15 anos, muito mais ampla, mais plural e um pouco mais distribuída pelo país. Uma grande parte desta história ainda será escrita nos próximos anos, com a consolidação do processo encaminhado até aqui e a continuidade da criação de novos programas. A reflexão e o debate sobre estes processos, sobre suas distorções e possibilidades, sobre seus desdobramentos, sobre a qualidade do trabalho de pesquisa neste novo contexto e sobre a nova identidade da formação de mestres e doutores, são os meios de nossa interferência e compreensão neste cenário, e nossos instrumentos na defesa da qualidade do trabalho acadêmico em filosofia.

REFERÊNCIAS

Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 / Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2010

CAPES. Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos pela CAPES da área de Filosofia, In: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=70100004&descricaoArea=CI%CANCICAS+HUMANAS+&descricaoAreaConhecimento=FILOSOFIA>

&descricaoAreaAvaliacao=FILOSOFIA%2FTEOLOGIA%3Asubcomiss%E3o+FILOSOFIA (acesso em 20 de julho de 2015)

CAPES. Cadernos de Indicadores da CAPES. In: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet> (acesso em 20 de julho de 2015)

CAPES: Plataforma Sucupira. In: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/informacoes_programa/informacoesPrograma.jsf (acesso em 20 de abril de 2015).

ANEXO 1: Quadro Geral da Formação de Programas de Pós-Graduação em Filosofia

Instituição	UF		Mestra- do	Douto- rado	Fechamento	
USP	SP	SE	1971	1971		P
PUC-RIO	RJ	SE	1973	1985		C
UFSM	RS	S	1973	2011		P
UFMG	MG	SE	1974	1993		P
PUC/RS	RS	S	1974	1995		C
UGF	RJ	SE	1976	1979	2010	C
PUC-CAMPINAS	SP	SE	1976		2003	C
UNICAMP - FLC	SP	SE	1977	1977	1998	P
UFRJ	RJ	SE	1977	1980		P
PUC/SP	SP	SE	1977	2001		C
UFPE	PE	NE	1979		2008	P
UFPB	PB	NE	1979			P
UFRGS	RS	S	1981	1988		P
UFJF	MG	SE	1984		2000	P
UFSCAR	SP	SE	1988	2001		P
UERJ	RJ	SE	1992	1998		P
UFG	GO	CO	1993	2013		P
UNICAMP	SP	SE	1994	1994		P
UNESP/MAR	SP	SE	1996			P
UFSC	SC	S	1997	2005		P
UECE	CE	NE	1998			P

Instituição	UF		Mestrad	Doutorado	Fechamento	
UFC	CE	NE	1999	2012		P
UNB	DF	CO	1999			P
UFPR	PR	S	2000	2012		P
UNISINOS	RS	S	2001	2008		C
UFBA	BA	NE	2001	2010		P
UFRN	RN	NE	2001			P
PUC/PR	PR	S	2003	2012		C
USJT	SP	SE	2003		2012	C
UNIOESTE	PR	S	2005	2015		P
UFRJ	RJ	SE	2006	2011		P
FAJE	MG	SE	2006			C
UFPI	PI	NE	2006			P
UFOP	MG	SE	2006			P
UFU	MG	SE	2007			P
UFPEL	RS	S	2008	2015		P
FSB	SP	SE	2008		2012	C
UFES	ES	SE	2008			P
UNIFESP	SP	SE	2010	2013		P
UEL	PR	S	2010			P
UCS	RS	S	2011			C
UFF	RJ	SE	2011			P
UFPA	PA	N	2011			P
UEM	PR	S	2012			P
UFS	SE	NE	2012			P
UFMT	MT	CO	2014			P
UFRRJ	RJ	SE	2014			P
UFABC	SP	SE	2015			P
UFPE	PE	NE	2015			P
UFPB	PB	NE		2006		P

ANEXO 2: Detalhamento do número de Docentes por Programa 2004-2014

INSTITUIÇÃO	2004	2014
UNB	11	17
UFG	9	16
UFMT	-	10
UFPA	-	9
UFPI	-	10
UFBA	15	20
UFC	11	20
UECE	9	16
UFPB	12	24
UFPE	9	-
UFRN	9	17
UFS	-	15
UFPB	-	27
UFPR	11	19
UEL	-	13
PUC/PR	8	17
UEM	-	12
UNIOESTE	-	13
UFRGS	13	18
UFSM	11	16
UFPEL	-	10
PUC/RS	15	12
UNISINOS	13	11
UCS	-	9
UFSC	21	23
UFOP	-	11
UFES	-	14
UFMG	9	31
UFU	-	15
FAJE	-	13

INSTITUIÇÃO	2004	2014
UFRJ	24	21
UFRRJ	-	12
UFF	-	17
UERJ	20	22
PUC-RIO	13	17
UFSCAR	9	15
USP	33	40
UNICAMP	19	24
UNESP/MAR	17	17
PUC/SP	13	9
UNIFESP	-	25
UFRJ	11	20
UFABC	-	-
UGF	5	
USJT	8	10
FSB		
TOTAL	358	707

ANEXO 3: Defesas de Mestrado 1998-2014

INSTITUIÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
UFOP									
UFPI									
UFBA						1	5	10	5
UFC				1	11	8	12	8	12
UECE						6	7	6	10
UNB				6	5	3	6	3	8
UFES									
UFG	6	11	10	8	6	14	11	16	5
UFMG	8	11	9	12	12	18	8	16	16
UFU									
FAJE									
UFMT									
UFPA									
UFPB	8	11	14	13	15	6	14	10	21
UFPE					1	10	6	9	6
UFPR					1	10	5	6	7
UEL									
PUC/PR									16
UEM									
UNIOESTE									
UFRJ	15	8	14	12	26	9	15	18	11
UFRRJ									
UFF									
UERJ	11	10	8	9	9	13	6	11	7
PUC-RIO	19	14	15	11	5	10	16	21	12
UFRN						7	7	6	4
UFRGS	9	5	6	3	3	3	3	4	7
UFSM	7	5	5	4	10	5	10	7	7
UFPEL									

INSTITUIÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PUC/RS	23	22	23	23	18	19	11	13	9
UNISINOS						10	12	10	12
UCS									
UFSC		5	1	2	3	9	11	17	13
UFS									
UFSCAR	3	1	10	1	12	3	10	0	8
USP	15	13	15	27	16	16	9	18	18
UNICAMP	10	12	13	16	17	15	9	12	20
UNESP/MAR		6	9	8	8	11	6	11	4
PUC/SP	11	11	22	23	19	12	8	21	16
UNIFESP									
UFRJ									
UFABC									
PUCAMP	4	9	9	5	9	27			
UFJF	5								
UGF	2	3	4	7	5	4	4	8	11
UNICAMP-FLC	2								
USJT									7
FSB									
	158	157	187	191	211	249	211	261	272

INSTITUIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
UFOP		7	4	12	6	12	6	7	54
UFPI				6	8	14	8	6	42
UFBA	11	9	10	10	10	6	10	9	96
UFC	13	14	16	12	14	16	18	17	172
UECE	5	9	17	9	16	11	12	12	120
UNB	6	6	6	13	16	9	17	11	115
UFES				6	6	7	9	6	34
UFG	12	9	12	9	5	10	8	11	163

INSTITUIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
UFMG	14	12	16	18	13	11	16	19	229
UFU			9	11	12	18	15	12	77
FAJE		4	6	6	10	12	10	6	54
UFMT									
UFPA							3	8	11
UFPB	15	9	20	11	32	15	11	20	245
UFPE					9	9			50
UFPR	6	9	9	10	16	7	26	12	124
UEL						8	9	13	30
PUC/PR	17	11	11	12	17	8	23	14	129
UEM								6	6
UNIOESTE	8	6	5	13	11	9	15	9	76
UFRJ	12	12	9	11	22	15	20	20	249
UFRRJ									
UFF							4	11	15
UERJ	9	11	12	8	14	15	11	8	172
PUC-RIO	14	15	14	11	9	13	2	10	211
UFRN	10	7	5	12	9	14	8	10	99
UFRGS	5	7	7	8	5	14	6	5	100
UFSM	8	8	11	8	7	14	11	12	139
UFPEL				5	8	10	15	12	50
PUC/RS	15	23	13	14	5	15	5	11	262
UNISINOS	7	15	8	11	7	8	8	3	111
UCS						1	13	9	23
UFSC	22	13	14	10	15	17	23	14	189
UFS								9	9
UFSCAR	8	12	9	11	4	8	3	5	108
USP	23	25	22	32	27	24	17	34	351
UNICAMP	10	17	17	11	11	14	14	14	232
UNESP/ MAR	8	7	16	13	12	22	5	8	154
PUC/SP	16	15	17	25	19	18	18	18	289

INSTITUIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
UNIFESP						9	17	28	54
UFRJ		2	6	3	8	9	20	1	49
UFABC									
PUCAMP									63
UFJF									5
UGF	6	6	2						62
UNICAMP									2
USJT	4	7	6	5	6	10	5	7	57
FSB			10	15	8	7	10		50
	284	307	339	371	397	439	451	447	4932

ANEXO 4: Defesas de Doutorado 1998-2014

INSTITUIÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
UFPI									
UFBA									
UFC									
UFMG		2	5	4	4	4	3	3	6
UFPR									
PUC/PR									
UNIOESTE									
UFRJ	9	7	9	5	16	12	18	13	9
UERJ					2	1	3	2	2
PUC-RIO	3	3	6	5	5	5	7	7	8
UFRGS	2	1	0	4	1	4	2	3	3
UFSM									
UFPEL									
PUC/RS		5	6	3	5	10	17	7	9
UNISINOS									
UFSC									

O CRESCIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA NO BRASIL

INSTITUIÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
UFSCAR							3	1	11
USP	11	17	19	12	25	24	21	22	14
UNICAMP	7	9	12	6	6	13	16	17	19
PUC/SP						1	1	6	7
UNIFESP									
UFPB									
UFRJ									
UGF	2	2	5	2	4	3	1	4	0
	34	46	62	41	68	77	92	85	88

INSTITUIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
UFPI									
UFBA							1	4	5
UFC								1	1
UFMG	14	5	4	5	8	9	5	11	92
UFPR									
PUC/PR									
UNIOESTE									
UFRJ	16	10	10	16	11	13	14	17	205
UERJ	5	5	5	3	8	2	11	4	53
PUC-RIO	7	5	9	10	4	6	3	9	102
UFRGS	3	4	5	4	1	9	7	5	58
UFSM									
UFPEL									
PUC/RS	15	9	6	9	16	9	5	10	141
UNISINOS						7	5	4	16
UFSC		2	4	5	6	7	7	8	39
UFSCAR	7	12	10	14	7	7	3	5	80
USP	23	14	26	24	27	23	6	22	330
UNICAMP	14	19	11	11	14	13	16	13	216

INSTITUIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
PUC/SP	5	10	7	8	8	6	5	4	68
UNIFESP									
UFPB			1	14	8	8	14	14	59
UFRJ							14	1	15
UGF	1	1	3						28
	110	96	101	123	118	119	116	132	1508

ANEXO 5: Avaliação CAPES 2001-2013

INSTITUIÇÃO	Trienal 2001	Trienal 2004	Trienal 2007	Trienal 2010	Trienal 2013
	1998-2000	2001-2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012
FAJE	-	-	3	3	3
PUC-RIO	6	5	5	5	5
PUC/PR	-	-	3	4	4
PUC/RS	4	5	6	6	6
PUC/SP	4	4	4	5	5
UCS	-	-	-	-	3
UECE	-	3	3	3	3
UEL	-	-	-	-	3
UEM	-	-	-	-	3
UERJ	4	4	5	5	5
UFABC	-	-	-	-	-
UFBA	-	3	4	4	5
UFC	-	3	3	4	4
UFES	-	-	-	3	3
UFF	-	-	-	-	3
UFG	3	3	3	4	4
UFMG	6	6	6	6	7
UFMT	-	-	-	-	-

INSTITUIÇÃO	Trienal 2001	Trienal 2004	Trienal 2007	Trienal 2010	Trienal 2013
	1998- 2000	2001- 2003	2004- 2006	2007-2009	2010- 2012
UFOP	-	-	-	3	4
UFPA	-	-	-	-	3
UFPB	4	4	4	4	3
UFPB	-	-	-	4	3
UFPE	-	-	-	-	-
UFPEL	-	-	-	3	4
UFPI	-	-	-	3	3
UFPR	3	3	4	4	5
UFRGS	5	5	6	5	6
UFRJ	-	-	-	4	4
UFRJ	5	4	4	4	5
UFRN	-	3	4	4	4
UFRRJ	-	-	-	-	-
UFS	-	-	-	-	3
UFSC	4	4	4	5	6
UFSCAR	4	4	5	5	5
UFSM	3	4	4	5	4
UFU	-	-	-	3	3
UNB	-	3	3	3	4
UNESP/MAR	3	3	3	4	4
UNICAMP	6	6	6	6	6
UNIFESP	-	-	-	-	4
UNIOESTE	-	-	3	3	4
UNISINOS	-	4	4	4	5
USP	6	6	6	6	7